



CÁTEDRA UNESCO
EDUCAÇÃO ABERTA
E TECNOLOGIAS
PARA O BEM COMUM

Migração Internacional, Educação de Adultos e Educação Aberta: Uma análise global



Migração Internacional,
Educação de Adultos e
Educação Aberta:
Uma análise global

2024

Coordenação e Supervisão da Pesquisa

Rodrigo Matos-de-Souza - Universidade de Brasília (UnB)

Redação

Milan Puh - Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Rodrigo Matos-de-Souza - Universidade de Brasília (UnB)

Revisão

Rodrigo Matos-de-Souza - Universidade de Brasília (UnB)

Tel Amiel - Universidade de Brasília (UnB)

Projeto Gráfico

Isabela Campos Menezes - Cátedra UNESCO em Educação Aberta e Tecnologias para o Bem Comum (UnB)

Coordenador da Cátedra UNESCO em Educação Aberta e Tecnologias para o Bem Comum (UnB)

Tel Amiel – Universidade de Brasília (UnB)

Este relatório técnico foi realizado pela Cátedra UNESCO em Educação Aberta e Tecnologias para o Bem Comum (UnB). Contou com apoio financeiro do projeto “Boas práticas em redes na implantação e implementação dos sistemas de informação para a infância e a adolescência”, uma parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Universidade de Brasília (UnB) e Fundação de Apoio à Pesquisa (FUNAPE). Também contou com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no âmbito do projeto "Narrativas Migrantes: formação, identidade e reinvenção de si", através do edital de Chamada Universal do CNPq/MCTI/FNDCT no 18, Faixa A, Grupos Emergentes.



A não ser que indicado ao contrário essa obra está disponível com uma licença Creative Commons – Atribuição 4.0 (CC-BY 4.0). O termo de licença está disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Como citar

ABNT

PUH, M.; MATOS DE SOUZA, R. Migração Internacional, Educação de Adultos e Educação Aberta: Uma análise global. Brasília: Cátedra UNESCO em Educação Aberta e Tecnologias para o Bem Comum, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.5281/zenodo.13988528>>.

APA

Puh, M., & Matos de Souza, R. (2024). Migração Internacional, Educação de Adultos e Educação Aberta: Uma análise global (p. 115). Cátedra UNESCO em Educação Aberta e Tecnologias para o Bem Comum. <https://doi.org/10.5281/zenodo.13988528>.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
-------------------	----------

METODOLOGIA	12
-------------	----

CONTEXTOS E JUSTIFICATIVAS	12
----------------------------	----

AMÉRICAS E EUROPA	16
--------------------------	-----------

AMÉRICAS	19
----------	----

PRINCIPAIS CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES	21
---------------------------------------	----

REFERÊNCIAS	26
-------------	----

ÁFRICA, ÁSIA E OCEANIA	28
-------------------------------	-----------

PAÍSES	32
--------	----

PRINCIPAIS CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES	36
---------------------------------------	----

REFERÊNCIAS	40
-------------	----

ANEXOS

I. DETALHAMENTO METODOLÓGICO

II. RESULTADOS DETALHADOS: AMÉRICAS E EUROPA
--

III. RESULTADOS DETALHADOS: ÁFRICA, ÁSIA E OCEANIA
--

| RESUMO

Este estudo teve como objetivo a produção de um estado da arte da temática — Migração — e sua intersecção com a Educação de Adultos e a Educação Aberta e a Distância. Observa as migrações internacionais, em especial a de refúgio, nas políticas educacionais dos principais blocos político-econômicos do mundo, bem como de principais economias globais, em comparação com as políticas brasileiras, em nível nacional e subnacional em termos teóricos, metodológicos e legais, evidenciando as mudanças conceituais e as problematizações mais recentes.

São apresentados os principais conceitos com os quais se trabalhou durante a realização da pesquisa para discutir, aspectos metodológicos, o contexto e a justificativa dos blocos e países escolhidos para a este relatório. Encerramos com as principais conclusões e considerações sobre o tema. O texto apresenta uma extensa bibliografia descritiva, uma rica base para futuros estudos sobre essa temática.

O texto está organizado em dois eixos de análise apresentados em sequência. Primeiro, uma análise das políticas da Europa e das Américas, e segundo, da África, Ásia e Oceania, que são apresentados abaixo.

| INTRODUÇÃO

O objetivo deste relatório é apresentar os resultados de um levantamento de dados sobre a temática da Migração na sua intersecção com a Educação de Adultos e Educação Aberta e a Distância, voltada para, em sua primeira parte, os continentes americano e europeu e posteriormente, para os continentes asiático, africano e oceânico. A importância de um melhor entendimento dos tipos de educação mencionados e as migrações/deslocamentos se dá pelo fato de haver inúmeros de estrangeiros adultos que adentram no território brasileiro, chegando a locais onde muitas vezes não há possibilidades de estudo presenciais em instituições de ensino básico ou superior, sendo que uma compreensão melhor do lugar e potencial, por exemplo, dos Recursos Educacionais Abertos (REAs) para inclusão dessa população se mostra essencial para elaboração de políticas mais democráticas e abrangentes.

O interesse especial, portanto, recairá sobre o modo como a Educação de Adultos e a Educação Aberta e a Distância são contemplados em produções voltadas aos diferentes tipos de pessoas em deslocamento/migração e, para isso, será necessário definir categorias que possibilitarão a integração dessas vertentes educativas em um estudo abrangente. Este poderá, portanto, oferecer meios para futuras implantações e implementações de atividades de pesquisa, formação, promoção e disseminação de políticas públicas no Brasil, e em especial, no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da UNESCO, tais como: educação de qualidade; redução de desigualdades; paz, justiça e instituições eficientes; e, parcerias e meios de implementação.

O foco é principalmente nesses objetivos específicos, uma vez que a proposta deseja auxiliar na elevação da educação de qualidade para toda a população instalada em território brasileiro, dando mais visibilidade e estimulando a inclusão de grupos migrantes e ampliando os processos de democratização da educação na totalidade e, com isso, atuar para haver mais eficiência em instituições de ensino, ao mesmo tempo que sugere futuras parcerias em redes de agentes diversos e pensa meios como implementar políticas específicas.

Para atender o foco é importante, inicialmente, realizar uma breve conceitualização dos termos Migração, Deslocamento, Refúgio, Educação Aberta, Educação a Distância, Educação para Adultos, tal como os definem órgãos que consultamos no levantamento de boas práticas e políticas. E, no contexto da segunda parte desse relatório, consideramos importante destacar mais termos específicos que têm sido recorrentes nos levantamentos, sejam eles: mulheres migrantes, sistema kafala e migrantes climáticos.

| Migração

A migração é um fluxo de pessoas que, por razões diferentes como fuga de conflitos armados ou perseguição ou, ainda, por estarem em busca de uma vida melhor, deslocam-se a outro país e lá permanecem, atendendo a critérios mínimos estabelecidos pelos estados nacionais no quesito temporal, como tempo de residência, e atendendo a critérios de distância, nos quais se excluem os deslocamentos internos, as viagens com diversos interesses e o turismo. Embora não exista uma definição legal formal de migrante internacional, existe consenso na área de que um migrante internacional é alguém que muda o seu país de residência habitual em caráter permanente, independentemente de:

- I. seu status legal;
- II. motivo da migração (voluntário ou involuntário);
- III. causas que provocaram o movimento; e,
- IV. duração da permanência em um lugar.

O número de migrantes internacionais em todo o mundo — pessoas residentes num país diferente do seu país de nascimento — atingiu quase 283 milhões em 2023, dos quais 110 milhões são refugiados (Migration Data Portal, 2023). Para entendimento das estatísticas e características de como se dá o processo migratório é importante observar a suas múltiplas interseccionalidades identitárias e sociais como gênero, raça, classe, orientação sexual, etnia, religião e muitas outras que ajudam a entender a temática para além dos objetivos individuais/grupais ou razões conjunturais sociais, políticas, ambientais e/ou econômicas (Campos, 2017; Matos-de-Souza et al, 2020, OIM, 2022).

| Refúgio

O refúgio é um mecanismo vital de sobrevivência em tempos de crise social ou política. O oferecimento do refúgio é constituído por toda a gama de serviços necessários para constituir a cidadania do refugiado, envolvendo habitação, saúde, educação e alimentação. A multiplicidade de práticas no acolhimento de refugiados é fundamental para restaurar a segurança pessoal, a autossuficiência e a dignidade das populações que sofrem qualquer tipo de ameaça por parte do governo de seu país de origem. Tal como definido pela Convenção de Genebra de 1951, o refúgio pode ser aplicado às pessoas que, por conta a um medo fundado de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, passa a se encontrar fora do país da nacionalidade ou origem, fazendo com que seja incapaz ou, devido a esse medo, não esteja disposto a regressar ao mesmo (ACNUR, 1951). Posteriormente, esse conceito foi ampliado na Declaração de Cartagena de 1984 (ACNUR, 1984) que ampliou explicitamente sua abrangência a situações de perseguições individuais e não somente de grupos, como no caso

dos asilados políticos, incorporando aspectos de direitos humanos que nesse caso são negados, fazendo a pessoa se deslocar do seu local de residência original. Diante disso, o refugiado torna-se um cidadão do país em que encontra asilo, recebendo a assistência necessária para reconstituir sua vida e de seus familiares, tanto das instituições e organizações internacionais e multilaterais, como a ONU e UNESCO, assim como do próprio governo em questão.

| Deslocamentos

Os deslocamentos podem ser definidos como movimentações de grupos e/ou comunidades que buscam escapar de conflitos armados, de emergências ambientais ou qualquer outro evento que ameace o seu bem-estar físico, podendo ocorrer dentro e fora das linhas da fronteira nacional. Em outros casos, podem-se destacar os deslocamentos de populações que fazem parte de países pertencentes ao mesmo bloco econômico e/ou continente de nascimento, tal como as populações locais da América Latina que se deslocam entre países em busca de empregos e melhores condições de vida. Diferentemente do status de refugiado, o termo deslocamento é um utilizado para delimitar o movimento da população, para além da condição política do agente social diante da comunidade internacional e sua potencial autorização de permanecer em outro país (Feldman-Bianco, 2017).

| Educação Aberta

A Educação Aberta — EA é uma proposta que objetiva proporcionar um acesso amplo e aberto à educação, muitas vezes tendo como principal destaque projetos destinados ao ensino superior. A principal premissa é a remoção das barreiras impeditivas da livre circulação do conhecimento na sociedade e a construção de plataformas digitais que tornem tal acesso possível aos/às educandos/as das mais amplas matrizes sociais. Os materiais utilizados na educação aberta são disponibilizados em plataformas que permitem o acesso sem custos, a reutilização, a reorientação, a adaptação e a redistribuição por outros. O modelo da EA pode ser utilizado para a Educação de Adultos, facilitando o acesso e possibilitando a Educação, isto é, a Aprendizagem ao Longo da Vida, assim como também deve constituir um diálogo direto com o formato de Educação a Distância. Isso porque prevê superar justamente os obstáculos apresentados às populações migrantes que muitas vezes não se encontram em condições de estudo presencial e contínuo, porém com necessidades de formação complementar ou requalificação para poderem garantir meios de subsistência próprios e garantir sua realização e transformação enquanto indivíduos e membros das suas comunidades e sociedades. Essa proposta visa ampliar a conexão entre a educação formal e não formal, tomando conhecimento da condição contemporânea da educação,

em que as instituições escolares não detêm o monopólio da educação, tendo sua prática em espaços mais tradicionais e em outros mais vanguardistas (European Union, 2022).

| Educação a distância — EaD

A Educação à distância descreve um conjunto de estratégias de ensino e aprendizagem (ou métodos educativos) que podem ser utilizados para superar a separação espacial e temporal entre educadores e educandos. Essa modalidade de ensino-aprendizagem pode ser executada em múltiplos formatos, tendo destaque a sua condição temporal, subdividida entre assíncrona ou síncrona, ou seja, em tempo real ou acessando aulas previamente executadas e gravadas, constituindo, muitas vezes, modos de estudo híbridos entre o presencial e o remoto. Tendo em vista sua versatilidade, o ensino à distância além de se apresentar como uma alternativa pedagógica às instituições educacionais, também pode ser utilizado em contextos de maior dificuldade de acesso à educação, sendo uma ferramenta de relativa importância para a formulação de uma política de acesso democrático à educação (Maclean & Wilson, 2009).

| Educação de adultos — EdA

A educação de adultos é um processo multidisciplinar orientado para proporcionar melhores qualificações profissionais e alcançar atitudes e aptidões cívicas, sociais e culturais para o desempenho de responsabilidades e para o progresso em todas as esferas da vida. A educação para adultos tem três domínios centrais de aprendizagem: alfabetização e competências básicas; educação contínua e desenvolvimento profissional (competências profissionais); e, educação liberal, popular e comunitária (competências de cidadania ativa). Semelhantemente à Educação a Distância e à Educação Aberta, a Educação de Adultos reconhece o valor e a relevância das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) vistas como detentoras de um grande potencial para melhorar o acesso dos adultos a uma variedade de oportunidades de aprendizagem, resultando numa maior equidade, inclusão e transformação, tal como preconizam as Tecnologias para Aprendizagem e Conhecimento (TAC) e Tecnologias para Empoderamento e Participação (TEP). Via dispositivos móveis, redes eletrônicas, redes sociais, meios de comunicação e cursos em linha, os educandos adultos podem ter acesso a oportunidades de aprendizagem em qualquer momento e em qualquer lugar (UNESCO, 2019).

| Mulheres migrantes

Trata-se das mulheres que se mudaram (ou estão em processo/tentativa de

mudança) para um país a partir de outro, que sofrem de condições específicas de migração ligadas ao seu gênero nos territórios em questão. Além disso, a mudança (ou tentativa de mudança), pode nem sempre ser voluntária, uma vez em que há casos nos quais mulheres são levadas para outro país contra sua vontade ou sob pressão, prevendo sua futura exploração e, em outros contextos, a saída compulsória de um território pode ser o resultado de desastres econômicos, naturais ou catástrofes ambientais (European Union, 2023).

| Migrante climático

Outro tipo importante é o migrante impulsionado pelo clima, decorrente das mudanças que têm efeitos desastrosos para a economia e territórios atingidos. No entanto, essas pessoas não são consideradas refugiadas legalmente, visto que esse termo tem um significado específico, centrado em um “fundado temor de ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertença a um determinado grupo social ou opinião política” (ACNUR, 1951). Os grupos mais vulneráveis social e economicamente costumam ser os mais atingidos, além do fato de que não se sabe o número exato desse tipo de migrante, dada a falta de instrumentos para definir a métrica de sua identificação. Cabe ainda dizer que há grupos específicos, como as mulheres e minorias étnicas, sendo mais fortemente atingidos por efeitos da mudança climática computando, segundo a ONU (ONU, 2021), 80% de todos os migrantes climáticos, porém isso não se aplica a todos os países asiáticos já que, no caso da China, esse percentual é de 40%.

| Migrante no sistema Kafala

Outro tipo específico de migrante que observamos no levantamento é aquele oriundo do sistema Kafala, ainda comum na Jordânia, Líbano e todos os países do Golfo, exceto Iraque. É definido por um quadro jurídico que durante décadas definiu a relação entre os trabalhadores migrantes e seus empregadores, no qual o estado concede permissões de patrocínio a indivíduos ou empresas locais para empregar trabalhadores estrangeiros. O patrocinador/empregador cobre as despesas de viagem e fornece moradia, muitas vezes em acomodações do tipo dormitório ou, no caso de trabalhadores domésticos, na casa do patrocinador/empregador. Na maioria das situações, os trabalhadores precisam da permissão de seu patrocinador para mudar de emprego, encerrar o vínculo empregatício e entrar ou sair do país anfitrião. Deixar o local de trabalho sem permissão costuma resultar na rescisão do status legal do trabalhador e, potencialmente na prisão ou deportação, fazendo com que sua condição migrante apresente bastante vulnerabilidade e dificuldade de obter educação adequada (CFR, 2023), visto pelos padrões ocidentais de análise guarda semelhanças com redução à condição análoga à escravidão.

■ METODOLOGIA

Para que esse relatório pudesse ser produzido, definiu-se, inicialmente, uma proposta metodológica dos elementos/etapas do levantamento que envolveu abordagem de práticas e políticas educacionais no nível internacional, nacional e subnacional/regional, propondo reflexões conceituais e críticas de como buscar e sistematizar o que é produzido em diferentes territórios e momentos. Posteriormente, efetivou-se uma sistematização e análise bibliométrica e cienciométrica, seguida por uma etapa de análise dos dados gerados, a partir da abordagem do ciclo de políticas e, por fim, produzindo texto com os resultados voltados para o contexto os dois blocos continentais. Os processos metodológicos detalhados estão disponíveis no [Anexo I](#).

■ CONTEXTO E JUSTIFICATIVAS

Após a definição da metodologia de busca, organização e análise das boas práticas e políticas voltadas para a temática das Migrações e Deslocamentos Humanos na sua intersecção com três tipos de educação: de Adultos, Aberta e a Distância, decidiu-se definir o contexto (espaço-território) para buscar essas práticas e políticas da temática em questão, optando pela escolha de blocos político-econômicos, uma vez que seus direcionamentos e produções acabam gerando um efeito em cascata que afeta individualmente os países membros e também interfere no modo como outros lugares no mundo se organizam.

Na primeira parte, observamos com mais atenção alguns países: México, Estados Unidos e Canadá que se destacam pelas suas especificidades em termos quantitativos (número de migrantes e produção voltada a esses) e qualitativos (qualidade da produção para atender diferentes necessidades dos mesmos), visto que os seus blocos político-econômicos NAFTA/USMCA não apresentaram muitas produções para poderem ser aproveitadas neste relatório.

Na segunda, nos atentamos com maior afinco a alguns países: China, Índia, Taiwan, Estônia, Turquia, Austrália e Líbano, sendo que os dois primeiros destacam-se por sua importância político-econômica e tamanho da população, enquanto o único país da Oceania se destaca tanto em termos quantitativos (número de migrantes e produção voltada a esses), como qualitativos (qualidade da produção para atender diferentes necessidades dos mesmos), visto que seus blocos político-econômicos (RCEP/ASEAN) não apresentaram tantas produções para que pudessem ser aproveitadas neste relatório. Os últimos três países, apesar de pequenos em importância político-econômica e tamanho, representam locais de transição entre os blocos e regiões, servindo como balizadores para o

entendimento das transições entre continentes e territórios desses grandes espaços. No caso do Brasil, uma pesquisa individual foi realizada para efeitos de comparação e elucidação das especificidades da produção nacional.

■ REFERÊNCIAS

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados – ACNUR (1951). Convenção relativa ao estatuto dos refugiados. [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao relativa ao Estatuto dos Refugiados.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao%20relativa%20ao%20Estatuto%20dos%20Refugiados.pdf)

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados -ACNUR (1984). Declaração de Cartagena. [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD Legal/Instrumentos Internacionais/Declaracao de Cartagena.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD%20Legal/Instrumentos%20Internacionais/Declaracao%20de%20Cartagena.pdf)

Campos, M. B (2017). Migração In L. Cavalcanti, L, T. Botega, T. Tonhati, T & D. Araújo (Orgs.). Dicionário Crítico de Migrações Internacionais. Brasília: Editora UnB.

Council on Foreign Relations – CFR (2023). What Is the Kafala System? <https://www.cfr.org/background/what-kafala-system>.

European Union. (2022, 2 de fevereiro). What is open education? In: EU Science Hub. https://joint-research-centre.ec.europa.eu/what-open-education_en

European Union (2023). Migrant women. Instituto Europeu para Igualdade de Gênero. <https://eige.europa.eu/thesaurus/terms/1292>.

Feldman-Bianco, B. (2017). Deslocamento. L. Cavalcanti, L, T. Botega, T. Tonhati, T & D. Araújo (Orgs.). Dicionário Crítico de Migrações Internacionais. Brasília: Editora UnB.

International Organization for Migration - IOM, 2022. People on the Move in a Changing Climate – Linking Policy, Evidence and Action. IOM, Geneva. <https://publications.iom.int/books/people-move-changing-climate-linking-policy-evidence-and-action>

Maclean, R., Wilson, D. (Eds.) (2009). International Handbook of Education for the Changing World of Work: Volume 1. Dordrecht, Netherlands: Springer Science.

Matos-de-Souza, R., Lazarini, T., González-Monteagudo, J., & Barroso-Tristán, J. M. (2021). Migration and education: A study on the invisibilization of the migrant in Brazilian and Federal District educational policies. Education Policy Analysis Archives, 29 (January - July), 24. <https://doi.org/10.14507/epaa.29.5540>

Migration Data Portal (2023). International data.

https://www.migrationdataportal.org/international-data?i=stock_abs &t=2020

Organização das Nações Unidas – ONU (2021). COP26: 80% dos deslocados por desastres e mudanças climáticas são mulheres. <https://brasil.un.org/pt-br/157806-cop26-80-dos-deslocados-por-desastres-e-mudancas-climaticas-sao-mulheres>.

UNESCO Institute for Lifelong Learning. (2019). 4th global report on adult learning and education: leave no one behind: participation, equity and inclusion. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000372274>

Blocos político-econômicos:
ÁMERICAS E EUROPA

Aqui são apresentados de modo sintético todos os blocos consultados na confecção do relatório, levando em consideração seu peso político e econômico no mundo.

| NAFTA/USMCA

O Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) trata-se de um acordo envolvendo Canadá, México e Estados Unidos que possibilita o livre comércio com custo reduzido para troca de mercadorias entre os três países. O NAFTA entrou em vigor em 1 de janeiro de 1994. Em 2017, a troca comercial entre os países do bloco atingiu 1.2 trilhões de dólares (AS/COA, 2017). O Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA) é o acordo que substitui o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio. O documento foi assinado pelo primeiro-ministro canadense e pelos presidentes dos Estados Unidos e do México em 30 de novembro de 2018, durante a Cúpula do G20 de 2018, em Buenos Aires, na Argentina. Conforme o repositório de dados World Economics (2012-2022), o USMCA configura-se enquanto o segundo maior bloco econômico do mundo, atrás apenas da Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP), sendo que esses países representam 17% do PIB global e 11% do crescimento do PIB global nos últimos 10 anos (2011-2021). Tendo em vista esse cenário, vemos que o bloco possui grande relevância e projeção internacional, sendo interessante analisar suas possíveis legislações acerca do desenvolvimento educacional e acolhimento de migrantes e refugiados.

| MERCOSUL

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é um processo de integração regional, inicialmente estabelecido pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e, posteriormente, Venezuela e Bolívia, que tem um PIB estimado de US\$ 2,68 trilhões. Os países presentes no acordo correspondem, segundo o site oficial do MERCOSUL¹, a uma área total de 14.869.775 km² e a uma população de 295.007.000, configurando-se enquanto a quinta maior economia do mundo com um total de US\$824.000.000 investidos em infraestrutura. Segundo a organização Migration Data Portal, a América do Sul conta com padrões migratórios particulares, tendo expressiva migração interna, externa e também forte onda emigratória. A região conta com mais de 17 milhões de emigrados e 10 milhões de imigrantes, segundo o portal. Neste sentido, perante os padrões

¹ Recuperado de: <https://www.mercosur.int/pt-br/>. Acesso em 10/11/2022.

migratórios presentes no bloco podemos estudá-lo a partir de perspectivas migratórias de diferentes padrões, tornando-o extremamente relevante não somente devido ao seu valor regional para o Brasil.

| Comunidade Andina

A Comunidade Andina é um bloco econômico também sul-americano formado por Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. A comunidade andina possui, segundo seu site oficial², 111 milhões de habitantes, em uma área de 4,7 milhões de quilômetros quadrados, com um produto interno bruto nominal de 280 bilhões de dólares. Além de possuir padrões migratórios diversos tanto de emigração quanto de imigração como o restante da América do Sul, a Comunidade Andina possui, ainda de acordo com seu site oficial, um Estatuto Migratório que regula o direito de circulação da comunidade entre os países integrantes, bem como estabelece residência temporária e permanente para os cidadãos andinos nesses países. Assim, similar ao MERCOSUL, trata-se de um acordo de integração regional, não somente econômico, tornando o aspecto migratório gerado por este tipo de acordo bastante relevante para análise.

| União Européia

A União Europeia (UE) é uma união política e econômica supranacional de 27 estados-membros localizados principalmente na Europa. Segundo Marek Hlavac (2010), a união tem uma área total de 4.233.255,3 km², uma população total estimada de cerca de 447 milhões e tem sido frequentemente descrita como uma entidade política *sui generis* (sem precedentes ou comparação) que combina as características de uma federação e de uma confederação. Por conta de sua natureza política singular, a UE tem forte expressividade internacional e uma grande gama de tratados, acordos, resoluções, entre outros, sobre os mais diversos tópicos socioeconômicos, em especial sobre migração e educação. Contendo 5,8% da população mundial em 2020, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), a UE gerou um produto interno bruto (PIB) nominal de cerca de US\$ 17,1 trilhões em 2021, constituindo aproximadamente 18% do PIB nominal global. Além disso, todos os estados da UE têm um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito alto conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Por conta dessas particularidades econômicas e legislativas, desde o ano de 2010, aproximadamente 47,3 milhões de pessoas que vivem na UE nasceram fora do seu país de residência, correspondendo a 9,4% da população total da UE. Neste sentido, estudar as legislações e particularidades de migração e asilo político do bloco se fazem bastante relevantes.

² Recuperado de: <https://www.comunidadandina.org/>. Acesso em 17/11/2022.

■ AMÉRICAS

Considerando tanto as especificidades do Brasil, mas também dos três países que fazem parte da NAFTA/USMCA — Canadá, EUA e México-, decidimos apresentar individualmente esses quatro países, uma vez que o bloco NAFTA/USMCA não apresentava resultados satisfatórios nesse nível, exigindo um olhar mais atento a cada um dos países.

| EUA

Segundo o Migration Policy Institute (2022), 44,9 milhões de imigrantes de diversas origens vivem nos Estados Unidos, tornando o país extremamente expressivo em números quando tratamos das diferentes ondas migratórias presentes no território das Américas e extremamente relevante para análise.

| Canadá

Ainda segundo o Migration Policy Institute (2022), os residentes permanentes nascidos no exterior representam mais de 20% da população do Canadá e os imigrantes recém-chegados agora representam mais de 50% do crescimento anual da população, sendo outro número extremamente expressivo no contexto das Américas, nesse caso em proporção à população, tornando-o relevante para a análise.

| México

Também segundo o Migration Policy Institute (2022), 97% dos migrantes mexicanos residentes no exterior estão nos EUA, marcando aqui um fenômeno claro de migração interna entre os países membros da NAFTA/USMCA, sendo interessante a análise desse fenômeno comparativamente entre os países membros e suas legislações e iniciativas em relação ao fenômeno migratório.

| Brasil

Segundo o relatório anual do Observatório das Migrações Internacionais para o ano de 2020, de 2011 a 2019 foram registrados, no Brasil, 1.085.673 imigrantes

e entre 2010 e 2019, foram registrados 660.349 imigrantes de longo termo no Brasil. Estando os nacionais da Venezuela (142.250), Paraguai (97.316), Bolívia (57.765) e Haiti (54.182) entre o maior número de residentes migrantes a longo prazo no país, representando 53% do total de registros. Sendo assim, o Brasil, além de Estado Membro do Mercosul e o país base de produção deste levantamento, possui expressiva população imigrante e refugiada, sendo relevante o estudo das políticas educacionais de acolhimento dessas populações.

■ PRINCIPAIS CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES

Nesta parte do relatório serão apresentadas algumas conclusões e considerações que surgiram durante o levantamento, organização e avaliação do banco de dados. Durante o levantamento percebeu-se haver uma carência tanto de políticas e práticas que articulem os três tipos de Educação: Aberta, a Distância e de Adultos, numa relação com a população de imigrantes/refugiados. Isso já indica a incipiência da área de estudos interdisciplinares, especialmente aqueles no campo da Educação Aberta.

A Educação Aberta em si tem aparecido mais recentemente nos levantamentos, contando com diversos sítios que reúnem materiais, bem como resoluções que ajudam na sua regulamentação e organização. No entanto, os resultados apontam que se trata de produção isolada, sem associação à ideia de imigrantes e refugiados, faltando essa integração na área toda. A tendência identificada é de relacionar EaD com a Educação para Imigrantes e Refugiados e, nesse caso, constam mais elementos que também se direcionam pontualmente para o público adulto.

Em segundo lugar, a dificuldade se revelou ao se pesquisar por produções direcionadas ao público adulto, existindo um número maior de documentos, legislações, programas e iniciativas para crianças e adolescentes em idade escolar. A Educação para Adultos foi sendo detectada quase em sua totalidade em documentos gerais sobre educação, enquanto os documentos sobre Educação de Jovens contavam com produção própria. Em termos práticos, a Educação para Imigrantes e Refugiados Adultos costuma receber uma atenção no sentido legal e jurídico no continente americano e no continente europeu, privilegiando mais a formação continuada ou aprendizagem ao longo da vida.

Os maiores produtores de legislações, estratégias, diretrizes, avaliações, ferramentas e recursos são as organizações internacionais: ONU, OIM e UNESCO e, especialmente, a última. A UNESCO se destacou com diversas políticas, sendo elas: “Guidelines on the development of open educational resources policies: Open Education for a Better World” e “Diretrizes para recursos educacionais abertos (REA): no ensino superior”, bem como com práticas e produções, tais como: observatório regional “Sistema de Informação de Tendências Educacionais na América Latina (SITEAL)” e sítios eletrônicos com recursos “Open Educational Resources (OER)”, “International Council for Open and Distance Education (ICDE)”, “Open Education for a Better World”,

“Language and literacy programmes for migrants and refugees: challenges and ways forward Open Education for a Better World” e “Integrating Migration into Education Interventions: A Toolkit for International Cooperation and Development Actors”, feito em parceria com OIM e UE. Futuros trabalhos na área teriam que fazer análises mais pormenorizadas das produções que encontramos nos sítios, isto é, repositórios eletrônicos guardam para que se possa entender que tipo de banco de dados são constituídos lá, além da articulação, uma vez que apontamos a falta de integração entre diferentes tipos de Educação e público imigrante/refugiado.

Com relação aos blocos político-econômicos, cabe reforçar os modos diferentes que os blocos tratam a temática, tal como apontado há pouco sobre os dois continentes. Aqui, a principal diferença se dá comparando o NAFTA/USMCA aos outros blocos, porque sua produção de legislação e acordos sobre imigração/refúgio e educação tem ficado restrita à questão econômica. Já o MERCOSUL e Comunidade Andina contam com a questão educacional como um dos pilares da organização interna dos blocos. No entanto, o tema da migração é definido mais em termos de circulação de pessoas. No caso da UE, percebe-se uma forte relação entre educação e imigração, o que se deve ao fenômeno de migração/refúgio que a Europa tem percebido nos últimos anos, assim como uma disposição das suas estruturas políticas para produzir não somente materiais, mas também regulamentos e programas que devem auxiliar na organização curricular, definindo planos de ação: “Plano de Ação para a Educação Digital 2021-2027”, “Plano de Ação para Integração e Inclusão 2021-2027”, um modo de atuar que é mais propositivo e permite projeções para o futuro. Além disso, na UE encontramos redes e centros que integram diferentes países-membros e suas instituições, por exemplo: “Eurydice — Rede europeia de informações sobre sistemas e políticas de educação”, “European Digital Education Hub” e “European Education Area”, mais uma prática que pode se refletir positivamente no futuro, encontrando um paralelo na iniciativa Educação Aberta no Brasil ou na Universidade Aberta e a Distância no México. E por fim, é um espaço onde há sítios eletrônicos como: “Massive Open Online Courses-MOOCs”, “Open Educational Resources — OER”, e um sítio que articula três tipos de recursos “Open Education: OER, OCW and MOOCs”, o que pode servir de exemplo para repositórios que sejam integradores de diferentes tipos de ferramentas e recursos espalhados pelo Brasil e pelo mundo.

Nesse ponto serão apresentados também os países específicos levados em consideração no nosso levantamento.

| Canadá

Legislação produzida em grau menor quando comparada à produção de prática/

materiais (ou pelo menos no material não se explicita a qual programa/lei se insere, dando a impressão que não houve tanta articulação entre a esfera da produção textual e a prática), o que também dá a entender que não há muita integração entre políticas e práticas. Existe um equilíbrio entre aprendizado de francês e inglês por parte dos imigrantes, porém com a tendência de isolar as línguas, oferecer uma ou outra, não ambas, o que faz pensar sobre o lugar que o bilinguismo e o multilinguismo têm no pensamento e funcionamento de quem pensa a temática.

| Estados Unidos

Há uma produção volumosa de legislação, ao passo que os materiais são menos produzidos em comparação com o Canadá. Chama atenção também a questão migratória, mesmo quando é positivamente pensada a favor dos imigrantes/refugiados, apontam-se elementos problemáticos, organizados para poderem ajudar ao público migrante resolver as necessidades mais básicas da ordem burocrática. Assim são produzidos materiais que vão resolvendo os problemas, de matrícula na escola por exemplo, e não definindo necessariamente quais práticas ou ainda políticas podem ser definidas para a educação funcionar melhor, aproveitando a presença dos imigrantes, no caso.

| México

No caso deste país interfere bastante a sua relação com EUA. Quando empregados os mesmos 26 termos em inglês, houve aparecimento relacionadas ao "problema" dos mexicanos nos Estados Unidos enquanto quando a pesquisa era feita em espanhol vinham resultados mais focados no México e a partir da sua perspectiva. Essa situação reforça a importância de se realizarem pesquisas que não só em inglês, para tentar equilibrar possível enviesamento que o uso linguístico pode provocar. Outro dado importante no caso do México é a preocupação com o retorno e a integração da sua população migrante novamente na sociedade mexicana.

| Brasil

Foi possível observar uma articulação maior entre as organizações internacionais, especialmente o ACNUR e UNESCO, órgãos públicos nacionais e instituições de ensino superior e suas iniciativas, o que faz com que exista uma articulação maior entre o que se propõe no nível internacional com os seus desdobramentos mais regionais e locais. Essa parece ser um caminho favorável para a expansão dessa área que também é incipiente no Brasil, mas que apresenta esta especificidade que pode auxiliar numa maior articulação futura

dos diferentes tipos de Educação e o público imigrante/refugiado. No entanto ainda não foram encontradas muitas políticas ou legislações dedicadas à temática no nível estadual ou federal, com mais exemplos no nível municipal (prefeitura de São Paulo), porém no que tange a existência de sítios e repositórios, há certo acúmulo de experiência em produções como: “Escolha Livre”, “Mapa de Serviços Abertos” e “Observatório Educação Viglada”, sendo este último o que traz uma visão crítica sobre o uso dos chamados “provedores gratuitos” de serviços de armazenamento: Google, Microsoft etc., algo que não foi encontrado nos dois continentes.

Considerando tudo que foi citado e discutido neste relatório, podemos concluir que a área de Educação Aberta na sua relação com a Educação a Distância e para Adultos, pensando no público imigrante/refugiado precisa de:

I. estudos mais aprofundados das produções específicas, tanto políticas como práticas, e outros mais panorâmicos, fazendo interconexões entre os diferentes tipos de Educação;

II. levantamentos, enquanto estados de arte que fariam sistematização e análise crítica da produção efetuada em diferentes esferas governamentais (municípios, governos estaduais e federal, instituições de ensino básico e superior), instituições não-governamentais e empresas/organizações com ou sem fins lucrativos;

III. repositórios unificadores de diferentes recursos e ferramentas e repositórios de políticas institucionais sobre a temática (inter)nacionais e;

IV. iniciativas que resultem em eventos, redes e programas/planos de ações que oferecessem direcionamentos e proposições mais diretas de como beneficiar a população adulta migrante e refugiada com os benefícios da Educação Aberta e a Distância.

No que se refere às iniciativas que articulam as principais temáticas desse relatório, podemos destacar, com relação à produção de documentos estratégicos, estudos e relatórios as publicações produzidas pela ONU e OIM, sejam eles: o documento estratégico intitulado “Refugee Education 2030: a strategy for refugee inclusion”; o Estudo de caso “Inter-Agency Network for Education in Emergencies: A community of practice, a catalyst for change”; o documento “Data Transformation Strategy 2020-2025 Supporting protection and solutions” e o relatório “Education and Migration: an assessment of the types and range of IOM’s education and vocational training projects”. Entre os guias e manuais produzidos por diferentes países destacam-se, especificamente, os do Canadá e México: o manual “Découvrir le Canada: les droits et responsabilités liés à la citoyenneté” e o guia “¡Elige, aprende y supérate!: guía educativa para mexicanos en el exterior y en retorno”. Finalizando, a ferramenta “Integrating

Migration into Education Interventions: A Toolkit for International Cooperation and Development Actors”, produzida pela EU, UNESCO e UNICEF, é uma importante iniciativa que pode auxiliar no desenvolvimento de programas e projetos que integrem as temáticas da migração e educação aberta, à distância e de adultos.

A significativa dependência de órgãos multilaterais, governamentais e de estado também indicam como os setores privados, os organismos do terceiro setor e mesmo as universidades estão distantes do debate interdisciplinar que articule as educações Aberta, a Distância e de Adultos. Por fim, entendemos que por estarem imersas no território, em especial na América Latina, onde a extensão cumpre um papel fundamental na oferta de serviços à população, as universidades poderiam atender mais propriamente a oferta de educativa às populações migrantes, privilegiando a educação aberta e a distância, justamente por seu caráter econômico e sua maior capacidade de certificação e validação de percursos formativos anteriores à migração dos sujeitos.

■ REFERÊNCIAS

Batalova, J. (2022). Top Statistics on Global Migration and Migrants. In: Migration Policy Institute. Disponível em:

<https://www.migrationpolicy.org/article/top-statistics-global-migration-migrants#:~:text=The%20number%20of%20persons%20forcibly,the%20United%20Nations%20High%20Commissioner.>

Bolívia. International Organization for Migration. (2022). Making Migration Work for All. Disponível em: <https://www.iom.int/countries/bolivia>.

Bolter, J. (2022). Immigration Has Been a Defining, Often Contentious, Element Throughout U.S. History. In: Migration Policy Institute. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/immigration-shaped-united-states-history>.

Challinor, A. E. (2011). Canada's Immigration Policy: a Focus on Human Capital. In: Migration Policy Institute. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/canadas-immigration-policy-focus-human-capital>.

Colombia. Departamento Administrativo Nacional de Estadística. (2021). Visualizador de Datos Estadísticas de Migración. Disponível em: <https://sitios.dane.gov.co/visor-migracion-nacional/index.html>.

Comunidad Andina. (2021). Aprueban Estatuto Migratorio Andino que establece Residencia Temporal y Permanente en países de la CAN. Disponível em: <https://www.comunidadandina.org/notas-de-prensa/aprueban-estatuto-migratorio-andino-que-establece-residencia-temporal-y-permanente-en-paises-de-la-can/>

Destatis, Statistisches Bundesamt. (2022). Migration and Integration. Disponível em: https://www.destatis.de/EN/Themes/Society-Environment/Population/Migration-Integration/_node.html.

Hellenic Republic. (2021). Press Release: Estimated Population (2021) and Migration Flows (2020). Hellenic Statistical Authority (ELSTAT), Grécia.

Hlavac, M. (2010). Less Than a state, more than an international organization: The Sui generis nature of the European Union. MPRA Paper n. 27179.

Institut National D'études Démographiques (2020). How many immigrants are there in France? Disponível em: https://www.ined.fr/en/everything_about_population/demographic-facts-sheets/faq/how-many-immigrants-france/.

Instituto Nacional de Estadística. (2021). Cifras de Población (CP) a 1 de enero de 2022 Estadística de Migraciones (EM) Año 2021 Datos provisionales. Espanha.

International Monetary Fund. World Economic and Financial Surveys. (2022). World: Economic Outlook Database. Disponível em:

<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October/weo-report?a=1&c=998,&s=NGDPD,PPPGDP,PPPPC,&sy=2021&ey=2022&ssm=0&scsm=0&sc=0&ssd=1&ssc=0&sic=0&sort=country&ds=.&br=1>.

Itália. Istituto Nazionale Di Statistica. (2021). Indicatori Demografici: Anno 2020. Disponível em: <https://www.as-coa.org/articles/chart-nafta-numbers-2017>.

Mercosur. (2022). Website of The Southern Common Market. Disponível em: <https://www.mercosur.int/en>.

Migration Data Portal. (2021). Migration data in South America. Disponível em: https://www.migrationdataportal.org/international-data?i=stock_abs_&t=2020&m=2&sm49=5

Observatório das Migrações Internacionais. (2020). Resumo Executivo - Relatório Anual do Obmigra.

Organisation for Economic Co-operation and Development. (2012). Key indicators by country. Disponível em: <https://www.oecd.org/migration/integration-indicators-2012/keyindicatorsbycountry/name,218347,en.htm>.

OECD,iLibrary. (2020). International Migration Outlook. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/international-migration-outlook-2020_ec98f531-en.html

Stabel Belgium in figures. (2022). On 1 January 2022, the legal population in Belgium was 11,584,008 inhabitants. Disponível em: <https://statbel.fgov.be/en/news/1-january-2022-legal-population-belgium-was-11584008-inhabitants-0>.

Sturge, G. (2022). Migration statistics. In: House of Commons Library. Disponível em: <https://commonslibrary.parliament.uk/research-briefings/sn06077/#:~:text=Migrants%20living%20in%20the%20UK,people%20who%20were%20born%20abroad>.

World Economics. (2022). The Global Authority on Geographic Investability. United States-Mexico-Canada Agreement (USMCA). Disponível em: <https://www.worldeconomics.com/Regions/USMCA>.

Blocos político-econômicos:
ÁSIA, ÁFRICA e OCEANIA

Aqui são apresentados de modos sintético todos os blocos consultados na confecção do relatório, levando em consideração seu peso político e econômico no mundo.

| RCEP/ASEAN

A Parceria Econômica Regional Abrangente (em inglês: RCEP) é um tratado de livre-comércio proposto na região Ásia-Pacífico e hoje configura-se como o maior bloco comercial do mundo, formado por 15 diferentes economias. O bloco é recente, pois o acordo para sua constituição é de 2020, visto que as negociações se iniciaram em 2012. No entanto, os países dessa região já mantinham relações através da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), que existe desde a década de 1960, através da chamada “Área de Livre Comércio (ALC)”, sendo essa parceria também chamada de ASEAN Plus Six. A partir dessa parceria, surge o bloco entendido como RCEP. Entre os membros, estão os dez países membros da ASEAN: Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Filipinas, Singapura, Tailândia e Vietnã e cinco dos parceiros da ALC na ASEAN: Austrália, China, Japão, Nova Zelândia e Coreia do Sul. Um dos países inicialmente definidos como “Plus Six”, a Índia, acabou por ficar de fora, já que optou por se retirar das negociações do RCEP ainda no ano de 2019. A análise deste bloco comercial é interessante, não apenas por sua grande abrangência e relevância mundial, mas também por englobar diversos países do continente asiático, que concentrou 40% dos migrantes internacionais do mundo em 2019, estando mais da metade desses imigrantes ainda residindo no próprio continente. Isso nos motiva a analisar, de modo mais próximo, as tendências e legislações para imigração da região, a fim de melhor compreender como se dá esse fenômeno. Ademais, a RCEP também reúne países da Oceania, região que, em 2019, já abrigava 7.7 milhões de imigrantes de outras regiões do mundo, tornando a aproximação e análise das legislações do bloco e de seus países membros ainda mais interessantes. Por fim, a região tem especificidades migratórias, em especial, voltadas para a questão das mulheres, sendo que essas representam 61% da população de imigrantes em países como a Tailândia (MIGRATION DATA PORTAL, 2023a, IOM, 2023, THE ECONOMIC TIMES, 2019).

| União Africana

O continente africano possuía, em 2020, 25,4 milhões de imigrantes, sendo 21 milhões desses migrantes pessoas nativas do próprio continente. Neste sentido, devido a este fenômeno ter aspecto mais local, analisar as tendências

migratórias e as iniciativas de educação para migrantes no continente de forma mais aproximada nos parece como uma possibilidade de diversificar e desmistificar conhecimentos sobre boas práticas e políticas referentes à nossa temática. Para isso, nos aprofundamos na organização internacional denominada União Africana, que consiste em 55 países e visa promover a integração entre os países do continente africano nas mais diferentes áreas e aspectos. O Bloco foi fundado a 26 de maio de 2001, em Adis Abeba, Etiópia, e lançado em 9 de julho de 2002, em Durban, África do Sul. É a sucessora da Organização da Unidade Africana — OUA, criada em 1963. A organização se modelou a partir de características de outros blocos, como a União Europeia e a Comunidade das Nações. A UA tem parlamento próprio e atua, especialmente, na promoção de direitos humanos, democracia e desenvolvimento econômico do continente. Devido a essas características, pensamos que a organização pode apresentar interessantes boas práticas a serem observadas quando tratamos de temas como imigração e educação (Mbeki, 2002, IOM, 2021, 2023, MIGRATION DATA PORTAL, 2023b).

| Conselho de Cooperação do Golfo

É uma organização de integração econômica que reúne seis dos oito países do Golfo Pérsico: Omã, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Qatar, Bahrein e Kuwait. O CCG compreende países que consideram ter objetivos sociais e econômicos em comum na região e foi estabelecido oficialmente em 1981. Assim, a parceria contempla áreas diversas como finanças, administração, legislação, turismo, alfândega, agricultura, colaboração científica e indústrias. Devido à extensão em áreas de cooperação e colaboração contempladas na Carta do Conselho e nos diferentes acordos da organização, pensamos que analisar as abordagens dadas à área de educação com um recorte voltado ao tema da imigração seria produtivo, em especial, para entender o papel que a educação desempenha nesse modelo de cooperação internacional e nos processos migratórios da região. Atualmente, os migrantes constituíam a maioria da população em metade dos países do GCC, que em sua maioria, utilizam o já mencionado sistema kafala para receber essa população em deslocamento em seus territórios, o que lhes atribui algumas especificidades no tratamento da educação (MIGRATION DATA PORTAL, 2023c, GCC, 2023, IOM, 2023b).

| Comunidade de Estados Independentes

A Comunidade dos Estados Independentes (CEI, em russo: Содружество Независимых Государств — СНГ), é uma organização intergovernamental regional fundada em 8 de dezembro de 1991. Contempla 11 das 15 repúblicas que antes integravam a União Soviética: Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Federação Russa, Quirguistão, Moldávia, Tajiquistão,

Turcomenistão e Uzbequistão. Geórgia e Ucrânia foram membros da comunidade no passado, tendo se retirado do conselho nos anos de 2008 e 2014, respectivamente. A CEI tem como principais objetivos a manutenção das relações políticas herdadas da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a formação de um Tratado de Segurança Coletiva. Mesmo não tendo como foco principal o deslocamento e imigração internas na Comunidade, existem fortes movimentos migratórios nos países que formam a organização, abrangendo tanto países do Leste Europeu, como da Ásia Central, sendo essa uma das suas principais características de relevância no levantamento, juntamente ao seu caráter histórico. A Rússia é o segundo país com maior número de residentes imigrantes na Europa, com um quantitativo que ultrapassa 11 milhões de residentes oriundos de diversos países da Ásia Central. Em 2019, havia cerca de 5 milhões de migrantes nascidos na Ásia Central que viviam na Federação Russa. Essa característica torna relevante a análise e levantamento das iniciativas educacionais para migrantes na região.

■ PAÍSES

Considerando as especificidades dessa grande região do mundo, selecionamos sete países, sendo um do continente europeu (Estônia), cinco da Ásia (Líbano, Turquia, Índia, China e Taiwan) e um da Oceania (Austrália), para estudos de caso para pensar as transições entre essas regiões.

| Índia

Apesar de não ser um dos países com maior número de imigrantes mundialmente, a Índia ainda sim possui quase 5 milhões de residentes de diferentes nacionalidades, sendo que mais de 200 mil são refugiados e 53% são mulheres. Além disso, a Índia é um Estado Membro da OIM (Organização Internacional para as Migrações) desde 2008. Por essa razão, existem diferentes projetos em várias áreas voltadas para a migração implementados pela OIM no país. Esses projetos, incluem o combate ao tráfico humano e contemplam migração laboral e assistência a migrantes. Outro ponto que levou a necessidade de uma análise mais aprofundada do país e de suas políticas para educação de imigrantes e refugiados, foi a consideração de que sua ausência geraria uma lacuna no levantamento, já que o país é de extrema relevância para as regiões da Ásia e Oceania e participou das negociações, configurando-se como parceiro comercial dos países membro da RCEP. Nesse sentido, parece relevante analisar suas práticas de educação de imigrantes individualmente, bem como de forma comparativa com os outros países da região (IOM, 2023c, MIGRATION DATA PORTAL, 2023c).

| Líbano

Apesar de ser um país com emigração significativa, o Líbano abriga cerca de 1,7 milhões de imigrantes e refugiados, tendo uma população considerável de comunidades palestinas, iraquianas e sírias. Não parece um número significativo ao primeiro olhar, mas é importante lembrar que o país possui menos de 7 milhões de habitantes. Por esse motivo, entendemos produtivo analisar o país comparativamente aos outros países do Oriente Médio que estão contemplados no levantamento a partir da CCG e que não possuem forte presença de refugiados dentre suas tendências de migração, a fim de entender os motivos pelos quais o país é tão atrativo para refugiados na região e se parte desse fenômeno se daria (ou não) devido às boas práticas educacionais para essas populações e/ou pela proximidade cultural/linguística (IOM 2023d, MIGRATION DATA PORTAL, 2023e)

| Turquia

Conflitos e crises regionais em especial nas regiões do Oriente Médio e África tornaram a Turquia tanto um país de destino como um país de trânsito para refugiados que fogem de conflitos, pobreza e desastres naturais. Há mais de 6,1 milhões de residentes internacionais no país, sendo que 3,5 milhões desses são compostos por refugiados. Além disso, apenas no ano de 2016, mais de 45 milhões de refugiados cruzaram a fronteira do país com destino a outros locais ou com a intenção de residir no próprio país. Considerando esses números e pelo território da Turquia configurar-se como um dos principais espaços de atuação da Organização Internacional para as Migrações (OIM), o país é especialmente relevante para o levantamento e análise de boas práticas para educação de imigrantes e refugiados (IOM, 2023e, MIGRATION DATA PORTAL, 2023f).

| Estônia

Mesmo sendo um país teoricamente europeu, a Estônia foi selecionada para levantamento e análise, para fins de comparação com os países membros da CEI. A Estônia é um dos países que previamente formaram a URSS e que não participa da Comunidade de Estados Independentes, além de ser um dos países com maior número proporcional de imigrantes do continente Europeu. Por essas razões, consideramos que seria relevante retornar o olhar ao continente neste segundo momento de análise, a fim de melhor entender a diferença entre as práticas educacionais para imigrantes e refugiados que podem existir devido a um diferente alinhamento político na arena mundial, neste caso, pensado no eixo de oposição entre UE e CEI. O país possui quase 200 mil residentes estrangeiros, dentre sua população de menos de 1.4 milhões de pessoas, totalizando 15% da população. Além disso, o país é um Estado Membro da OIM (Organização Internacional para as Migrações) desde 2004, tendo diversos projetos liderados pela organização implementados no país (IOM, 2023f, MIGRATION DATA PORTAL, 2023g).

| China

Configura-se enquanto o maior país da Ásia Oriental e o mais populoso, além de ser uma das economias de mais rápido crescimento do mundo. O país projeta-se internacionalmente em diversos campos, como tecnologia, indústria e ciência. Possui aproximadamente 1 milhão de imigrantes residindo em seu território, sendo apenas 38% de mulheres (dado contrastante ao restante da Ásia quando, por exemplo, pensamos em países como Tailândia que se destaca por um percentual de imigrantes mulheres mais elevado). A China é um Estado Membro

da OIM (Organização Internacional para as Migrações) desde 2016, tendo previamente mantido status de estado observador desde 2001. Dentre a forte e crescente atuação do país em políticas migratórias, apoiou e aderiu ao Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration (GCM), em 2018. Por conta de seu caráter extremamente relevante na arena mundial, de sua população de imigrantes particularmente contrastante ao continente e, ainda, devido à sua participação ativa na constituição de políticas internacionais para migração, consideramos relevante um levantamento específico ao país. Taiwan, em uma relação complexa com a China continental, também apresentou práticas que consideramos válidas para se pensar a relação entre a economia, indústria e educação, enquanto possibilidades de renovação e expansão do olhar no que se refere à temática migratória (IMF, 2021a, IOM, 2023, MIGRATION DATA PORTAL, 2023h, World Bank, 2005, UN, 2018).

| Taiwan

Devido à Política da China Única, Taiwan possui uma complexa relação perante a China continental e o restante dos atores na arena mundial alinhados com a República Popular da China. Por esta razão, Taiwan não aparece individualmente elencado em estatísticas de órgãos internacionais de imigração, apesar de possuir política própria e distinta quando contrastado com a gestão de migração da República Popular da China. Devido ao seu estágio de maturidade econômica atingido na década de 1980, Taiwan passou a ser um destino de interesse para migrantes da região do sudeste asiático. Com uma população de aproximadamente 23 milhões de pessoas, existem mais de 300 mil residentes estrangeiros no território, sendo especialmente tailandeses, filipinos, indonésios e vietnamitas. Por esses motivos, consideramos importante destacar alguns aspectos da política de migração taiwanesa, a fim de pontuar essas particularidades (MFAPRC, 2022, Wang, 2011, Tsay, 2015, Republic of China, 2023).

| Austrália

A Austrália é um país do hemisfério sul localizado na Oceania, com aproximadamente 25 milhões de habitantes e que ocupa a 19ª posição dentre as maiores economias do mundo. A população imigrante residente no país compreende 30,6% da população total, sendo cerca de 7.7 milhões de pessoas. O número de residentes estrangeiros no território australiano é considerável, além de que o país possui *status* de Estado Membro da OIM (Organização Internacional para as Migrações), atuando expressivamente nas políticas internacionais de gestão de imigração, em especial na Oceania. É notável, em especial a atenção que o país dá aos deslocamentos internos que acontecem no continente como, por exemplo, sua atuação através da OIM nos deslocamentos

climáticos ocorridos nas Ilhas Carteret. Além disso, o país foi mencionado pelo “The Economist” como o país que mais recebe imigrantes em geral dentre os maiores países do ocidente. Por estas razões, consideramos necessário nos debruçar sobre as políticas específicas do país para educação de migrantes e refugiados, mesmo o país sendo também membro do bloco RCEP.

■ PRINCIPAIS CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES

No caso desses três continentes, apesar de alguns exemplos interessantes, confirma-se a incipiência desse tipo de estudo na área de estudos interdisciplinares. No âmbito da África, Ásia e Oceania, encontramos algumas instituições, políticas e poucas práticas que são pensadas enquanto Educação Aberta, porém não encontramos muitos trabalhos que pensassem a educação para populações em deslocamento, causando estranhamento, visto que se trata de uma região com grandes fluxos migratórios. Assim, caberia realizar trabalhos investigativos e de natureza prático-didática que relacionassem a Educação Aberta (seus regulamentos e recursos), com a temática dos deslocamentos, inclusive daqueles mais específicos mencionados no levantamento, pensando em temas como gênero, clima/meio ambiente, classe/condições de trabalho. Foi identificada uma falta de integração entre essa área na totalidade, sendo mais visível no caso de Educação a Distância, na qual haveria uma possível abertura para se pensar a Educação para Imigrantes e Refugiados que, nesse contexto, é mais trabalhada como Educação para Mobilidade Acadêmica/Internacionalização ou Migração de trabalhadores com altas qualificações.

Pensando neste último ponto, novamente localizamos poucas produções direcionadas ao público adulto, existindo um número maior de documentos, legislações, programas e iniciativas para crianças e adolescentes em idade escolar ou mesmo para a comentada Mobilidade Acadêmica. A Educação para Adultos acabou sendo reduzida para um contexto de Formação Técnica e Vocacional, sem especificar como ela funcionaria com pessoas que passaram por uma experiência migratória (nesse sentido se destaca positivamente a Austrália com programas bem elaborados). Em termos concretos, blocos como a RCEP/ASEAN pensam a Educação como um serviço de (re)validação de diplomas a ser proporcionado aos cidadãos dos Estados-membro, similar à proposta do CCG, que pensa, exclusivamente, a educação para os próprios cidadãos dos países que integram o bloco, enquanto a CEI oferece uma legislação educacional mais geral com algumas estatísticas sobre a presença de migrantes em seu território. O bloco que mais se destaca pela produção de políticas, e em menor grau de práticas, é a União Africana, o que se deve às condições da região que atende e a uma certa inspiração na União Europeia. Vale a pena comentar que a produção de documentos e iniciativas é mais direcionada para refugiados do que para imigrantes e que EaD é vista como uma saída para o desenvolvimento da educação (sobretudo a nível universitário) no continente, mesmo que ainda esteja com dificuldades de conectividade e acesso

à internet. No caso dos países, além da Austrália, encontramos boas práticas e políticas, como no caso da Índia, que estruturou a Educação Aberta e a Distância em diversos níveis de ensino, embora não pense explicitamente a questão migratória, mas também a Estônia e Taiwan, ambos países pequenos que oferecem diferentes tipos de integração via educação (Estônia mais para educação linguística e Taiwan para educação técnica). Ainda cabe mencionar que os países (China, Austrália, Índia) que fazem parte das organizações internacionais: ONU, OIM e UNESCO, são os países que mais apresentaram resultados, indicando a importância da sua atuação no contexto mundial.

Quanto das produções mais específicas do que se levantou, gostaríamos de destacar algumas. Aqui articularemos os blocos político-econômicos com os países com intuito de produzir um panorama das produções mais relevantes. A União Africana, a qual mais teve produções que se adequam ao escopo do nosso levantamento apresentou políticas como “Continental education strategy for Africa — CESA” e “The digital transformation strategy for Africa (2020 — 2030)” que fazem referência a Educação Aberta e Educação a Distância, inclusive pensando na população adulta. Além disso, reuniu boas práticas em produções como “Africa Education Innovations Handbook 2020” ou mesmo em “OER Initiatives in Africa” da qual cuida a ONU, juntamente com o estabelecimento de “Pan African Virtual And E-University (PAVEU)” como instituição de ensino superior baseada nos preceitos da Educação Aberta e a Distância. Atuação parecida com relação às IES encontramos também na Austrália com “Open Universities Australia” e na Índia com “Indira Gandhi National Open University (IGNOU)”. No continente-estado encontramos também outras políticas como “Professional learning for adult educators” para os trabalhadores da educação que atenderão os grupos de adultos em deslocamento, oferecendo a estes últimos diversos programas: “Humanitarian Settlement Program (HSP)”, “Settlement Engagement and Transition Support (SETS)”, “The Skills for Education and Employment (SEE)”, juntamente com a estipulação de padrões de qualidade para atuar nessa área com orientações como “National Settlement Outcomes Standards”. Na Índia temos uma preocupação governamental semelhante com “SWAYAM”, mas não foca necessariamente os imigrantes e sim a sua vasta população migrante interna, atuando em nove áreas educativas, produzindo vários desdobramentos com regulamentos como “Guideline for Developing Online Courses for SWAYAM” que oferece orientações para a produção de REAs e atuação em redes internacionais “Commonwealth Educational Media Centre for Asia (CEMCA)”. Pensando em redes, voltamos aos blocos que se organizam, através da Educação a Distância e parcialmente Educação Aberta para atender públicos que possam precisar desse tipo de proposta educacional. Assim na RCEP/ASEAN encontramos mais políticas e planos de ação com “The ASEAN work plan on education 2016 – 2020”, “Master plan on ASEAN connectivity 2025”, “Roadmap on the asean higher education space 2025” e “Bangkok declaration on advancing partnership in Education for 2030 agenda for sustainable

development in ASEAN“ nos quais se começa primeiramente com planos mais gerais voltados para Educação, para depois pensar em planos para aumento de condições de acesso e uso da internet e por fim temas como a sustentabilidade e mudanças climáticas que precisam ser integrados nos projetos e programas educacionais, especialmente para os grupos migrantes que, segundo nosso levantamento, são mais fortemente representados nestes três continentes. Já no CCG temos mais práticas como “Edraak” e “Rwaq”, plataformas abertas elaboradas para atender migrantes (do mundo árabe), principalmente em mobilidade acadêmica. O mesmo é observado em países como a China que tem “Guias de Recepção” com diversas subdivisões para oferecer informações sobre o país de modo didático, sendo que nisso não se envolve somente o governo, mas também as universidades com a produção de materiais como “XuetangX” que é usada para divulgar boas práticas de organizações que se ocupam com os temas em questão. Em Taiwan encontramos uma situação semelhante no que diz respeito à predominância de boas práticas com projetos “Cool English” que surgiram em função da pandemia de Covid 19, especialmente nas universidades, como é a Universidade Nacional de Taipei que contam com sítio eletrônico intitulado “Recursos”, no qual temos duas principais áreas de atuação: “Digital Learning Resources (Recursos de Aprendizagem Digital)” e “Distance Learning (Aprendizagem a Distância)”. A mesma tendência continua nos países do Oriente Médio, como foi o caso do Líbano com “Kiron” que foi criado para ser uma plataforma de apoio a Educação de Adultos neste país e fora dele e Turquia na qual se pensa novamente a sustentabilidade das práticas, como relatado em “Sustainable approaches to humanitarian assistance in the field of language education for adult refugees in Turkey”, educação culturalmente sensível em “Designing Culturally Sensitive Massive Open Online Courses: Learning Culture and MOOCs in Turkey” e em “Multicultural Education Curriculum Development in Turkey”. O último país levantado apresentou um equilíbrio entre práticas com “Integration policy instruments in Estonia” que oferece diferentes instrumentos para integrar imigrantes e políticas como “Learner-Centred Education and Adult Education for Migrants in Estonia” na qual se pensa modos de proporcionar educação voltada para o aprendiz adulto na temática migrante.

Sugerimos que futuros trabalhos na área façam análises mais pormenorizadas das produções, além de fazer mais articulações entre diferentes produtos, uma vez que apontamos a falta de integração entre diferentes tipos de Educação e público imigrante/refugiado. Afirmamos isso porque não é pequeno o número de REAs ou MOOCs que atendem inúmeras pessoas no Sul Global. Várias dessas plataformas foram integradas aos sistemas educacionais formais, novamente com apoio governamental e políticas orientadoras em nível nacional que mostram a retroalimentação entre boas práticas e políticas, variando o caminho que cada país toma para tratar do assunto.

O Brasil se aproxima do contexto desses três continentes por se tratar de um contexto de Sul Global com o qual compartilha muitas das condições

(des)favoráveis para o desenvolvimento da Educação Aberta e a Distância para população adulta migrante. Outro paralelo é a participação e articulação com as organizações internacionais que cuidam da temática migrante, tais como ACNUR e OIM, fazendo com que haja mais produções de políticas e prática e, portanto, possibilidades de comparação e entrelaçamento do Brasil com outros países-membros. Como muitos dos países mencionados aqui, no território brasileiro ainda não encontramos muitas produções de políticas no nível estadual ou federal, as quais precisarão se atualizar a partir das mudanças na legislação que trata da migração com a nova lei promulgada em 2018. Espera-se que novas pesquisas de cunho mais internacional possam trazer análises de boas políticas públicas em países cuja realidade social, econômica, política e cultural é mais parecida com o Brasil.

Considerando tudo que foi citado e discutido neste relatório, podemos concluir que a área de Educação Aberta, na sua relação com a Educação a Distância e para Adultos, pensando no público imigrante/refugiado precisa de:

I. estudos mais aprofundados das produções específicas, tanto políticas como práticas e outros mais panorâmicos, fazendo interconexões entre os diferentes tipos de Educação;

II. pesquisas que trabalhem interseccionalmente questões de gênero, classe, raça, mas também outros temas como Direitos Humanos e mudanças climáticas, que afetam profundamente os países e o modo como se preparam para atender os grupos em movimento;

III. levantamentos, enquanto estados de arte, que fariam sistematização e análise crítica da produção efetuada em diferentes esferas governamentais (municípios, governos estaduais e federal, instituições de ensino básico e superior), instituições não-governamentais e empresas/organizações com ou sem fins lucrativos;

IV. repositórios unificadores de diferentes recursos e ferramentas e repositórios de políticas institucionais sobre a temática (inter)nacionais; e,

V. iniciativas que possam resultar em eventos, redes e programas/planos de ações que oferecessem direcionamentos e proposições mais diretas de como beneficiar a população adulta imigrante e refugiada com os benefícios da Educação Aberta e a Distância.

■ REFERÊNCIAS

Executive Committee of the Commonwealth of Independent States – ECCIS [Исполнительный комитет Содружества Независимых Государств] <https://cis.minsk.by/>

The Economist (2017). Australia admits more migrants than any other big Western country https://www.economist.com/asia/2017/10/05/australia-admits-more-migrants-than-any-other-big-western-country?gclid=Cj0KCQiA8aOeBhCWARIsANRFrQHf2XE7-nM92U47mbmp-omHGM6BE1E4628B3_zz-WRd1x8SXYxrdwaAqBBEALw_wcB&gclidsrc=aw.ds

THE ECONOMIC TIMES (2019). India decides to opt out of RCEP, says key concerns not addressed <https://economictimes.indiatimes.com/news/economy/foreign-trade/india-decides-to-opt-out-of-rcep-says-key-concerns-not-addressed/articleshow/71896848.cms?from=mdr>

The Cooperation Council for the Arab States of the Gulf – GCC (2023). Secretariat General of the Gulf Cooperation Council. <https://www.gcc-sg.org/en-us/Pages/default.aspx>

Internal Displacement Monitoring Centre – IDMC (2023). Pacific Response to Disaster Displacement Project. <https://www.internal-displacement.org/pacific-disasters>

International Monetary Fund – IMF (2021a). World Economic Outlook Database. China. <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2021/October/weo-report-c=924,&s=NGDPD,PPPGDP,NGDPDPC,PPPPC,&sy=2022&ey=2022&ssm=0&scsm=1&sc=0&ssd=1&ssc=0&sic=0&sort=country&ds=.&br=1>

International Monetary Fund – IMF (2021b). World Economic Outlook Database. Australia. <https://www.imf.org/en/Publications/SPROLLS/world-economic-outlook-databases#sort=%40imfdate%20descending>

International Organization for Migration – IOM (2021). Migration and migrants: Regional dimensions and developments. In: World Migration Report 2022 (M. McAuliffe and A. Triandafyllidou, eds.). IOM, Geneva. https://publications.iom.int/system/files/pdf/WMR-2022-EN-CH-3_1.pdf

International Organization for Migration - IOM (2023a). Asia and The Pacific. <https://www.iom.int/asia-and-pacific>

International Organization for Migration – IOM (2023b). Africa and the Middle East. <https://www.iom.int/africa-and-middle-east#:~:text=Migration%20in%20Africa%20involves%20large,be%20living%20within%20the%20region>

International Organization for Migration - IOM (2023c). Índia. <https://www.iom.int/countries/india>

International Organization for Migration - IOM (2023d). Lebanon. <https://www.iom.int/countries/lebanon>

International Organization for Migration – IOM (2023e). South-Eastern Europe, Eastern Europe and Central Asia . Türkiye. https://www.iom.int/sites/g/files/tmzbd1486/files/documents/south-eastern_europe_eastern_europe_and_central_asia_regional_strategy_2020-2024_6nov20_v05.pdf

International Organization for Migration – IOM (2023f) . Estonia. <https://estonia.iom.int/iom-estonia>

International Organization for Migration – IOM (2023g). China. <https://www.iom.int/countries/china>

International Organization for Migration – IOM (2023h). Australia. <https://australia.iom.int/>

Mbeki, T. (2002). Launch of the African Union, 9 July 2002: Address by the chairperson of the AU, President Thabo Mbeki. [https://web.archive.org/web/20090503210549/http://www.africa-union.org/official_documents/Speeches & Statements/HE Thabo Mbiki/Launch%20of%20the%20African%20Union,%209%20July%202002.htm](https://web.archive.org/web/20090503210549/http://www.africa-union.org/official_documents/Speeches_%20and%20Statements/HE_Thabo_Mbiki/Launch%20of%20the%20African%20Union,%209%20July%202002.htm)

MIGRATION DATA PORTAL (2023a). Migration data in South-eastern Asia. <https://www.migrationdataportal.org/regional-data-overview/south-eastern-asia>

MIGRATION DATA PORTAL (2023b). Total number of international migrants at mid-year 2020. África. [https://www.migrationdataportal.org/international-data?i=stock_abs &t=2020&m=1&rm49=2#:~:text=Migration%20in%20Africa%20involves%20large,be%20living%20within%20the%20region.](https://www.migrationdataportal.org/international-data?i=stock_abs&t=2020&m=1&rm49=2#:~:text=Migration%20in%20Africa%20involves%20large,be%20living%20within%20the%20region.)

MIGRATION DATA PORTAL (2023c). Total number of international migrants at mid-year 2020. Ásia. [https://www.migrationdataportal.org/international-data?i=stock_abs &t=2020&m=1&rm49=142](https://www.migrationdataportal.org/international-data?i=stock_abs&t=2020&m=1&rm49=142)

MIGRATION DATA PORTAL (2023d). Total number of international migrants at mid-year 2020. Russian Federation. Europe. [https://www.migrationdataportal.org/international-data?i=stock_abs &t=2020&m=1&rm49=150&cm49=643](https://www.migrationdataportal.org/international-data?i=stock_abs&t=2020&m=1&rm49=150&cm49=643)

MIGRATION DATA PORTAL (2023e). Total number of international migrants at mid-year 2020. Lebanon. https://www.migrationdataportal.org/international-data?i=stock_abs&t=2020&cm49=422

MIGRATION DATA PORTAL (2023f). Total number of international migrants at mid-year 2020. Türkiye. https://www.migrationdataportal.org/international-data?i=stock_abs&t=2020&cm49=792

MIGRATION DATA PORTAL (2023g) Total number of international migrants at mid-year 2020. Estonia. https://www.migrationdataportal.org/international-data?i=stock_abs&t=2020&cm49=233

MIGRATION DATA PORTAL (2023h) Total number of international migrants at mid-year 2020. China. https://www.migrationdataportal.org/international-data?i=stock_abs&t=2020&cm49=156

MIGRATION DATA PORTAL (2023i) Total number of international migrants at mid-year 2020. Australia. https://www.migrationdataportal.org/international-data?i=stock_abs&t=2020&cm49=36

Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China - MFAPRC (2022). One-China Principle: Anchor for Peace and Stability across the Taiwan Strait. https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/zwjg_665342/zwbdt_665378/202208/t20220812_10742117.html

Republic of China (Taiwan) (2023). National Statistics. <https://eng.stat.gov.tw/Point.aspx?sid=t.9&n=4208&sms=11713>

Tsay, C.I. (2015). Migration between Southeast Asia and Taiwan: Trends, Characteristics and Implications. *Journal of ASEAN Studies*, 3(2), 68-92. <https://doi.org/10.21512/jas.v3i2.842>

Wang, H.-Z. (2011). Immigration Trends and Policy Changes in Taiwan. *Asian and Pacific Migration Journal*, 20(2), 169-194. <https://doi.org/10.1177/011719681102000203>

World Bank. (2005). Fighting Poverty: Findings and Lessons from China's Success <http://web.archive.org/web/20130922130002/http://econ.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTDEC/EXTRESEARCH/0,,contentMDK:20634060~pagePK:64165401~piPK:64165026~theSitePK:469382,00.html>

United Nation – UN (2018). Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N18/451/99/PDF/N1845199.pdf?OpenElement>

I. DETALHAMENTO METODOLÓGICO

■ PRODUÇÃO E GESTÃO DE DADOS E METADADOS

Esta produção e gestão, para a qual tomamos como suporte Freitas (2017) e Krause-Lemke e Puh (2021), consistiu em um levantamento e mapeamento de documentos legisladores, reguladores e produção acadêmica no contexto regional, nacional e internacional, formando um banco de dados. Nesse sentido, foram consultados diversos repositórios digitais nacionais e internacionais, conforme com o tipo e o modo das informações/dados apresentados, tais como: organizações internacionais (Organização das Nações Unidas, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e Organização Internacional para Migrações); blocos político-econômicos: União Europeia, Mercado Comum do Sul, Comunidade Andina com seus tratados, entidades e membros, sejam eles: Acordo Estados Unidos - México - Canadá, Tratado Norte-Americano de Livre-comércio, Comissão México Estados Unidos para o Intercâmbio Educativo e Cultural e Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

| Américas e Europa

Para a primeira parte, a metodologia de busca foi feita utilizando marcadores ou termos de busca específicos para a temática do relatório em algumas línguas: português, inglês, espanhol e francês, visto que a busca somente inglês se mostrava insuficiente para alguns marcadores, mesmo estudando dois continentes onde o uso e presença desta língua parecia maior. Abaixo, incluímos exemplo da língua espanhola (Quadro 1).

Trata-se de 28 termos que foram sendo combinados para atender a temática desta produção, tais como: imigração, migração, educação, online, adultos, fonte aberta, refugiado, educação aberta, equidade, acessibilidade, adultos, Recursos Educacionais Abertos e legislação. Antes da inclusão dos itens no levantamento específico de cada bloco político-econômico e alguns países específicos nos quais a temática migratória é mais presente, levantaram-se os números totais de busca para cada um dos termos ou suas combinações no Google e no Google acadêmico, tanto em inglês como na língua oficial do país/bloco, com objetivo de vislumbrar em termos quantitativos a presença da temática no âmbito online, percebendo algumas limitações. Isso se dá, principalmente, em dois contextos:

A. do uso de língua/país de busca que, em muitos casos, criam filtros na disponibilização de produções, limitando o nosso alcance e capacidade de criar um levantamento exaustivo; e,

B. própria disposição dos blocos a disponibilizarem resultados de modo aberto e online para consulta das partes interessadas, podendo criar algumas lacunas nos resultados.

Quadro 1. Marcadores em espanhol

TERMO	ESPAÑHOL
1	"(pais)" "inmigración"
2	"(pais)" "inmigración" "educación"
3	"(país)" "educación" "para inmigrantes"
4	"(pais)" "inmigración" "educación abierta"
5	"(pais)" "creative commons" "educación"
6	"(pais)" "fuente abierta" "educación"
7	"(pais)" "inmigración" "educación" "accesible"
8	"(pais)" "inmigración" "educación" "equidad"
9	"(pais)" "inmigración" "educación" "online"
10	"(pais)" "inmigración" "educación" "adultos"
11	"(pais)" "fuente abierta" "educación" "inmigrante"
12	"(pais)" "refugiado"
13	"(pais)" "refugiado" "educación"
14	"(pais)" "educación" "para refugiados"
15	"(pais)" "refugiado" "educación abierta"
16	"(pais)" "refugiado" "educación" "accesible"
17	"(pais)" "refugiado" "educación" "equidad"
18	"(pais)" "refugiado" "educación" "online"
19	"(pais)" "refugiado" "educación" "adultos"
20	"(pais)" "fuente abierta" "educación" "refugiado"
21	"(país)" "educación abierta" "legislación"
22	"(país)" "rea" "legislación"
23	"(país)" "inmigrante" "educación" "legislación"
24	"(país)" "refugiado" "educación" "legislación"
25	"(país)" "inmigrante" "educación" "legislación" "rea"
26	"(país)" "refugiado" "educación" "legislación" "rea"
27	"(país)" "migración" "educación"
28	"(país)" "migración" "educación" "recursos educativos abiertos"

Elaboração: Autores

Em termos de resultados gerais, podemos constatar que a quantidade de itens selecionados sobre esta temática também corresponde ao número total de resultados de busca para cada bloco político-econômico. Isso quer dizer que uma maior produção e disponibilização de materiais gratuitamente e online faz com que se tenha uma oferta maior de boas políticas e práticas para serem analisadas e, eventualmente, selecionadas. Também nos permite entender como cada bloco se dedica a determinados assuntos, produzindo mais materiais que podem ser buscados e considerados, prevalecendo nesse contexto a produção da União Europeia onde a intersecção dos três termos “Educação a Distância”, “Educação Aberta” e “Educação para Adultos” foi mais possível de se observar e construir algo que ficará visível na apresentação individual dos resultados. Vejamos alguns resultados que corroboram com a futura citação de casos

específicos de boas políticas e práticas no sentido de mostrarem os números para o buscador geral do Google e, mais especificamente, no Google Acadêmico.

Tabela 1. Visualização estatística de termos “Educação”, “para imigrantes” (termo 3)

Bloco/país	Google Acadêmico	Google
MERCOSUL	530	71.600
UE	29.800	233.000
Comunidade Andina	123	1.570
USMCA	79	3.770
NAFTA	3.920	28.400
Brasil	16.900	297.000

Elaboração: Autores
Fontes: Google e Google Acadêmico

Tabela 2. Visualização estatística de termos “Imigração”, “Educação Aberta” (termo 4)

Bloco/país	Google Acadêmico	Google
MERCOSUL	11	1.510
UE	452	15.900
Comunidade Andina	2	185
USMCA	2	32.400
NAFTA	36	5.480
Brasil	343	8.300.000

Elaboração: Autores
Fontes: Google e Google Acadêmico

Tabela 3. Visualização estatística de termos “Imigração”, “Educação”, “Online” (termo 9)

Bloco/país	Google Acadêmico	Google
MERCOSUL	3.760	585.000
UE	135.000	170.000
Comunidade Andina	751	9.830
USMCA	555	97.600
NAFTA	14.200	258.000
Brasil	82.100	5.890.000

Elaboração: Autores
Fontes: Google e Google Acadêmico

Tabela 4. Visualização estatística de termos “Imigração”, “Educação”, “Adulto” (termo 10)

Bloco/país	Google Acadêmico	Google
MERCOSUL	1.160	482.000
UE	55.200	3.860.000
Comunidade Andina	311	8.800
USMCA	170	34.000
NAFTA	7.440	729.000
Brasil	54.000	7.290.000

Elaboração: Autores
Fontes: Google e Google Acadêmico

Tabela 5. Visualização estatística de termos “Educação”, “para Refugiados” (termo 14)

Bloco/país	Google Acadêmico	Google
MERCOSUL	1.350	22.200
UE	44.600	1.080.000
Comunidade Andina	356	5.540
USMCA	85	17.300
NAFTA	2.860	67.300
Brasil	22.200	563.000

Elaboração: Autores
Fontes: Google e Google Acadêmico

Tabela 6. Visualização estatística termos “Refugiados”, “Educação Aberta” (termo 15)

Bloco/país	Google Acadêmico	Google
MERCOSUL	3	757
UE	307	24.600
Comunidade Andina	1	94
USMCA	0	26
NAFTA	9	3.080
Brasil	197	83.600

Elaboração: Autores
Fontes: Google e Google Acadêmico

Começamos os comentários dos levantamentos numéricos acima visualizados pela comparação de resultados entre Educação para imigrantes (Tabela 4) e Educação para refugiados (Tabela 5), na qual observamos maior quantidade de resultados para a temática referente ao refúgio, indicando uma presença prevalente de estudos consideramos esse público, fato que confirmamos nos levantamentos individuais. Os números altos referentes ao Brasil podem ser explicados pelo fato de as pesquisas terem sido feitas do território brasileiro, sendo que o provedor Google parte desse contexto para realizar as buscas, privilegiando a língua portuguesa. No caso do MERCOSUL foram buscadas produções tanto em espanhol como em português, enquanto na Comunidade Andina foi aplicado um levantamento baseado no uso do espanhol. Já no caso da NAFTA/USMCA utilizamos o inglês. Em termos de resultados, podemos observar que as buscas referentes ao ensino online ou Educação a Distância foram os que mais tiveram resultados no Google Acadêmico, seguidos pela Educação para Adultos, Educação para Imigrantes e Educação Aberta em último lugar. Esse resultado nos faz pensar sobre a baixa produção sobre essa área no mundo, fato que ajudou a explicar a dificuldade de encontrar as boas políticas e, especialmente, as práticas. A decisão de separar as buscas por categoria, em vez de fazer uma única busca articulando as áreas em questão, foi tomada por termos notado poucos trabalhos nos quais os temas Educação Aberta, a Distância, para Adultos e para Imigrantes/Refugiados estão integrados. Um exemplo bem elucidativo para o argumento aqui colocado é a tabela 6, no qual há blocos com produção praticamente inexistente. No entanto, ao realizarmos buscas agregando marcadores como “educação” e “migração”, os dados presentes nas tabelas 7 e 8 mostram a disparidade existente entre o número de resultados para a língua inglesa em detrimento das línguas portuguesa e espanhola. Apesar disso, conclui-se, assim, que mais estudos estatísticos poderão auxiliar na obtenção de parâmetros melhores para futuras buscas de boas políticas e práticas para essa população.

Tabela 7. Visualização estatística termos “Refugiados”, “Educação Aberta” (termo 15)

Termos	Google		
	Português	Inglês	Espanhol
“educação” “migração”	5.600.000	252.000.000	51.800.000
“educação” “migração” “Brasil”	7.780.000	684.000.000	5.710.000
“educação” “migração” “recursos educacionais abertos”	2.990	430.000	21.500

Elaboração: Autores
Fontes: Google e Google Acadêmico

Tabela 8. Visualização estatística termos “Educação”, “Migração” e “recursos educacionais abertos” (termo 28)

Termos	Google		
	Português	Inglês	Espanhol
“educação” “migração”	183.000	4.080.000	397.000
“educação” “migração” “Brasil”	145.000	737.000	115.000
“educação” “migração” “recursos educacionais abertos”	400	3.360	683

Elaboração: Autores
Fontes: Google e Google Acadêmico

| África, Asia e Oceania

Para a segunda parte do relatório foram analisados documentos de entidades como a Organização das Nações Unidas — ONU, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e Organização Internacional para Migrações (OIM); blocos político-econômicos: União Africana — UA, Conselho de Cooperação do Golfo — CCG, Comunidade dos Estados Independentes — CEI, com seus tratados, entidades e membros: Parceria Econômica Regional Abrangente — RCEP, Associação de Nações do Sudeste Asiático — ASEAN e Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados — ACNUR.

Aqui, a metodologia de busca foi feita utilizando marcadores ou termos de busca específicos para a temática desse contexto, em algumas línguas: português, inglês, chinês, russo e árabe, visto que a busca somente em inglês se mostrava insuficiente, especialmente porque se trata de uma abundância de países e blocos político-econômicos nos quais existem países que não utilizam predominantemente o inglês e não costumam produzir textos nesta língua ou fazer traduções para ela. Nesse contexto, reforçamos a importância de se estudar regiões do mundo que não costumam ser contempladas no Brasil no que se refere a políticas públicas, pois são definidas como exóticas e distantes, classificadas como orientais na maior parte das vezes.

Assim, a questão do Orientalismo (Said, 2007) e do processo de orientalização linguística no Brasil acaba criando “imagens de outras culturas e línguas como impassíveis de serem articuladas com a “nossa” cultura, estranhas e distantes que são. Aqui, prevalece uma negação ou minimização da sua existência, eliminando a possibilidade de contato, conflito e negociação” (Puh, 2020, p. 426). Porém, infelizmente, esse efeito orientalizante acaba criando filtros linguísticos que podem afetar o levantamento de boas políticas e práticas que não se encontram acessíveis linguisticamente e/ou não constam em buscadores

utilizados no Ocidente (na Rússia, por exemplo, existe a “Runet”, chamada de internet russa e utilizada pelo governo. Na China, somente 2,88% das pesquisas realizadas na internet em 2013, utilizaram o buscador do Google, segundo o CNZZ, maior provedor de análises estatísticas online). Dito isso, segue uma amostra utilizando a língua russa (Quadro 2).

Quadro 2. Visualização estatística de termos “Imigração”, “Educação”, “Online” (termo 9)

TERMO	RUSSO
1	"СНГ" "иммиграция"
2	"СНГ" "иммиграция" "образование"
3	"СНГ" "образование" "для иммигрантов"
4	"СНГ" "иммиграция" "открытое образование"
5	"СНГ" "творческое достояние" "образование"
6	"СНГ" "бесплатный источник" "образование"
7	"СНГ" "иммиграция" "образование" "доступный"
8	"СНГ" "иммиграция" "образование" "беспристрастность"
9	"СНГ" "иммиграция" "образование" "онлайн"
10	"СНГ" "иммиграция" "образование" "Взрослые"
11	"СНГ" "бесплатный источник" "образование" "иммигрант"
12	"СНГ" "беженец"
13	"СНГ" "беженец" "образование"
14	"СНГ" "образование" "для беженцев"
15	"СНГ" "беженец" "открытое образование"
16	"СНГ" "беженец" "образование" "доступный"
17	"СНГ" "беженец" "образование" "беспристрастность"
18	"СНГ" "беженец" "образование" "онлайн"
19	"СНГ" "беженец" "образование" "Взрослые"
20	"СНГ" "бесплатный источник" "образование" "беженец"
21	"СНГ" "открытое образование" "законы"
22	"СНГ" "иммигрант" "образование" "законы"
23	"СНГ" "беженец" "образование" "законы"

Elaboração: Autores

No caso do russo, temos 23 termos que foram sendo combinados para atender a temática da produção: imigração, educação, online, adultos, fonte aberta, refugiado, educação aberta, equidade, acessibilidade, adultos, REA, legislação. Antes da inclusão dos itens no levantamento específico de cada bloco político-econômico e alguns países específicos nos quais a temática migratória é mais presente, levantaram-se os números totais de busca para cada um dos termos ou suas combinações no Google e no Google acadêmico, tanto em inglês como em língua oficial do país/bloco, visando vislumbrar, em termos quantitativos, a presença da temática no âmbito online, percebendo algumas limitações. Isso se dá, principalmente, em dois contextos:

A. do uso da/o língua/país de busca que, em muitos casos, criam filtros na disponibilização de produções, limitando nosso alcance e capacidade de criar um levantamento exaustivo; e,

B. própria da disposição dos blocos a disponibilizarem resultados de modo aberto e online para consulta das partes interessadas, podendo criar algumas lacunas nos resultados.

Em termos de resultados gerais, podemos constatar que a quantidade de itens selecionados sobre esta temática também corresponde ao número total de resultados de busca para cada bloco político-econômico. Isso quer dizer que uma maior produção e disponibilização de materiais gratuitos e online faz com que se tenha uma oferta maior de boas políticas e práticas a serem analisadas e, eventualmente, selecionadas. Também nos permite entender como cada bloco se dedica a determinados assuntos, produzindo mais materiais que podem ser buscados e considerados. Vejamos alguns resultados que corroboram com a futura citação de casos específicos de boas políticas e práticas, no sentido de mostrarem os números para o buscador geral do Google e, mais específico, que é o Google Acadêmico.

Tabela 9. Visualização estatística de termos “Educação”, “para imigrantes” (termo 3)

Bloco/país	Google Acadêmico	Google
União Africana	825	25.000
CCG	329	3.280
RCEP	36	397.000
CEI	630	10.400
Brasil	16.900	297.000

Elaboração: Autores

Tabela 10. Visualização estatística de termos “Imigração”, “Educação Aberta” (termo 4)

Bloco/país	Google Acadêmico	Google
União Africana	34	3.920
CCG	11	458
RCEP	3	356
CEI	10	574
Brasil	343	8.300.000

Elaboração: Autores

Tabela 11. Visualização estatística de termos “Imigração”, “Educação”, “Online” (termo 9)

Bloco/país	Google Acadêmico	Google
União Africana	8.290	437.000
CCG	3.470	135.000
RCEP	697	603.000
CEI	3.130	107.000
Brasil	82.100	5.890.000

Elaboração: Autores

Tabela 12. Visualização estatística de termos “Imigração”, “Educação”, “Adulto” (termo 10)

Bloco/país	Google Acadêmico	Google
União Africana	3.640	134.000
CCG	1.050	69.100
RCEP	697	603.000
CEI	1.540	68.400
Brasil	54.000	7.290.000

Elaboração: Autores

Tabela 13. Visualização estatística de termos “Educação”, “para Refugiados” (termo 14)

Bloco/país	Google Acadêmico	Google
União Africana	9.270	351.000
CCG	1.590	63.200
RCEP	118	18.200
CEI	2.110	40.000
Brasil	22.200	563.000

Elaboração: Autores

Tabela 14. Visualização estatística termos “Refugiados”, “Educação Aberta” (termo 15)

Bloco/país	Google Acadêmico	Google
União Africana	32	3.900
CCG	8	443
RCEP	1	228
CEI	9	488
Brasil	197	83.600

Elaboração: Autores

Tabela 15. Visualização estatística termos “Refugiados”, “Educação”, “Online” (termo 18)

Bloco/país	Google Acadêmico	Google
União Africana	9.940	574.000
CCG	2.330	81.100
RCEP	314	194.000
CEI	1.890	79.000
Brasil	38.900	2.110.000

Elaboração: Autores

Tabela 16. Visualização estatística termos “Refugiados”, “Educação”, “Adultos” (termo 19)

Bloco/país	Google Acadêmico	Google
União Africana	4.650	540.000
CCG	735	43.300
RCEP	79	160.000
CEI	1.020	46.000
Brasil	28.600	284.000

Elaboração: Autores

Começamos os comentários dos levantamentos numéricos expostos acima pela comparação de resultados entre Educação para imigrantes (Tabela 9) e Imigração e Educação Aberta (Tabela 10), nas quais observamos uma maior quantidade de resultados para a temática referente à Educação Aberta no Google não específico, especialmente no caso do Brasil, apontando para uma presença maior de estudos brasileiros que consideram a Educação Aberta, fato que confirmamos nos levantamentos individuais. Ao mesmo tempo, encontramos no Google Acadêmico, também ao nível de Brasil, destaque para pesquisas sobre a temática da Educação e Imigração, resultado que pode ser compreendido como um indicativo da consolidação de estudos específicos na vertente da educação e imigração, sendo mais ampla e com mais tradição no país, enquanto os estudos sobre Educação Aberta ainda não atingiram o mesmo grau de intensidade, permanecendo em um contexto mais geral de produção.

Os números altos referentes ao Brasil podem ser explicados pelo fato de as pesquisas terem sido feitas no território brasileiro, sendo que o provedor Google parte desse contexto para realizar as buscas, privilegiando a língua portuguesa. É igualmente curioso observar nas tabelas 9, 11 e 12, que dizem respeito à “Educação”, “Imigrantes”, “Adultos” e “Online”, uma presença maior de números no Google geral, no caso da RCEP e, no caso da União Africana, temos uma prevalência no Google Acadêmico, o que significa que no caso da UA devem existir estudos mais específicos para esta temática, enquanto nos países asiáticos que compõem a RCEP se produzem mais textos não acadêmicos. Ainda, temos na tabela 10, a situação em que a UA publica mais trabalhos sobre Educação Aberta nas duas modalidades do Google do que a RCEP. Esse dado nos leva a acreditar que a temática deste relatório é mais intensamente trabalhada no âmbito científico no continente africano, sendo que nossa hipótese é a de que a proximidade da UA com União Europeia costuma servir como referência. Ademais, as condições nas quais se encontram os países que compõem a UA fazem com que a Educação Aberta receba uma atenção maior, visto que são grandes territórios com características como acesso limitado à infraestrutura física e mobilidade grande de população local devido a diversos fatores de natureza econômica, climática e política.

Em termos gerais, podemos observar que as buscas referentes ao ensino online ou Educação Online foram as que mais tiveram resultados no Google Acadêmico, considerando os três continentes (África, Ásia e Oceania), seguidos por Educação de Adultos, Educação para Imigrantes e Educação Aberta em último lugar, o que nos faz pensar sobre a baixa produção sobre essa área no mundo. Essa constatação ajudou a explicar a dificuldade de encontrar boas políticas e, especialmente, práticas para se pensar a Educação na modalidade aberta. Destacamos, novamente, que, no caso de refugiados, encontramos mais resultados na sua interface com a Educação Online, reforçando a hipótese que levantamos no relatório 1 ao constatar que há singularidades nesse grupo em deslocamento, as quais acabam sendo mais contempladas nessa vertente de ensino.

A decisão de separar as buscas por categoria, ao invés de se fazer uma única busca articulando as áreas em questão, foi tomada por termos notado poucos trabalhos nos quais a Educação Aberta, a Distância, para Adultos e para Imigrantes/Refugiados são integrados. Um exemplo bem elucidativo para o argumento aqui colocado é a tabela 14, na qual há blocos com produção praticamente inexistente. Concluindo, mais estudos estatísticos poderão auxiliar na obtenção de melhores parâmetros para buscas futuras de boas políticas e práticas para essa população e em termos comparativos para demonstrar as especificidades de determinados continentes e seus países/blocos político-econômicos.

| Categorização bibliométrica e cienciométrica

Utilizamos a categorização com enfoque nas ciências humanas, tomando como suporte Spera Baraldi (2017). Esta categorização exigiu uma atenção do nosso banco de dados, considerando as características quantitativas e qualitativas das categorias do próprio banco. Também foram contemplados aspectos científico-políticos da concepção e gestão de dados, visando futuras análises a serem feitas com a base neste relatório. Assim, o banco foi constituído de diversas planilhas com dados descritivos categorizados nas seguintes categorias: país/bloco econômico-político; título da produção; tipo de texto; período de publicação; organizadores ou autores da produção; EaD - Educação Aberta - Educação para Adultos, verificando se há alguma referência a algum desses três últimos tópicos que são centrais para o relatório; público-alvo (imigrantes/refugiados e/ou profissionais que atuam nesse campo); descrição resumida da produção; link de acesso; e, observações sobre algum aspecto específico. A partir deste banco, foram depreendidas as primeiras reflexões e observações que posteriormente foram interpretadas e analisadas segundo os procedimentos que serão descritos em seguida.

| Abordagem do ciclo de políticas

A abordagem adotada, com base em Bowe, Ball e Gold (1992), permite uma articulação melhor entre os três contextos do processo de formulação das políticas a serem observadas no banco de dados: contexto de influência; contexto de produção textual da política e contexto de prática enquanto aspectos analisados e depois considerados em uma abordagem comparativa entre os diversos contextos mundiais e com relação ao contexto brasileiro. Essa abordagem foi central para as análises, pois ao ajudar na reflexão e constituição de uma linha de raciocínio que permitisse a articulação das práticas e políticas para o público migrante adulto no que se refere à Educação de Adultos e Educação Aberta e à Distância, indicando as esferas de influência, modos de produção textual, assim como da prática que retroalimenta todo o processo.

■ REFERÊNCIAS

Bowe, R., Ball, S. J., & Gold, A. (1992). *Reforming Education & Changing Schools: case studies in policy sociology*. London: Routledge.

Freitas, C. C. de. (2017). *Gestão do Conhecimento e a formação de professores: percursos e desafios do Observatório de Ideias*. Anápolis: Editora da UEG.

Krause-Lemke, C., & Puh, M. (2021). Produção acadêmica em estudos eslavos no Brasil: balanços e perspectivas para o fomento de novas propostas de cooperação internacional. *Revista Fórum Linguístico*, v.18, n.1, p. 5675-5688.

Puh, Milan (2020). "Tudo junto e misturado?": as contribuições e os limites do multiculturalismo no ensino de línguas. *El toldo de Astier*, v. 11, n. 20-21, p. 415-432. <http://www.eltoldodeastier.fahce.unlp.edu.ar/numeros/numero20/pdf/Puh.pdf>

Said (2007). *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.

Spera Baraldi, H. (2017). *Avaliação da produção científica em Ciências Sociais e Humanas: revisão da literatura recuperada em base de dados e rede de autores*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Universidade de São Paulo (USP).

II. RESULTADOS DETALHADOS: • ÁMERICAS E EUROPA

■ ORGANIZAÇÕES

Três organizações se destacaram no campo de produção de políticas e práticas da temática e público deste relatório: Organização das Nações Unidas, Organização Internacional para Migração e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Suas principais produções serão apresentadas nas linhas abaixo.

| Organização das Nações Unidas — ONU

Foram levantados 5 itens relevantes para a temática deste relatório, as quais apresentamos resumidamente:

I. Um documento estratégico intitulado “Refugee Education 2030: a strategy for refugee inclusion”, publicado em 2019, no qual a Educação a Distância e Educação para Adultos são diretamente tratados com enfoque em refugiados. O objetivo é promover as condições, parcerias, colaboração e abordagens que levem todas as crianças e jovens refugiados, requerentes de asilo, retornados e apátridas e suas comunidades de acolhimento, incluindo os deslocados internos nessas comunidades, a ter acesso à educação que lhes permita aprender, prosperar e desenvolver seu potencial. Entre as páginas 30-32 do referido documento, discorre, especificamente, sobre as inovações em Educação a Distância intitulada “Connected Education”, enquanto na p. 33 apresenta a Declaração de Incheon, que refere-se à Educação para todos, incluindo adultos.

II. Estudo de caso intitulado “Inter-Agency Network for Education in Emergencies: A community of practice, a catalyst for change”, encomendado pelo Grupo de Direção da própria “Inter-Agency Network for Education in Emergencies (INEE)”, em 2011, no qual são abordadas a Educação a Distância e Educação para Adultos e documentam as mudanças, o papel da INEE e o desenvolvimento e crescimento concomitantes da rede ao longo do tempo, com enfoque em pessoas em crise humanitária. O objetivo, portanto, é promover uma melhor colaboração e eficácia no contexto da educação em emergências para agências envolvidas na resposta a emergências e recuperação pós-crise.

III. Documento “Data Transformation Strategy 2020-2025 Supporting protection and solutions”, produzido em 2019 pelo Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), que reúne estratégias e relatórios direcionados para a população refugiada, tratando as três temáticas desta publicação: Educação a Distância, Educação Aberta e Educação para Adultos. Segundo consta, até 2025, o ACNUR objetiva ser um líder confiável em dados e informações relacionadas a refugiados e outras populações afetadas, possibilitando ações que protejam, incluam e empoderem. Esse documento traça uma estratégia de levantamento, sistematização e disponibilização de dados

para facilitar o desenvolvimento de ações para populações refugiadas, incluindo educativas. Os tipos de dados são subdivididos em diferentes frentes, categorias e relatórios e disponibilizados neste [link](#) onde constam todos os dados produzidos pelo Comissariado.

IV. Outro documento produzido pelo ACNUR, em 2020, foi o relatório “[Coming together for Refugee Education](#)”, no qual foi possível detectar uma preocupação com Educação a Distância e Educação para Adultos. Este relatório acerca da educação para refugiados, tratando de matrícula, famílias, comunidades, governos e violência, permite-nos entender que após a Educação Básica, as opções educativas das crianças refugiadas diminuem dramaticamente, bem como fatores como gênero, família e comunidade afetam a vida escolar dessas crianças, trazendo exemplos de diferentes regiões do mundo.

V. A última publicação selecionada neste bloco, intitulada “[The Global Cost of Inclusive Refugee Education](#)”, é um artigo produzido pelo ACNUR e Banco Mundial em 2021, e traz contribuições de ordem econômica para se pensar a educação para refugiados, enfocando principalmente a população não-adulta, além de extensas informações da Educação a Distância e Educação Aberta para estimar o custo de educar crianças refugiadas por meio de sistemas inclusivos do país anfitrião. Os dados contidos aqui que podem ser aproveitados para futuros estudos direcionados aos adultos, uma vez que boas práticas e políticas têm custos que precisam ser dimensionados na sua preparação e execução.

| Organização Internacional para Migração — OIM

Entre as produções da OIM, foram encontradas três que merecem ser mencionadas.

I. O relatório “[Education and Migration: an assessment of the types and range of IOM’s education and vocational training projects](#)”, publicado em 2018, trata dos temas da Educação a Distância e Educação para Adultos, voltados para a população migrante. Apresenta os resultados da avaliação da atual gama e tipos de programas de educação e treinamento vocacional da OIM em dezembro de 2017, tais como: acesso a direitos básicos; educação vocacional, meios de subsistências e desenvolvimento de negócios; habilidades para trabalho; treinamento migrante; desenvolvimento sustentável e cidadania global; universidades e pesquisa; reabilitação de escolas; bolsas; formação docente e equidade. Destacam-se também os objetivos e indicadores, desenvolvidos dentro da Agenda de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, com a intenção de promover uma abordagem mais holística de inclusão dos migrantes nas sociedades de recepção.

II. Outro relatório da OIM, publicado em 2022, intitulado “[World Migration Report 2022](#)”, não trata especificamente das três grandes temáticas deste relatório, mas

foi produzido com vistas a contribuir para uma maior compreensão da migração e da mobilidade em todo o mundo, como décimo primeiro da série de relatórios de migração mundial, abrangendo os anos 2020-2022. Esta nova edição apresenta dados e informações importantes sobre migração, bem como capítulos temáticos sobre questões de migração altamente atuais, com tópicos específicos, tais como tecnologia e inovação, com a indicação de novas ferramentas digitais para colaboração e uso de inteligência artificial, bem como a contribuição das Nações Unidas e efeitos da pandemia provocada pela COVID-19 na população migrante.

III. E por fim, mencionamos a ferramenta “Integrating Migration into Education Interventions: A Toolkit for International Cooperation and Development Actors” que foi produzida em parceria com EU, UNESCO e UNICEF em 2022, na qual encontramos dados importantes para serem estudados no que se refere à Educação a Distância e Educação de Adultos. Esta ferramenta faz parte de uma série de ferramentas desenvolvidos no âmbito do projeto “Mainstreaming Migration into International Cooperation and Development (MMICD)” pela UE. O objetivo deste kit de ferramentas é fornecer informações e ferramentas concisas, operacionais e fáceis de usar para auxiliar os atores da cooperação internacional e do desenvolvimento a integrar a migração em programas e projetos de educação. As ferramentas podem ser entendidas como procedimentos para a elaboração de uma futura intervenção no contexto migratório, sendo elas, por exemplo: diagnóstico rápido; análise situacional; lista de checagem de políticas governamentais; análise de stakeholders; análise de problema; análise de risco; teoria da mudança; banco de indicadores; e, lista de checagem de design, monitoramento e avaliação de projeto.

| Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura — UNESCO

A UNESCO se destacou em nossa pesquisa com 9 produções que definimos como pertinentes na busca por boas práticas e políticas.

I. A primeira produção é a publicação “Declaração REA de Paris de 2012”, publicada em 2012, durante o Congresso Mundial sobre Recursos Educacionais Abertos. Nela não se encontram informações específicas sobre Educação a Distância ou Educação para Adultos em deslocamento, mas são trazidas informações e definições sobre o que seria REA em nível internacional, o que pode ser explorado futuramente em relação a outras produções.

II. Em 2018, publica-se o “Preliminary report accompanied by a first draft of the Recommendation concerning Open Educational Resources”, relatório que surgiu da Conferência Geral da UNESCO que fez indicações em sua 39ª sessão, em novembro de 2017, sobre os rumos da colaboração internacional em Recursos

Educacionais Abertos. Nele encontramos informações tanto sobre Educação a Distância como sobre Educação Aberta, com descrição das tendências atuais em REA, os desafios culturais e linguísticos e fundamentos para sua implementação inclusiva, equitativa e sustentável.

III. O terceiro produto selecionado é o “Sistema de Informação de Tendências Educacionais na América Latina (SITEAL)” que é um observatório regional fundado pelo Instituto Internacional de Planejamento Educacional, um braço da UNESCO. Nele é possível encontrar informações sobre as três áreas prioritárias deste projeto: Educação a Distância, Educação Aberta e Educação para Adultos. Tem como principal objetivo a sistematização e disseminação de políticas e regulamentações, indicadores estatísticos e pesquisas sobre implementação de políticas para analisar e monitorar a situação educacional em diferentes eixos, tais como: Educação e Formação Técnica e Profissional e Educação e TIC.

IV. Em quarto lugar elencamos o “Open Educational Resources (OER)”, um sítio eletrônico mantido pela UNESCO no qual podemos encontrar informações sobre as três áreas prioritárias. Nele se encontram selecionados e sistematizados todos os Recursos Educacionais Abertos (REA) e documentos pertinentes ao tópico já publicados pela instituição, tais como: apresentações de conferencistas e o relatório final do lançamento da Coalização Dinâmica do REA; guia, diretrizes e programa do REA; estudos e fórum sobre impacto do REA e instrumentos e apoios no contexto da UNESCO. Paralelamente, é necessário apontar a existência de um projeto de pesquisa bibliográfica no Brasil que elencou 133 itens de produção acadêmica em português, direcionada para essa temática.

V. Aqui cabe mencionar as “Diretrizes para Recursos Educacionais Abertos: no Ensino Superior”, produzidas em 2015 pela UNESCO e Commonwealth of Learning, em que foi possível encontrar dados referentes aos três tópicos, voltados para o ensino superior e, mais especificamente para: governos; instituições de ensino superior; corpo acadêmico; organizações de alunos; agências de controle de qualidade/certificação e reconhecimento acadêmico. Essas Diretrizes delineiam as questões principais em torno do tema e fazem sugestões para a integração dos REA no ensino superior. Seu objetivo é estimular os tomadores de decisões de governos e instituições a investir na produção, adaptação e uso sistemáticos de REA e trazer os REA para o palco central do ensino superior, melhorando a qualidade dos currículos e do ensino, bem como reduzindo custos.

VI. O próximo produto de interesse é o sítio eletrônico do “Conselho Internacional para Educação Aberta e à Distância (ICDE)” da UNESCO, sediado na Noruega, a principal organização global de membros que atua para levar educação acessível e de qualidade por meio do ensino online, aberto e à distância. Nele não encontramos informações específicas sobre Educação de

Adultos, porém localizamos referência à Aprendizagem ao Longo da Vida, isto é, Educação Continuada, com indicação de outras áreas prioritárias, tais como: Desenvolvimento Sustentável; Internacionalização; Educação de Qualidade; Políticas; Tecnologia; REA; Sucesso Estudantil; Celebração de Excelência; Liderança na Educação e Pesquisa e Inovação.

VII. Mais um sítio eletrônico a ser destacado é o “Open Education for a Better World”, promovido enquanto programa da Universidade de Nova Gorica na Eslovênia, Cátedra sobre Tecnologia Aberta para Recursos Educacionais Abertos e Aprendizagem Aberta e Centro para Transferências de Conhecimento em Tecnologias de Informação do Instituto Jožef Stefan. Nele, novamente, encontramos informações sobre Educação a Distância e Educação Aberta, mas sem vinculação explícita com a temática migratória. O programa internacional de mentoria online “Open Education for a Better World (OE4BW)” foi projetado para liberar o potencial da Educação Aberta para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Oferece uma abordagem inovadora para a construção de Recursos Educacionais Abertos, conectando desenvolvedores de materiais educacionais com especialistas voluntários como mentores. Cabe dizer que existe parceria deste programa com a Universidade de Brasília (UnB) que se apresenta como centro regional a partir de 2020.

VIII. O próximo item, intitulado “Language and literacy programmes for migrants and refugees: challenges and ways forward Open Education for a Better World”, é uma pesquisa acadêmica que se refere a um programa de 2018, realizado pela Equipe de Monitoramento da Educação Global da UNESCO e que dedicou a pesquisa para a população migrante e refugiada, abordando temáticas em consonância com os três tópicos deste relatório. O artigo analisa programas de linguagem e alfabetização para refugiados e migrantes jovens e adultos. Inicia a partir dos direitos educacionais acordados internacionalmente de refugiados e migrantes e analisa políticas, estratégias, princípios, estruturas e padrões relacionados. Uma revisão das informações disponíveis sobre os resultados da aprendizagem de refugiados e migrantes indica níveis significativos de desigualdade nos países de acolhimento.

IX. E por fim, em 2019, publicam-se as diretrizes intituladas “Guidelines on the development of open educational resources policies”, novamente pela UNESCO e Commonwealth for Learning. Nelas, encontramos informações sobre as três áreas prioritárias, mas sem referências diretas à Educação para Adultos. Essas diretrizes para formuladores de políticas e outras partes interessadas estabelecem etapas para revisar, analisar, desenvolver, implementar e medir uma política de REA relevante ao contexto. Elas orientam, mas não determinam, o que os governos e os atores envolvidos devem fazer em um conjunto específico de circunstâncias. Em vez disso, elas fornecem uma estrutura abrangente para que governos e instituições definam uma visão e escopo de política para, posteriormente, desenvolverem um plano diretor de política.

■ REFERÊNCIAS

International Organization for Migration. (2018). Education and Migration: An assessment of the types and range of IOM's education and vocational training projects. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/education-and-migration-assessment-types-and-range-ioms-education-and-vocational-training>.

International Organization for Migration. (2022). Migration into Education Interventions: A Toolkit for International Cooperation and Development Actors. IOM, Brussels. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/integrating-migration-education-interventions-toolkit-international-cooperation-and>.

Mendizabal, E., & Hearn, S. (2011). Inter-Agency Network for Education in Emergencies: A community of practice, a catalyst for change. Paris, FR: International Institute for Educational Planning. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000212379/PDF/212379eng.pdf.multi>.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2023). Sistema de Informação de Tendências Educacionais na América Latina. Observatório Regional de Políticas de Educação e Primeira Infância. Disponível em: https://siteal.iiep.unesco.org/pt/acerca_de.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2015). Diretrizes para Recursos educacionais abertos (REA) no Ensino Superior. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000232852>.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2012). Declaração Rea de Paris em 2012. Paris, Fr: Congresso Mundial Sobre Recursos Educacionais Abertos (Rea) de 2012. Disponível em: <https://siteal.iiep.unesco.org/pt>.

Organización Internacional para las Migraciones. (2022). Informe sobre las Migraciones en el Mundo 2022. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/informe-sobre-las-migraciones-en-el-mundo-2022>.

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (2018). Preliminary report accompanied by a first draft of the Recommendation concerning Open Educational Resources. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000265554>.

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (2019). Paper commissioned for the 2019 Global Education Monitoring Report, Migration, displacement and education: Building bridges, not walls. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000266077>.

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization & Commonwealth of Learning. (2019). Guidelines on the development of open educational resources policies. Disponible em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000371129>.

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (2023). Open Educational Resources (OER). Disponible em: <https://www.unesco.org/en/open-educational-resources?hub=785>.

United Nations High Commissioner for Refugees. (2019). Refugee Education 2030: A Strategy for Refugee Inclusion. Disponible em: <https://www.unhcr.org/media/38077>.

United Nations High Commissioner for Refugees. (2019). Data Transformation Strategy 2020-2025: Supporting protection and solutions. Disponible em: <https://www.unhcr.org/media/data-transformation-strategy-2020-2025>.

United Nations High Commissioner for Refugees. (2020). Coming Together for Refugee Education. Disponible em: <https://www.unhcr.org/media/coming-together-refugee-education-education-report-2020>.

United Nations High Commissioner for Refugees & International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank. (2021). The Global Cost of Inclusive Refugee Education. Disponible em: <https://www.unhcr.org/media/39172>.

■ BLOCO POLÍTICO-ECONÔMICOS

Nos blocos político-econômicos foram selecionados aqueles mais atuantes no continente europeu e americano, nomeadamente: União Europeia; Mercado Comum do Sul — MERCOSUL — cujos membros são Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai; Venezuela, que no momento se encontra suspensa e Bolívia, enquanto membro candidato. Comunidade Andina, que consiste nos seguintes países: Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. O Tratado Norte-americano de Livre-comércio, composto pelos Estados Unidos, Canadá e México, mais conhecido como NAFTA. E, por fim, o Acordo Estados Unidos - México - Canadá — USMCA que está, a partir de 2018, substituindo o NAFTA.

| União Europeia

A União Europeia é o bloco político-econômico onde foi encontrada a maior produção (25 itens) no que se refere à temática deste relatório, com a diferença de ter legislações, programas, planos de ações, cursos, centros educacionais e repositórios que articulam os três tipos de Educação e as Migrações.

I. Começamos com “Plano de Ação para a Educação Digital 2021-2027”, uma síntese de legislação promovida em 2017 pela União Europeia, que visa fomentar formas inovadoras de aprendizagem e ensino, de elevada qualidade, através do recurso às novas tecnologias e aos novos conteúdos digitais. A segunda versão do plano de ação data de 2020 e traz princípios orientadores de como reconfigurar os sistemas de ensino e formação para a era digital, bem como indica áreas e ações prioritárias e reforça a cooperação e o intercâmbio na educação digital ao nível da UE, visando também divulgação e cooperação internacional.

II. Uma plataforma que nasce em 2020, no contexto desse Plano, é a “European Digital Education Hub”, que é um centro de aprendizagem que oferece recursos, oportunidades e formação voltados para a educação digital, envolvendo elementos de Educação a Distância, Educação Aberta e Educação para Adultos. Apresenta seis objetivos como base de futuros estudos e atuações:

A. apoiar os Estados-membros da União Europeia (UE) através da criação de uma rede de serviços nacionais de aconselhamento sobre educação digital para troca de experiências e boas práticas sobre os fatores facilitadores da educação digital;

B. vincular iniciativas e estratégias nacionais e regionais de educação digital e conectar autoridades nacionais, o setor privado, especialistas, provedores de educação e treinamento e a sociedade civil por meio de várias atividades;

C. monitorar a implementação do Plano de Ação e o desenvolvimento da educação digital na Europa, inclusive por meio de resultados de projetos apoiados pela UE;

D. compartilhar as melhores práticas, contribuindo para a experimentação de pesquisa e a coleta e análise sistemáticas de evidências empíricas, em parte por meio da aprendizagem entre pares;

E. apoiar a colaboração intersetorial e novos modelos para a troca contínua de conteúdo de aprendizagem digital abordando questões como interoperabilidade, garantia de qualidade, sustentabilidade ambiental, acessibilidade e inclusão e padrões comuns da UE para educação digital;

F. apoiar o desenvolvimento ágil de políticas e práticas, atuando como um 'think-and-do-tank' para a educação digital e envolvendo as partes interessadas na inovação orientada pelo usuário por meio do "Digital Education Hackathon".

III. Aqui cabe mencionar também a "Eurydice - rede europeia de informações sobre sistemas e políticas de educação", promovida pelo Conselho de Ministérios da Educação, que representa uma síntese da legislação para a rede de instituições governamentais, não governamentais e internacionais que visa pesquisar e explicar o funcionamento do sistema educacional europeu, com enfoque especial em Educação a Distância e consulta de base de dados da UE (integrando três bases de dados: UNESCO/OECD/EUROSTAT). A mesma rede conta com um sítio na internet.

IV. Um item legislativo importante como referência para a temática migratória é o "The Teaching of Immigrants in the European Union", um documento do parlamento da UE publicado em 1997 que delimita o ensino e práticas de ensino para imigrantes no bloco. Nele encontramos três propostas de análises relacionadas ao tema que podem ser de futura utilidade para estudo das políticas e legislações: análise social, análise política e análise legal.

V. Sobre as legislações, foi possível encontrar mais duas que consideramos relevantes para o escopo deste relatório. A primeira se intitula "Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida", que o Conselho da UE promulgou em 2018, enquanto recomendação para tratar Educação e Formação Vocacional para Jovens e Adultos, abordando os seguintes temas: formação profissional, inovação, novos métodos educacionais, política educacional, qualificações profissionais, alfabetização digital, educação não formal, Educação continuada e cooperação na área da educação. A segunda, foi definida em 2016, como recomendação aos governos da UE sob o título "Upskilling Pathways: New Opportunities for Adults", voltada para a Educação de Adultos, uma vez que oferece caminhos de formação adicional aos indivíduos que não adquiriram um nível mais alto de educação formal. Essa recomendação é composta de três passos: avaliação de habilidades iniciais, oferta de possibilidades de formação e validação e reconhecimento das habilidades. Nela encontramos igualmente modos de financiamento, competências, centros de excelência e possibilidades de parceria que recebem apoio da UE por meio de diversos fundos: Fundo Social Europeu — ESF, ERASMUS+, Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional — ERDF, Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Vulneráveis — FEAD, Fundo

Europeu de Ajustamento à Globalização a favor dos Trabalhadores Desempregados — FEG e Fundo Europeu de Agricultura para Desenvolvimento Rural — EAFRD.

VI. Em seguida apresentamos a Área de Educação Europeia — AEE, o qual é um conjunto de medidas definido pela primeira vez em 2017, cujo objetivo é construir sistemas mais resilientes e inclusivos, a partir dos seguintes enfoques: melhorar a qualidade e equidade na educação e formação; professores, formadores e gestores escolares; educação digital; educação verde; e, a AEE no mundo, tratando todos os níveis educativos — desde a educação infantil até a educação/formação profissionalizante. Nela também encontramos uma seção para Integração Educacional de Imigrantes e Refugiados, na área focal de melhoria na qualidade e equidade na educação e formação no contexto de educação inclusiva e, outra seção de Educação a Distância, isto é, Educação Digital com seu Plano de Ação.

VII. Ainda nesse contexto foi encontrado o “Plano de Ação de Integração e Inclusão 2021 – 2027” que se configura como um plano para integração de imigrantes em diversas áreas. No domínio setorial de Educação e Formação encontramos mais informações sobre os objetivos para o trabalho com pessoas em condição de deslocamento humano:

- A. Maior participação das crianças migrantes e das crianças com antecedentes migratórios em estruturas de educação e de acolhimento na primeira infância inclusiva e de elevada qualidade;
- B. Professores mais bem dotados de competências, de recursos e de apoio necessários para gerir salas de aula multiculturais e multilíngues, em benefício quer das crianças migrantes, quer das crianças autóctones;
- C. Criação de comunidades de aprendizagem com várias partes interessadas com a participação das escolas, dos serviços sociais e de saúde e dos pais;
- D. Reconhecimento mais rápido e mais fácil das qualificações obtidas em países terceiros;
- E. Maior participação dos migrantes em programas abrangentes de formação linguística e orientação cívica, que têm início quando da sua chegada ao país e os acompanham ao longo do percurso de integração. Nessa linha de ações, ainda são citados o plano de ação para educação digital e proposta de cursos para alfabetização digital para imigrantes.

VIII. Outro programa, com vigência entre 2021 e 2027, já conhecido no ambiente universitário, o ERASMUS+, traz informações sobre Educação para Adultos, com foco em inclusão social e transição digital, pensando em organizações que atuam com Educação para Adultos - Aqui merece ser mencionado, ainda, o programa governamental “SIRIUS - Rede de Políticas sobre Educação de Migrantes”, que reúne as principais partes interessadas em migração e educação da Europa, incluindo formuladores de políticas,

pesquisadores, profissionais e representantes de comunidades migrantes que podem ser acionados para futuros projetos e pesquisas.

IX. E como sub-projeto do SIRIUS e do ERASMUS+, entre 2016 e 2019, foi executado o AVOIR, cujos três principais objetivos eram produzir:

- A. materiais bilíngues;
- B. desenvolver competências docentes; e,
- C. criar redes de colaboração entre pais e docentes.

Tinha como etapas de desenvolvimento:

- A. visitas de estudo;
- B. estudos de caso e relatórios-sínteses;
- C. estudos de implementação;
- D. guia de usuário; e,
- E. disseminação.

Foram pensadas com o intuito de melhorar as habilidades básicas de operações matemática e alfabetização de crianças migrantes e reduzir a diferença de desempenho entre alunos nativos e não nativos na Europa.

X. Mais uma publicação do SIRIUS é o relatório “Towards Inclusive Digital Education for Migrant Children”, publicado em 2021, que tem relação com dois tópicos deste relatório: Educação a Distância e Educação Aberta, porém para o público não-adulto. Especificamente, trabalha-se a Educação Digital na sua vertente inclusiva, estipulando pedagogias digitais inclusivas acompanhadas com uma proposição de políticas e estratégias educacionais. Na mesma linha, entre 2020 e 2021, foram coordenadas pelo SIRIUS da Bélgica, Oficinas de Educação Digital Inclusiva, abordando nove tópicos:

- A. Acesso a dispositivos digitais e internet para educação de refugiados e migrantes e dispositivos digitais e conexões;
- B. Apoio holístico em educação e diálogo com formuladores de políticas;
- C. Linguagem acadêmica e social na ausência da escola presencial;
- D. Apoio pedagógico, curricular e educacional mais amplo para refugiados em centros para migrantes recém-chegados;
- E. Apoio aos pais e suas comunidades;
- F. Apoio ao professor e desenvolvimento profissional;
- G. Alfabetização digital de professores e alunos;
- H. Novas tecnologias educacionais;
- I. Agenda digital nacional.

Para cada um dos tópicos foram indicados objetivos, desafios/obstáculos, políticas/soluções e boas práticas.

XI. O próximo item é a Plataforma Europeia da Educação Escolar, que se inicia como REA em 2022 para servir como ponto de encontro de agentes escolares, bem como funcionários, professores, pesquisadores, legisladores e outros profissionais, abrangendo todos os níveis de ensino, inclusive os que se referem à formação e educação vocacional inicial. Oferece o programa eTwinning, pelo qual os professores e educadores têm acesso a kits de projetos, exemplos práticos, testemunhos e um ambiente online onde os eTwinners podem comunicar, criar projetos, partilhar e aprender juntos no seu próprio ritmo, de acordo com seus interesses.

XII. Além das produções mencionadas acima, há outras iniciativas que o ERASMUS+ apoia, tais como: “Erasmus+ Online Linguistic Support”, que atua no campo da Educação a Distância e Educação para Adultos, visando auxiliar os indivíduos a se integrarem na sociedade que os acolhe, proporcionando a oportunidade de aprender a língua local.

XIII. Mais uma iniciativa interessante é a “Massive Open Online Courses”, promovida pela Comissão da União Europeia, que encomendou um estudo que avalia a adequação dos Cursos Massivos Abertos Online (MOOCs) e do Aprendizado Digital Gratuito (FDL) para a inclusão de migrantes e refugiados. Nelas, é possível encontrar cursos de línguas, formação profissional para crianças e para o ensino superior, atendendo as três áreas prioritárias foco deste relatório. A iniciativa passou por uma atualização em 2021.

XIV. Outro item importante neste levantamento é a “Comunidade Europeia De Profissionais Da Educação De Adultos — EPALE”, um programa fundado pelo ERASMUS+, que funciona como rede multilíngue aberta de profissionais da educação de adultos, incluindo educadores e formadores de adultos, pessoal de orientação e apoio, pesquisadores e acadêmicos e agentes políticos. Nela, é possível encontrar MOOCs, REAs, Centros e Conjuntos de Recursos, Catálogos de Cursos e Podcasts. Várias modalidades de colaboração, entre elas: Comunidades de Prática, Discussões e Buscas de Parceiros; e, Organizações e modos de contribuição: Recursos por Tema, Eventos, Blog, Histórias Comunitárias e Notícias.

XV. Com relação a diferentes tipos de produções no contexto da Educação a Distância ou Educação Digital e Educação Aberta, o sítio eletrônico “Open Education: OER, OCW and MOOCs”, mantido pelo Serviço de Estudos do Parlamento Europeu (EPRS), traz importantes caracterizações e esclarecimentos acerca dos três tipos que constam no título — OER (REA em português), MOOCs (CMAO em português) e OCW (Open Course Ware, sem tradução para português). Além disso, apresenta visões de diferentes agentes políticos e promotores, bem como projetos da UE.

XVI. E, finalizando, cabe mencionar o “Conjunto de Ferramentas REA”, que visa fornecer orientações e informações para apoiar funcionários, alunos e outros membros da comunidade da Una Europa, composta de um grupo de 11 universidades europeias, a usar e criar REA para ampliar seu trabalho. Aqui se trata de material que não está somente disponível gratuitamente online (atende às demandas da Educação a Distância), mas conta com a licença Creative Commons (licença que permite cópia e compartilhamento menos restritivas que as tradicionais que indicavam “todos os direitos reservados”). Seus objetivos são:

A. incorporar REA no trabalho existente em educação e mobilidade (por exemplo, compartilhar materiais de cada um mediante Formatos Inovadores Conjuntos como REAs, criando oportunidades para os alunos desenvolverem REA como parte de seus cursos e atribuições);

B. promover ciência aberta, pesquisa e dados, bem como publicações de acesso aberto; e

C. incorporar a criação de REA em outras áreas de atuação — como Future UniLab, iniciativas de Seed Funding, Staff Weeks, Live My Life, Uma Futura, Student Congress, Una Europa Prize, Una Challenge e outros — para compartilhar ideias e resultados inovadores o mais amplamente possível.

| Mercado Comum do Sul — MERCOSUL

No bloco do MERCOSUL, entre os documentos encontrados, selecionamos 5 itens que serão apresentados abaixo.

I. A página “Educação MERCOSUL”, oferece um panorama sobre direitos e benefícios desse bloco no que se refere ao tema de Educação. No entanto, não há menção para os temas da Educação a Distância ou Educação Aberta. Contudo, é tratado o tema de “Circulação de Pessoas”, termo esse que se aproxima da temática migratória.

II. Aqui podemos também acrescentar o “Repositório Documental”, em que encontramos atas, acordos, boletins, decisões, planos de ação e tratados referidos à temática educacional relacionado ao Setor Educacional do MERCOSUL que, desde 1991, coordena as políticas.

III. O mesmo Setor também produz “Indicadores estatísticos de educação do MERCOSUL”, resultado do trabalho conjunto dos Estados-membros no Grupo de Trabalho de Indicadores (GTT) que se inicia em 1996 e termina em 2014, ao qual está alinhado o “Sistema MERCOSUL de Indicadores TIC na Educação”, que produziu dados entre 2009 e 2013, com dados e categorias que podem inspirar futuros levantamentos desse tipo.

IV. Em seguida, cabe mencionar o relatório “MERCOSUL: estrutura e agendas”, publicado em 2015 pela Secretaria do MERCOSUL e Setor de Assessoria Técnica. O relatório discorre sobre a criação do MERCOSUL e suas agendas e expõe todos os acordos feitos até o momento da publicação. Sobre a temática deste relatório, foi possível encontrar informações sobre educação na página 27 e sobre intercâmbio acadêmico na página 33, porém não há menção a migrantes e refugiados.

V. Em termos práticos, encontrou-se o “Edital para a Contratação de uma Consultora e/ou Instituição Educacional”, promovido em 2022 pelo Ministério da Educação do Paraguai, no qual foi possível identificar uma discussão acerca da Educação a Distância. O projeto em si visa executar um evento colaborativo e participativo de criatividade, inovação e protótipo com estudantes dos cursos técnicos da Educação Técnica Profissional dos países do bloco. Consta de dois componentes principais: os cursos de capacitação, em modalidade e-learning, destinados a docentes e estudantes; e, a execução do evento colaborativo, em modalidade híbrida.

VI. Ainda no contexto da América Latina, cabe mencionar o Consórcio da Educação Aberta, sendo uma rede global voltada para Educação Aberta que reúne pesquisadores e educadores que se ocupam com essa temática. A região latino-americana consta como próprio polo sob o nome Educação Aberta da América Latina — OELATAM. Seu objetivo é atender as necessidades únicas na região da América Latina, compartilhando ideias, projetos e experiências, bem como identificar desafios, necessidades e áreas de possível colaboração. Por fim, dentre os objetivos gerais, se mantém o objetivo de compartilhar, curar, localizar e traduzir Recursos Educacionais Abertos (REAs).

| Comunidade Andina

No contexto da Comunidade Andina, foram encontrados 6 itens que se enquadram na proposta desse relatório.

I. O primeiro deles é o documento “Enseñanza de Integración en los Países Andinos”, publicado desde 2006 pela Secretaria Geral da Comunidade Andina, no qual encontramos menções à Educação a Distância e às TICs (p.52) e Educação Aberta (p.49), preocupando-se em promover a cooperação entre os Estados-membros. Na sua linha geral n.º 3, é possível encontrar o tópico Migração e Mobilidade Humana, em que se menciona o recém-aprovado Estatuto Migratório Andino que traz discussão terminológica, diretrizes gerais que apontam os direitos básicos e outras informações relevantes.

II. Outro documento que pode ser de utilidade nos estudos de boas políticas, são as “Normas sobre Migración en la Comunidad Andina”, publicadas em 2018

pela Secretaria Geral da Comunidade Andina, em que são reunidas todas as leis e normas da Comunidade referentes à temática migratória.

III. Em terceiro lugar, podemos destacar a apresentação “Comunidad Andina: Situación actual y principales desafíos”, publicado em 2009, enquanto publicação Diretora Geral da Secretaria Geral da Comunidade Andina. Nela podemos encontrar informações sobre diversos projetos realizados pela Comunidade, dos quais dois se aproximam mais das nossas temáticas, a saber “Educación Intercultural bilingüe en contextos de diversidad cultural em frontera Ecuador-Perú” e “Proyecto Calidad y Equidad en la educación: Red andina para el desarrollo en las ciencias, matemática y la comunicación — EDUCIMAC.”

IV. Enquanto projeto específico, o EDUCIMAC existe desde 2011, como projeto educacional, voltado para difusão da educação para estudantes não migrantes da escola regular, mas com informações e reflexões sobre Educação a Distância. Seus objetivos são:

A. localizar, avaliar e adaptar materiais didáticos testados com código e acesso aberto;

B. desenvolver e testar materiais e recursos educativos, assim como uma estratégia colaborativa baseadas em TICs; e

C. convocar as instituições educativas que vão testar as atividades de atualização de professores no uso de TICs, estratégias de avaliação, colocando em ação a Rede Latino-americana.

V. Em 2008, o Conselho Sub-regional de Trabalhadores Andinos, publica um documento intitulado “Un análisis a la Migración Laboral entre los países de la CAN incluido Venezuela”, que é voltado para o estudo da migração laboral na Comunidade, apresentando objetivos educacionais da comunidade andina.

VI. E finalizando o levantamento, podemos mencionar a decisão, isto é, a lei, “Apoio a la cohesión económica y social en la CAN-CESCAN II”, que existe desde 2010 e foi promulgada pelo Conselho Andino de Ministros de Relações Externas. Com ela, se institui um projeto binacional da Comunidade Andina e União Europeia intitulado “Apoio à coesão econômica e social na CAN-CESCAN II”, no qual um dos sub-projetos transfronteiriços implementados nos interessou, seja ele: “Frontera Perú-Ecuador: Educación Intercultural en contextos de Diversidad Cultural y Lingüística de la provincia de frontera de San Ignacio en el Perú y de Zamora Chinchipe de Ecuador”, visto que envolve a educação e o contexto de fronteira que costuma envolver reflexões sobre migrações ou circulação de pessoas.

| Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio — NAFTA e Acordo Estados Unidos-México-Canadá — USMCA

No que se refere a esses dois blocos, não foi possível encontrar mais informações que pudessem integrar esse relatório, uma vez que a temática migratória não é contemplada em nenhum dos dois tratados/acordos. Mais informações foram possíveis de encontrar em legislações ou instituições específicas, tais como a Comissão México Estados Unidos para o Intercâmbio Educativo e Cultural — COMEXUS, organização essa criada pelos governos dos EUA e México para financiamento de estudos nos EUA sobre educação. Ali é possível encontrar estudos voltados para a temática migratória e educação de adultos. Além disso, mais dados foram possíveis de obter a partir da análise específica dos Estados Unidos, México e Canadá, a qual será apresentada no bloco Países.

■ REFERÊNCIAS

Armalys, T., Sanchez, P. M. R., Graaf, L. (2021). Sirius Watch 2021 Towards Inclusive Digital Education for Migrant Children. Bruxelas: SIRIUS. <http://donboscointernational.eu/wp-content/uploads/2022/03/Sirius-watch-202114.pdf>

Bautista, J. S., Reyes, G. M., García, D. M. (2008). La situación socio-laboral en la subregión Andina: Un análisis a la Migración Laboral entre los países de la CAN incluido Venezuela. Bogotá: Confederación de Sindicatos Cristianos de Bélgica, Instituto de Educación Obrera Internacional. https://www.ituc-csi.org/IMG/pdf/La_situacion_socio-laboral_en_la_subregion_andina.pdf

Bekemans, L. (1997). The Teaching of Immigrants in the European Union. Luxembourg: European Parliament. https://www.europarl.europa.eu/workingpapers/educ/pdf/100_en.pdf

Comissão Europeia. (2020). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité Das Regiões. Plano de Ação para a Educação Digital 2021-2027: Reconfigurar a educação e a formação para a era digital. Bruxelas: European Commission. <https://education.ec.europa.eu/pt-pt/focus-topics/digital-education/action-plan>

Comissão Europeia. (2020). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité Das Regiões. Plano de ação sobre a integração e a inclusão para 2021-2027. Bruxelas: European Commission. https://home-affairs.ec.europa.eu/system/files/en?file=2020-11/action_plan_on_integration_and_inclusion_2021-2027.pdf

Comissão Europeia. (2013). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité Das Regiões. Abrir a Educação: Ensino e Aprendizagem para todos de maneira inovadora graças às novas tecnologias e aos Recursos Educativos Abertos. Bruxelas: European Commission. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52013AE6185>

Comunidad Andina. (2021). Decisión 878. Estatuto Migratorio Andino. XXVI Reunión Ordinaria del Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores de la Comunidad Andina. <https://www.comunidadandina.org/DocOficialesFiles/Gacetitas/Gaceta%204239.pdf>

Comunidad Andina. (2018). Normas sobre Migración en la Comunidad Andina. Lima, Peru: Secretaría General de la Comunidad Andina. <https://www.comunidadandina.org/StaticFiles/201832185827normasmigracion.pdf>

Comunidad Andina. (2010). Decisión 744. Proyecto de Cooperación CANUE: “Apoyo a la Cohesión Económica y Social en la Comunidad Andina - CESCAN II”. Décimo Octava Reunión Extraordinaria del Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores.

[https://www.google.com/url
sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwihz8
WAX7yCAxV6JrkGHTMHCUoQFnoECA0QAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.com
unidadandina.org%2FDocOficialesFiles%2Fdecisiones%2FDEC744.doc&usg=A
OvVaw0slw1ldzrgMtWFJVsOd8u1&opi=89978449](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwihz8WAX7yCAxV6JrkGHTMHCUoQFnoECA0QAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.comunidadandina.org%2FDocOficialesFiles%2Fdecisiones%2FDEC744.doc&usg=AOvVaw0slw1ldzrgMtWFJVsOd8u1&opi=89978449)

Mercosul. (2015) Mercosul: Estrutura e Agendas. Montevideo.

<https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/organograma-mercosul/>

Mora, E. A. (2006). Enseñanza de Integración en los Países Andinos. Lima: Comunidad Andina.

[http://intranet.comunidadandina.org/documentos/Publicaciones/
201166172212libro_ensenanza.pdf](http://intranet.comunidadandina.org/documentos/Publicaciones/201166172212libro_ensenanza.pdf)

União Europeia. (2016). Recomendação do Conselho de 19 de dezembro de 2016 sobre percursos de melhoria de competências: novas oportunidades para adultos. Bruxelas: Jornal Oficial da União Europeia. [https://eur-lex.europa.eu/
legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32016H1224\(01\)&from=BG](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32016H1224(01)&from=BG)

União Europeia. (2018). Recomendação do Conselho de 22 de maio de 2018 sobre as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida. Bruxelas: Jornal Oficial da União Europeia. [https://eur-lex.europa.eu/legal-
content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018H0604\(01\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018H0604(01))

União Europeia. (2022). Inclusive Digital Education Workshop For Migrants and Refugees: 2-3 December 2020, 22-23 April 2021. Bruxelas: SIRIUS.

<https://www.sirius-migrationeducation.org/digital-education/>

■ PAÍSES

No que se refere aos países da América do Norte, foram encontrados 18 itens no Canadá, 13 itens nos Estados Unidos e 4 no México, com mais 2 itens que são conjuntos: México e EUA. No fim, também apresentamos os resultados encontrados para o Brasil que foram 11.

| Canadá

O Canadá apresenta uma variedade de materiais (relatórios, guias, cursos) e políticas regionais e nacionais sobre Educação para Adultos, Educação a Distância e Educação para imigrantes, totalizando um número de 18 elementos na nossa seleção.

I. Começamos com o relatório “The development and State of the Art of Adult Learning and Education (ALE)”, produzido em 2008 pelo Conselho de Ministros da Educação do Canadá e pela Comissão Canadense para a UNESCO, com o fim de oferecer um Estado da Arte que originalmente foi resultado da 6ª Conferência Internacional sobre Educação Adulta da UNESCO, discutindo, em diferentes momentos, a temática da educação para adultos imigrantes. Nele, encontramos pesquisas e enquetes, quadros de atuação e programas voltados para Educação, Alfabetização/Letramento e Línguas Adicionais, com a indicação de boas práticas.

II. Outra produção interessante é a campanha “Together for Learning”, do Setor de Assuntos Globais do Canadá para o período de 2021 a 2023. Essa campanha teve o objetivo de promover educação de qualidade para crianças e jovens refugiados via quatro áreas de atuação:

- A. Excelência de Programas;
- B. Envolvimento Diplomático;
- C. Ampliação de Vozes Locais e Construção de Base de Evidências.

III. Continuamos com o guia “Life After War: Education as a Healing Process for Refugee and WarAffected Children”, um manual publicado em 2012 pela Divisão de Programas Escolares da província de Manitoba, que se direciona mais para o público não adulto, porém prevê trabalho com as famílias. O guia foi produzido para auxiliar profissionais da educação a lidarem com crianças refugiadas que enfrentaram guerras. Possui, não somente definições de alguns termos e tipos de traumas, mas também traz sugestões de atividades e algumas listas de checagem para a escola.

IV. Seleccionamos também o curso “Newcomer Introduction to Classes Online (NICO)”, promovido pela The Immigrant Education Society — Sociedade da Educação Imigrante — TIES, voltada para cidadãos canadenses, residentes, refugiados ou pessoas “protegidas”. Enquanto um curso online e gratuito, trabalha habilidades com computadores, comunicação online, habilidades de estudos e vocabulário. É financiado pelo órgão para Imigração, Refugiados e Cidadania do Canadá que facilita a chegada de imigrantes, oferece proteção a refugiados, além de programação para auxiliar os recém-chegados a se estabelecerem no Canadá. Nele, se promovia letramento digital, pensando na inclusão de estudantes que desejam fazer os cursos online pela Sociedade, mas não possuem habilidades com computadores.

V. Outro curso de relevância para nossa temática é o “LINC Home Study”, também promovido pela Sociedade mencionada acima, cujo público alvo são cidadãos canadenses, residentes, refugiados ou “pessoas protegidas” que não possam atender às aulas presenciais. Oferece uma gama diversa de cursos e aulas, tais como: aulas gratuitas de inglês, aulas e atividades disponíveis na plataforma e uma reunião semanal com um instrutor para orientações e dúvidas, abrangendo entre os níveis intermediário a avançado. O curso online e gratuito, permite certo enquadramento na Educação a Distância e Educação Aberta, mas existem algumas restrições referentes à localidade. No LINC, as aulas básicas estão disponíveis só presencialmente. Existe outra modalidade desse curso chamada “LINC Blended”, isto é, um curso híbrido no qual o estudante tem majoritariamente as aulas e exercícios online, além de um encontro presencial durante a semana, com duração de 3h, novamente abrangendo desde o nível intermediário ao avançado. O curso é gratuito, mas limita as aulas a quem está na cidade de Calgary e tem acesso ao prédio da Sociedade, onde ocorrem as aulas presenciais.

VI. A Sociedade da Educação Imigrante oferece diferentes cursos de formação para adultos em sua plataforma online de cursos de línguas, a Learn English. O “English for Employment: Job Search (EEJS)”, oferecido na mesma plataforma enquanto curso online, trata sobre a aplicação para empregos no Canadá, com conteúdos sobre currículo, preenchimento de formulários, preparação para entrevistas etc.

VII. O último desses cursos oferecidos pela Sociedade é o “Workplace Online Retention Class (WORC)”, oferecido na plataforma do TIES como curso online para promover habilidades comunicativas no ambiente de trabalho. Online e gratuito, indicado para níveis intermediário e avançado, incluindo treinamento linguístico e de “soft skills”, aspira ajudar a ser bem-sucedido no ambiente de trabalho canadense.

VIII. A própria Sociedade preparou o Guia que atende os requisitos de Educação a Distância e Educação Aberta no que se refere à Educação para

Migrantes e Refugiados de todas as idades e níveis, pensado em diferentes línguas das principais comunidades presentes no território canadense.

IX. Além dos cursos em inglês, há cursos semelhantes em francês, como, por exemplo: “Cours de langue pour les immigrants au Canada — CLIC”, que é organizado pelo Le Collège Éducacentre, o qual é um colégio francófono da Colúmbia Britânica. Seu público são os maiores de 18 anos, residentes permanentes e pessoas protegidas pela seção 95 da Lei de Proteção de Imigração e Refugiados, contudo não podem estar inscritos no LINC. Oferece os níveis 1 e 2 do curso de francês e é financiado pelo governo canadense. Existe também o oferecimento deste curso especificamente para os imigrantes e refugiados no Canadá.

X. Nesse contexto também cabe apresentar o “Amélioration du français”, que é coletânea de recursos mantida pelo Centre Collégial de Développement de Matériel Didactique, cujo público-alvo são pessoas com acesso à internet, aprendizes de francês. Apresenta-se como uma lista com recursos para impressão, materiais alternativos e links para outros conteúdos.

XI. O órgão Imigração, Refugiados e Cidadania no Canadá preparou, em 2021, o manual “Découvrir le Canada: les droits et responsabilités liés à la citoyenneté”. É um guia de estudos para preparação ao teste aplicado para obtenção da cidadania canadense. Explica a história, sistemas de cidadania, economia etc. Algo semelhante é possível encontrar sob o nome “Guide for Newcomers to Newfoundland and Labrador”, o qual é também um guia para imigrantes, com informações elementares sobre o Canadá, obtenção de documentos e primeiros passos, promovido pela Associação para Novos Canadenses. Ambos os guias atendem os requisitos da Educação a Distância e Educação Aberta, pensadas para o público adulto.

XII. Nessa linha, é importante trazer o sítio eletrônico “Best Practices in Settlement Services”, criado e mantido pelo Imigração, Refugiados e Cidadania. Oferece a todas as pessoas com acesso à internet informações sobre os principais programas voltados para a comunidade imigrante no Canadá. Seus dois principais objetivos são:

A. apresentar as melhores práticas em serviços de assentamento/instalação para informar organizações, governos e indivíduos que trabalham com recém-chegados sobre os programas que estão sendo realizados no Canadá e em todo o mundo, divididas em: Informação e Orientação; Idioma e Habilidades; Acesso ao Mercado de Trabalho; Comunidades Acolhedoras; e, Desenvolvimento de Políticas e Programas;

B. também visa promover formas inovadoras de ajudar, mediante indicações, os imigrantes na sua integração nas suas novas comunidades.

XIII. Aqui ainda vale a pena mencionar as oficinas e programas promovidas pelo Programa de Integração e Instalação Imigrante — SUCCESS. Uma gama de oficinas fica à disposição dos estudantes com acesso à internet. As oficinas são realizadas online sobre serviços e programas disponíveis para a integração de imigrantes, ensino de inglês e empregos.

XIV. E, finalizando, além das propostas de integração do imigrante/refugiado, os órgãos públicos canadenses também promovem atividades anteriores ao ato de deslocamento, visando uma vinda mais consciente e informada ao país. Assim, o Governo do Canadá, por meio do seu programa de Orientação Canadense no Exterior, em parceria com a Organização Internacional para Migração — IOM, produziu o “Manual de orientação para refugiados”, que está disponível em diversas línguas e objetiva informar o possível imigrante sobre a vida no Canadá.

| Estados Unidos da América

No caso desse país, encontramos predominantemente legislação e materiais com informações práticas e explicação das políticas migratórias, com um total de 13 itens.

I. Começamos com a lei “Part 100 - nondiscrimination under programs receiving federal assistance through the department of education effectuation of title vi of the civil rights act of 1964”, promulgada em 1980, utilizada para garantir o acesso de qualquer imigrante à educação, independentemente de sua situação legal. Aqui encontramos informações interessantes sobre Educação Aberta e Educação para Adultos a partir de seções intituladas “Illustrative Applications” que se apresentam como seções onde o próprio legislador sugere modos de aplicar determinados elementos da lei em si. Aspectos de formação ou educação profissional/vocacionais também são amplamente comentados e discutidos na lei, para os quais são novamente indicados exemplos sobre como as diretrizes legais devem ser aplicadas em situações concretas.

II. Outra lei de interesse é intitulada como “Emergency Immigrant Education Program”, que se apresenta como um programa governamental do Ministério da Educação, com Escritórios para Educação Fundamental e Média. Nele, encontramos diretrizes com as quais se tenta, de diversas maneiras, organizar um programa governamental que atue em momentos mais imediatos e emergenciais para que o imigrante possa ser acolhido.

III. Com relação às práticas, cabe mencionar o curso “USA Learns”, promovido pela Secretaria de Educação da cidade de Sacramento, no qual é possível encontrar elementos das três temáticas deste relatório. Trata-se de um curso online e gratuito de inglês como língua estrangeira — curso para cidadania e

habilidades profissionais — as chamadas "job skills" (Skills for the Nursing Assistant).

IV. Além deste curso, podemos listar diversas produções de materiais, na maioria guias, que como o "How do I Guides", produzido pelo Serviço da Cidadania e Imigração, versa sobre questões relativas à imigração, incluindo diversos grupos que estão em deslocamento: cidadãos americanos, residentes permanentes, não imigrantes, refugiados e solicitantes de asilo e empregadores, apresentando informações de ordem prática, inclusive em diversas línguas do mundo no seu Centro de Recursos Multilíngues.

V. O mesmo serviço produziu mais dois guias: 1) o "Welcome to the United States: A Guide for New Immigrants", de 2015, no qual são apresentadas informações sobre a vida cotidiana nos Estados Unidos e algumas informações cívicas elementares, focado no público imigrantes e disponível em 14 línguas;

VI. 2) o "USCIS Welcomes Refugees and Asylees Brochure", emitido em 2019, que traz dados sobre direitos, responsabilidades e a importância da cidadania estadunidense, destinado aos refugiados e solicitantes de asilo e disponível em 17 línguas.

VII. Em 2021, foi produzido pelo Laboratório Regional Educativo do Noroeste Estadunidense, outro guia intitulado "Helping Newcomer Immigrant and Refugee Students Register for Secondary School", destinado a profissionais da educação que recebem alunos imigrantes ou refugiados. O guia contém um infográfico para auxiliar o processo de registro e adaptação de crianças imigrantes e refugiadas nas escolas estadunidenses, com informações voltadas para os modos de como atender os pais dos mesmos. Pode servir não somente para profissionais da educação, mas também para imigrantes e refugiados que desejam conhecer mais sobre os processos de registro escolar.

VIII. Mais um guia que atende requisitos da Educação a Distância e Educação Aberta, porém não focado exclusivamente no público adulto, é o "Resource Guide: supporting undocumented youth", publicado pelo Ministério da Educação dos EUA, em 2015, com a intenção de reunir informações sobre como lidar com crianças e adolescentes sem documentação. Inclui legislação, recursos, modelos e dicas para educadores e instituições de ensino, dentre as quais estão conselhos para Instituições de Ensino Superior e programas educacionais direcionados para Educação para Adultos, financiados pelo governo federal (p.44).

IX. Em termos práticos, podemos citar sítios eletrônicos como o "UnitedWeDream", resultado do trabalho da rede "Immigrant Youth" que é a maior rede que reúne jovens que pensam a temática imigrante. Nele, encontram-se recursos para imigrantes, como informações legais, assistência

jurídica e guias sobre tópicos de interesse (lista de consulados, atualizações sobre políticas de imigração, sobretudo da DACA — Deferred Action for Childhood Arrivals).

X. Outro sítio com proposta parecida é o “[The Dream: Resources](#)”, mantido pela rede The Dream, e reúne jovens profissionais que tiveram a oportunidade de obter um diploma universitário, apesar de terem ingressado no país jovens e sem documentação. A página reúne diversos recursos para imigrantes — sobretudo para os não documentados. Traz informações legais, sobre bolsas de estudos, saúde, etc., de modo que estejam nos parâmetros de Educação a Distância e Educação Aberta.

XI. O sítio “[Immigrant Rising: Resources](#)”, também ganha destaque aqui porque foi lançado por uma organização não governamental em 2006, novamente centrado em imigrantes não documentados e profissionais que possam trabalhar com esses. Traz uma lista de recursos sobre leis, empreendedorismo e educação superior, tais como: práticas institucionais, modos de ingresso nas universidades, uso da arte para empoderamento, etc.

XII. O último sítio a ser mencionado é o do “[National Immigration Law Center](#)”, organização não governamental que existe desde 1979, e que se ocupa em proporcionar informações legais para imigrantes sobre COVID, direitos trabalhistas, educação, impostos e semelhantes. Nela, também encontramos ferramentas específicas para a educação pós-secundária com dados sobre os impactos sociais e econômicos do melhoramento de acesso ao ensino superior aos estudantes imigrantes ou sobre modos como os agentes sociais podem facilitar e melhorar o acesso aos imigrantes.

| México

No caso deste país, temos um número um pouco menor de produções voltadas para alguns dos aspectos tratados neste relatório — 4, bem com 2 produções em interface com os Estados Unidos.

I. Primeiramente, apresentamos a “[Fundación Carlos Slim](#)”, sendo uma organização sem fins lucrativos fundada em 1986, que se ocupa em auxiliar as populações vulneráveis em diversas áreas, dentre as quais está a educação. Seu sítio tem diversos cursos para a população imigrante nos EUA ou que retornam ao México e oferece desde apoio legal até cursos de capacitação para adultos e educação para crianças e adultos. Outro destaque são as 6 plataformas que constam no sítio, voltadas para as temáticas da inclusão digital, educação aberta e aprendizagem ao longo da vida, por exemplo.

II. Em termos de interface, vale a pena mencionar o “[¡Elige, aprende y supérate!: guía educativa para mexicanos en el exterior y en retorno](#)”, um guia produzido

por quatro órgãos públicos mexicanos: Secretaria de Relações Exteriores, Secretaria de Educação Pública, Instituto dos Mexicanos no Exterior e Instituto Nacional para a Educação de Adultos. Nele, o migrante encontrará as opções que tem para terminar, continuar e/ou enriquecer seus estudos a distância no México, tais como: materiais didáticos, bolsas, revalidação de estudos, opções digitais, cursos e carreiras técnicas, do nível básico ao médio superior e superior.

III. O já mencionado Instituto Nacional para a Educação de Adultos preparou o programa “Educación sin Fronteras”, cujo objetivo é de fornecer educação primária e secundária a imigrantes e refugiados, bem como a mexicanos retornados ou repatriados, com uma atenção especial para a Educação a Distância.

IV. Em 2019, foi aprovada a nova Lei Geral da Educação, em que encontramos informações sobre educação aberta e gratuita nos primeiros 10 artigos, sendo o artigo 9 especialmente interessante: “Art. 9 (V): Divulgar e, quando for o caso, promover diversas opções educacionais, como educação aberta e a distância, por meio do uso de plataformas digitais, televisão educativa e tecnologias de informação, comunicação, conhecimento e aprendizagem digital”.

V. Em termos legais, destacamos também o “Convênio COMAR”, promovido em 2018 pela “Comisión Mexicana de Ayuda a Refugiados” — COMAR e o “Instituto Nacional para Educação de Adultos”. Este convênio tem como base um trabalho colaborativo para com a educação de refugiados, com ênfase na diminuição do analfabetismo entre refugiados e na educação de adultos, servindo de exemplo como diferentes órgãos podem trabalhar conjuntamente.

VI. E por fim, introduzimos a “Universidad Abierta y a Distancia de México”, que existe desde 2012 e fica sob os cuidados do Ministério da Educação Pública. Ela surge após a “Conferência Mundial sobre a Educação Superior no século XXI: visão e ação”, em 1998, que fez com que o governo criasse um Plano Mestre para Educação Superior Aberta e a Distância, propondo a criação de redes de colaboração e programas para capacitação de pessoal para atuação nessa área de Educação. Conta, atualmente, com Núcleos Básico, de Formação Disciplinar e Formação Especializada, nos quais se encontram cursos de graduação e pós-graduação.

| Brasil

E por fim, trazemos informações sobre o modo como a temática desse relatório tem se desenvolvido no Brasil. Os resultados a serem apresentados aqui são um acréscimo ao que já consta no item dedicado ao MERCOSUL, sendo necessário considerar a realidade mais ampla deste bloco político-econômico e as especificidades deste país, o maior da América Latina. Grande parte das produções é resultante da atuação do Alto comissariado das Nações Unidas

para os Refugiados — ACNUR, bem como da atuação de alguns órgãos públicos, com um total de 11 produções selecionadas.

I. Começamos com questões de ordem legislativa, citando o “Plano Nacional de Educação”, sancionado em 2014 com validade até 2024, no qual Recursos Educacionais Abertos têm encontrado seu lugar, com três contribuições para o texto final, inserindo-se em 2 das 20 metas que o documento prevê:

A. meta 5 - Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental;

5.3) Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos; e,

B. Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB:

Tabela 1. Medidas nacionais para o IDEB

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Fonte: INEP

7.11) Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

7.13) Implementar o desenvolvimento de tecnologias educacionais, e de inovação das práticas pedagógicas nos sistemas de ensino, inclusive a utilização de recursos educacionais abertos, que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as).

II. Assim, vemos que essa temática recebeu alguma atenção mais recentemente no país, porém, ainda demandando muitos outros aportes para que sua execução se torne visível, tal como foi o caso do Decreto n.º 52.681, de 26 de setembro de 2011, da cidade de São Paulo, que discorre sobre o “licenciamento obrigatório das obras intelectuais produzidas com objetivos educacionais, pedagógicos e afins, no âmbito da rede pública municipal de ensino” que deve ser feito para poder haver livre utilização. Há de se fazer mais estudos sobre os

REAs, como foi efetuado por Santos (2013) na obra “Recursos Educacionais Abertos no Brasil: o Estado da Arte, desafios e perspectivas para o desenvolvimento e inovação”.

III. Das produções do ACNUR, podemos destacar a preparação de informativos, cartilhas e sítios eletrônicos, tais como:

A. “Cartilha para refugiados no Brasil”, publicada em 2018, trazendo dados sobre diversas práticas e políticas apoiadas e executadas pelo órgão: embaixadores de boa vontade e enviados especiais, declaração e plano de ação do Brasil, plataforma Help, mecanismos de proteção e integração, etc. O documento visa fornecer informações sobre os direitos dos refugiados em território brasileiro, abrangendo uma ampla gama de dimensões, como educação, saúde, religião etc.

B. “Cartilha de Informações Financeiras para Migrantes e Refugiados”, cartilha lançada em 2022, enfocando aspectos da Educação Aberta. O documento em si tem como principal objetivo informar os refugiados sobre os locais onde podem acessar as informações necessárias para lhes possibilitar ingressar no mercado de trabalho brasileiro. Também lista diversas iniciativas de Educação a Distância e aberta que tem diversos focos, desde a aprendizagem da língua portuguesa até outros ofícios, incluindo o incentivo ao empreendedorismo.

C. “Guia de informação sobre o trabalho de imigrantes e refugiados”, outra cartilha produzida em 2019, que informa este público sobre como ingressar no mercado de trabalho brasileiro, procurando (in)formá-lo sobre quais são seus direitos e deveres.

D. “Passarela: português como língua de acolhimento para fins acadêmicos”, livro didático de 2020, elaborado para as disciplinas Português: Práticas Textuais Acadêmicas I e II, destinadas a estudantes migrantes refugiadas/os matriculadas/os em cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Ele faz parte de uma tendência recente de produção de materiais didáticos pensados para população em deslocamento, mas que seguem alguns dos princípios de Educação Aberta, Educação a Distância e Educação para Adultos, devido ao modo como são confeccionados e disponibilizados, bem como pelas temáticas trabalhadas que se aproximam da vida de um adulto.

E. “Educação para refugiados”, sítio eletrônico que integra o projeto “Projeto do Guia Nacional de Educação para Educadores, Pais, Responsáveis e Crianças Refugiadas no Brasil”. A iniciativa se encontra disponível para consulta e aberta para ser alimentada continuamente com informações atualizadas, com conteúdos de interesse de educadores e de pessoas refugiadas, bem como com boas práticas nacionais. No site, encontramos especificamente: o guia completo

sobre direito de acesso ao sistema público de ensino (em português, inglês, espanhol, francês e árabe); mapa interativo com boas práticas pedagógicas e iniciativas que promovem a integração cultural e social de pessoas refugiadas, solicitantes da condição de refugiado e apátridas; série de vídeos sobre interculturalidade e blog.

IV. Em seguida decidimos apresentar dois tipos de mapas de interesse:

A. “Mapa de Serviços Abertos”, publicado em 2020 pela Iniciativa Educação Aberta (hoje não mais ativo), serviu como um espaço permanente de inserção e disponibilização de informações sobre prestadores de serviço que trabalharam com a lógica e a ética do software livre e dos recursos educacionais abertos (REA), dando visibilidade ao reconhecido protagonismo brasileiro nessas duas áreas. Este sítio foi uma realização da Iniciativa Educação Aberta e resultado de cooperação com a UNESCO, como parte do contrato ED00283/2020, cujo objetivo foi prover ferramentas de acesso livre e gratuito para experimentação e uso, por parte de atores da educação.

B. O “Observatório Educação Vigiada”, lançado em 2021, e hoje um grupo de pesquisa, tem como principal propósito “a divulgação científica de pesquisadores acadêmicos e de organizações sociais cujo objetivo é coletar e divulgar informações sobre a plataformização da educação pública no Brasil e na América do Sul e incentivar um debate na sociedade em relação aos seus impactos sociais e educacionais”. A razão de sua criação se deu pela “percepção da escassez de informações sobre a atuação das grandes empresas de tecnologia — em especial aquelas que se valorizam através da coleta, tratamento e comercialização dos dados dos usuários de suas plataformas e serviços digitais — na oferta de tecnologias educacionais e espaço em data centers às instituições públicas, dificulta os esforços de pesquisa, a discussão pública sobre os riscos e as decisões dos gestores sobre o futuro das tecnologias em suas redes e instituições.”

V. No que se refere à Educação a Distância, cabe destacar o “Censo EaD.BR”, produzido pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), atualmente em sua décima primeira edição, em 2018. Consiste em um mapeamento do cenário da educação a distância (EaD) no Brasil e das principais tendências no setor. Devido ao fato de as instituições parceiras fazerem voluntariamente o mapeamento, não há pretensão de se estabelecer um cenário completo da EaD no Brasil, porém há uma procura pela maior abrangência possível. As análises permitiram uma série de categorizações e dados: o panorama das tendências do mercado; categorias de instituições que trabalham com a EaD; os tipos de cursos ofertados; o público beneficiado; a forma de execução e a organização administrativa da referida modalidade.

VI. Com esse censo, merece ser apresentado o sítio eletrônico “[Escolha Livre](#)”³, produzido na Universidade de Brasília pela Cátedra UNESCO em EaD e atende aos três requisitos temáticos deste relatório. Esse guia, voltado para pesquisadores e público, se propõe a apontar uma gama de opções e estratégias gratuitas, livres e abertas que podem auxiliar a comunidade escolar e seus agentes, auxiliando no planejamento de estratégias de médio e longo prazo. No sítio, encontram-se de ferramentas, sistemas e plataformas basilares para a reflexão sobre o que é Educação Aberta e como promover uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa na atualidade na qual a cultura digital vem ganhando centralidade. São especialmente interessantes para serem mencionados o Wikimedia Commons que arquiva diferentes recursos para futura consulta gratuita; o Internet Archive, no qual é possível encontrar conteúdos livres e MEC RED que funciona como repositório e rede social para professores, reunindo recursos educacionais do MEC em um único lugar (Portal do Professor, Banco Internacional de Objetos Educacionais e Domínio Público). Também são indicados três sistemas de plataformas gratuitas: BigBlueButton ou Mconf, Jitsi e Mumble, cada uma com sua especificidade e serviços e plataformas para escrita colaborativa: Etherpad, OnlyOffice e Wikiversidade. E finalizando, o sítio oferece uma lista de REAs conforme as categorias: fotos e imagens, vídeos, sons e música, educacionais e vários nas quais constam recursos gratuitos e abertos para consulta e uso.

³ A versão estudada no relatório é anterior a atualização realizada no site Escolha Livre e mudança de nome de nossa Cátedra, em 2024, porém a análise se mantém relevante.

■ REFERÊNCIAS

Freitas, A. et al. (2020). Passarela: português como língua de acolhimento para fins acadêmicos. Curitiba, PR: Editora Peregrina. https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/08/Passarela_Portugues-como-lingua-de-acolhimento-para-fins-academicos.pdf

Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - ACNUR. (2021). Guia para pais e educadores sobre integração de crianças e adolescentes refugiadas nas escolas. https://educacaoeterritorio.org.br/wp-content/uploads/2022/01/5a0238_c0428c900687484c884c6ddf7096d2bd_compressed_compressed.pdf

Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. (2018). Protegendo Refugiados no Brasil e no Mundo. https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/03/Cartilha-Institucional-Final_site.pdf

Brasil. (2014). Lei nº 13.005/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

Canadá. (2012). Life After War: Education as a Healing Process for Refugee and War-Affected Children. Government of Manitoba. https://www.edu.gov.mb.ca/k12/docs/support/law/full_doc.pdf

Council of Ministers of Education, Canada. (2008). The Development and State of the Art of Adult Learning and Education (ALE). Toronto, Ontario. <https://www.cmec.ca/Publications/Lists/Publications/Attachments/194/FINAL%20CONFINTEA%20VI%20EN.pdf>

Estados Unidos Mexicanos. (2019). Ley General de Educación. Nueva Ley publicada en el Diario Oficial de la Federación el 30 de septiembre de 2019. <https://www.salud.gob.mx/unidades/cdi/nom/compil/130793.html>

Instituto Migraciones y Derechos Humanos (IMDH). (2019). Guia de Información sobre Trabajo a los Inmigrantes y Refugiados. https://www.migrante.org.br/wp-content/uploads/2017/03/IMDH_cartilha_PT-ES_compressed.pdf

México. (2018). Guía Educativa: Elige, Aprende y supérate. Secretaría de Relaciones Exteriores, Secretaría de Educación Pública. <https://ime.gob.mx/educacion/programa/guia-educativa-ime-para-mexican-s-en-el-exterior>

Ministre de Citoyenneté et Immigration Canada. (2021). Découvrir le Canada: les droits et responsabilités liés à la citoyenneté. <https://www.canada.ca/fr/immigration-refugies-citoyennete/organisation/publications-guides/decouvrir-canada.html>

Santos, A. I. (2013). Recursos Educacionais Abertos no Brasil: o estado da arte, desafios e perspectivas para o desenvolvimento e inovação. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000227970>

United States of America. (2015). Resource Guide: Supporting Undocumented Youth. A guide for success in secondary and postsecondary settings. <https://www2.ed.gov/about/overview/focus/supporting-undocumented-youth.pdf>

III. RESULTADOS DETALHADOS:
ÁFRICA, ÁSIA E OCEANIA

■ BLOCOS POLÍTICO-ECONÔMICOS

Nos blocos político-econômicos, foram selecionados aqueles mais atuantes no continente africano: União Africana — UA; asiático: Conselho de Cooperação do Golfo — CCG e Comunidade dos Estados Independentes — CEI e um que integra os continentes asiático e oceânico: Parceria Econômica Regional Abrangente — RCEP e Associação de Nações do Sudeste Asiático — ASEAN.

| União Africana — UA

A União Africana é o bloco político-econômico no qual foi encontrada a maior produção (11 itens) no que se refere à temática deste relatório, consistindo em tratados, planos estratégicos e planos de ação, projetos, estatutos, apostilas e cartilhas que articulam os três tipos de Educação e as Migrações.

I. Começamos com “OAU Convention: Governing the Specific Aspects of Refugee Problems in Africa”, um tratado que foi publicado, inicialmente em 1969, na ocasião da atuação da Organização da Unidade Africana — OUA e atualizado em 2019. Assinado pelos 55 países da União Africana, nele encontramos as principais informações sobre os direitos e obrigações dos refugiados em países da União, com o público-alvo sendo justamente as autoridades dos países-membros da UA e os próprios refugiados. Apesar de não conter dados relevantes para a nossa temática, esse documento é base para entender melhor os fundamentos das demais políticas e práticas.

II. Outro tratado que contém informações relevantes é o “Kampala Convention”, produzido inicialmente em 2009, com a versão de 2012 atualmente em vigor. Essa convenção trata sobre os deslocados internos (internal displacement), com explicitação dos direitos, bem como das obrigações dos países membros em relação a esses. Aqui, já temos indicações sobre a obrigação dos governos de prover educação (p. 18) para este grupo, mostrando que a educação faz parte das discussões no nível mais alto de organização multilateral da União.

III. Em 2018, foi publicado o “Protocol to the treaty establishing the african economic community relating to free movement of persons, right of residence and right of establishment”, mais um tratado que implementa progressivamente a livre circulação de pessoas, direito de residência e estabelecimento no continente africano. Ele discorre sobre a necessidade de estabelecer um quadro comum de qualificações para facilitar o movimento de pessoas, bem como reconhecimento de currículos (p. 12), representando um paralelo com as iniciativas de educação aberta da União Europeia.

IV. Em momentos temporalmente mais recentes, encontramos o “Continental education strategy for Africa — CESA”, um plano estratégico cuja vigência se

inicia em 2016 e segue até 2025. Nele, encontramos a articulação das três áreas alvo deste relatório: Educação Aberta, Educação Online e Educação para Adultos no contexto migrante, cujo objetivo é “reorientar os sistemas de educação e treinamento da África para atender aos conhecimentos, competências, habilidades, inovação e criatividade necessários para nutrir os valores fundamentais africanos e promover o desenvolvimento sustentável nos níveis nacional, sub-regional e continental” (p. 7). Além disso, encontramos constatações que relacionam a educação, a mobilidade com integração e cooperação no ponto quatro: “Os sistemas harmonizados de educação e formação são essenciais para a realização da mobilidade intra-africana e integração acadêmica através da cooperação regional” (p. 7); bem como a menção da educação aberta/online para expandir a educação terciária (p. 19), com uma discussão transversal sobre letramento adulto, ao longo do documento.

V. Mais uma iniciativa interessante, é a “Continental Strategy for Technical and Vocational Education and Training (TVET) to foster youth employment”, uma estratégia para fomentar educação e treinamento técnico e vocacional, que foi promulgada em 2018 e que versa sobre o lugar desse tipo de educação para o público adulto. Estabelece-se como principal objetivo do TVET “permitir a aquisição de conhecimentos, habilidades, habilidades e atitudes no comércio ou em um campo profissional, a fim de obter uma remuneração digna e justificada” (p. 26), o que pode ser relacionado futuramente com a temática migratória.

VI. Nesse sentido, precisamos citar a “The digital transformation strategy for Africa (2020 — 2030)”, que abrange a década de 20 deste século, discorrendo justamente sobre Educação Aberta e Educação Online, sendo complementar ao plano anterior. Por ser um plano estratégico para o desenvolvimento digital e tecnológico do continente africano, recomenda políticas, tais como: “promover o aprendizado com suporte de tecnologia, incluindo a criação e expansão de plataformas de eLearning, que oferecem acesso instantâneo e usam recursos educacionais abertos” (p. 17) e “promover políticas e estratégias que apoiem a cooperação no uso de recursos educacionais abertos (REA) para promover o acesso a conteúdo educacional” (p. 49).

VII. Finalizamos o levantamento de políticas com os “The revised migration policy framework for Africa and plan of action (2018 — 2027)”, que englobam o período de nove anos indicado no título, focando na revisão das políticas migratórias. Aqui, encontramos informações sobre Educação Adulta, como: “facilitar a integração de todos os migrantes, mulheres e homens, no mercado de trabalho, incluindo no setor de educação e formação, removendo as barreiras de gênero que restringem o recrutamento de mulheres” (p. 16), além de também constatações que colocam a Educação como base para a integração e reintegração (p. 38).

VIII. Nas produções de materiais, levantamos o “[Africa Education Innovations Handbook 2020](#)”, que saiu recentemente e de certa maneira atinge todas as três áreas da nossa temática, servindo tanto aos cidadãos, como aos dirigentes dos países-membro da União Africana. Basicamente, o material reúne as principais iniciativas em educação, contendo diversas iniciativas de educação aberta, EaD e/ou para adultos.

IX. Outro grande tópico de importância, é sobre o funcionamento do Ensino Superior na temática de Educação. E, assim, começamos com: “[Revised Statute of the Pan African University \(PAU\)](#)”, que em 2016, estabeleceu o estatuto da Universidade Pan Africana, cujo objetivo é a integração científica entre os países do continente, assim como o desenvolvimento científico internacionalmente competitivo.

X. Um desdobramento dessa iniciativa se dá na área de Educação Online, com a “[Pan African Virtual And E-University \(PAVEU\)](#)”, um projeto que prevê o desenvolvimento de uma universidade digital sob a Universidade Pan Africana para atender todos os cidadãos dos países da UA, versando sobre tópicos que tocam a Educação Aberta e Educação de Adultos. Visa, portanto, abordar a necessidade de acelerar o desenvolvimento do capital humano, ciência, tecnologia e inovação, através do aumento do acesso ao ensino superior e contínuo na África, capitalizando a revolução digital e o conhecimento global. E, nesse sentido, temos a “[African Virtual University](#)”, que funciona exatamente nas bases de um ensino virtual e aberto.

XII. O último item referente a este bloco político-econômico, não se refere diretamente a União Africana, mas ao continente todo, pois trata-se do sítio eletrônico “[OER Initiatives in Africa](#)”, que reúne iniciativas em Educação Aberta no continente africano. Nele, é possível encontrar diversas universidades abertas dos países da África, REAs e instituições que tratam do assunto.

| Comunidade dos Estados Independentes — CEI

No caso da Comunidade dos Estados Independentes, não encontramos políticas ou práticas que reúnam as três áreas que contemplamos neste relatório, o que nos fez procurar materiais separadamente para podermos aproximá-los nesta seção. No total, foram 9 materiais, na maioria de natureza legal.

I. Iniciamos com o documento “[Refugees, asylum-seekers and displaced persons in the Commonwealth of Independent States \(CIS\)](#)”, um relatório produzido, em 1997, pelo Conselho Europeu, organização de promotora dos Direitos Humanos fundada em 1949, sobre a situação dos refugiados na CEI.

II. Em 2001, foi publicado “[Миграция между странами СНГ: итоги десятилетия \(Migração entre os países da CEI: resultados da década\)](#)”, um relatório

patrocinado pela Open Society em parceria com a United Nations Population Fund e Management of Social Transformations Programme (MOST), que versa sobre migração em geral. Estamos falando de dados sobre a migração no espaço da CEI ao longo da década de 1990, mas que não oferece informações específicas sobre Educação Aberta ou Online.

III. Posteriormente a esses, descobrimos que, em 2009, foi produzido um levantamento da Organização das Nações Unidas, intitulado “Current Trends in Migration in the Commonwealth of Independent State”. Esse levantamento foi encomendado pela ONU sobre as tendências e a constituição social dos fenômenos migratórios dos países da CEI, descrevendo as migrações de um modo mais geral.

IV. Localizamos também documentos de natureza comparativa como o “Freedom of Movement and Labour Migration in the Commonwealth of Independent States Comparative Brief on CIS and EU Legislation”, produzido por Lilia Ormonbekova. É um estudo comparativo entre a CEI e a UE sobre liberdade de movimento e leis de migração laboral.

V. De produção mais recente, encontramos produções da própria CEI, como o “Актуальные проблемы миграционной статистики на пространстве СНГ (по материалам Статкомитета СНГ) (Problemas atuais de estatísticas de migração no espaço CEI (com base nos materiais do Comitê Estatístico CEI))”. Com um formato de artigo, aponta para as problemáticas que cercam os dados e estatísticas sobre a migração, na região da CEI.

VI. Em seguida, em 2019, temos a publicação de “Объемы и направления миграционных потоков в регионе СНГ: возможные методы измерения (Volumes e direções dos fluxos migratórios na região da CEI: possíveis métodos de medição)” que é um relatório no qual se apresentam possíveis possibilidades de medição dos fluxos e tendências migratórias no espaço da CEI, baseado nas problemáticas que cercam os dados e estatísticas sobre esse tópico.

VII. Encontramos igualmente produções externas à CEI, como as da Universidade de Breslávia, na Polônia, que publicou, em 2021, “Migration Law of the Commonwealth of Independent States”. É um levantamento feito por acadêmicos sobre as leis de migração dos países membros da CEI.

VIII. Mais uma produção localizada fora do território da CEI, mas que foca a temática da migração e da educação. A produção intitulada “Educational migration from the countries of the Commonwealth of Independent States to the Russian Federation”, foi produzida também em 2021, pelas seguintes universidades: Kazan Federal University da Rússia, University of Science and Education, do Vietnã e, Universidad San Ignacio de Loyola, do Peru, na qual os estudiosos relatam os processos e tendências de imigração educacional dos países da CEI para a Rússia.

IX. Por final, o Documento KAZAKHstAn/ KyrgyzstAn: Exploitation of migrant workers, protection denied to asylum seekers and refugees, que discute as dificuldades de acesso à educação enfrentadas por migrantes nos dois países membros da CEI, em especial na negação à educação para crianças migrantes, nos entraves para inserção profissional e ao ensino superior

| Conselho de Cooperação do Golfo — GCC

No contexto do Conselho de Cooperação do Golfo, encontramos, principalmente, práticas que podem ser de utilidade para os estudos e a reflexão sobre as temáticas de Educação (Aberta, Online e para Adultos) e Migrações. As mesmas, não são uma iniciativa direta da GCC, fato que mostra uma certa despreocupação com migrantes, reforçando a hipótese que o sistema kafala impede um maior desenvolvimento de práticas e políticas para as populações em deslocamento que constituem grandes números deste bloco político-econômico.

I. Primeiramente, queremos destacar o “The Arab Bureau of Education for the Gulf States”, uma organização supraestatal, criada em 1975, que visa apoiar a cooperação e a integração dos Estados-membros da GCC no contexto educacional, a qual seria, idealmente, um local de busca de políticas e práticas. Porém, nela ainda não encontramos dados substanciais para este relatório.

II. Nesse contexto, temos a “Arabian Gulf University”, uma universidade, criada em 1979, para servir como um espaço de integração de estudantes adultos da GCC, os quais representariam um grupo em mobilidade na região. Contudo, na mesma, só são aceitos estudantes que sejam cidadãos de países da GCC, além de ser privada.

III. Em terceiro lugar, listamos a “Edraak”, plataforma criada pela “The Queen Rania Foundation”, com o intuito de atender o público do “mundo árabe”, como consta no sítio eletrônico da mesma. Em termos gerais, se trata de uma plataforma aberta com cursos em diversas áreas para adultos. Também, conta com um programa para a educação básica, com apoio a estudantes, pais e professores, servindo aos propósitos da Educação Aberta e a Distância.

IV. Enquanto projeto específico que funciona também enquanto Educação Aberta e a Distância, temos o “Madrasa”, iniciado, em 2018, pela “Mohammed Bin Rashid Al Maktoum Global Initiatives”, cujo público-alvo não são necessariamente os adultos, mas serve como um exemplo do trabalho realizado no espaço da GCC. É uma plataforma aberta com recursos para a educação básica, incluindo lições de língua árabe.

V. E, a última plataforma que encontramos, é a “Rwaq”, criada por Fouad Al-

Farhan e Sami Al-Hussain, que se volta especificamente para estudantes árabes adultos no âmbito da Educação Aberta e a Distância, oferecendo aulas e recursos livres para aprendizado em nível superior.

| A Parceria Econômica Regional Abrangente — RCEP, Associação de Nações do Sudeste Asiático — ASEAN

No que se refere a esses dois blocos, encontramos, predominantemente, relatórios e algumas legislações, com alguns importantes avanços nos últimos 6 anos, que podem ser consideradas como elementos passíveis de consideração, reconhecendo que a produção não corresponde ao tamanho deste bloco e pelo fluxo de migrantes presente nele.

I. Começamos com o relatório “Asean economic community scorecard”, publicado em 2010 pela própria ASEAN. Define algumas das áreas prioritárias nas quais deveria existir um compartilhamento de serviços, incluindo a Educação (p.5) em um único ponto. Detectamos que em nenhuma das 4 modalidades propostas há referências sobre Educação Digital ou Aberta, normalmente restringindo-se para o reconhecimento de diplomas entre os países.

II. Nesse contexto, cabe citar a “ASEAN-Australia-New Zealand Free Trade Area”, criada em 2010, para definir uma área de comércio livre entre ASEAN, Austrália e Nova Zelândia. No artigo 15 (p.99), encontramos menção ao reconhecimento de diplomas, com a indicação para haver oportunidades acessíveis para o reconhecimento da educação, experiências e certificados.

III. Um pouco depois, ainda em 2010, surgiu o “2011 ASEAN 5-Year Work Plan on Education (2011-2015)”, que prevê a efetivação de plano de educação de 2011 a 2015, sem mencionar Educação Digital, mas comentando, nas suas ações, que a Tecnologia de Informação e Comunicação deve “promover educação e aprendizagem ao longo da vida, particularmente em comunidades carentes por meio de educação aberta a distância e e-learning” (p.25). Igualmente, temos uma menção à Educação de Adultos, enquanto aprendizado ao longo da vida, por meio de 5 programas: promover a qualidade por meio de redes de professores, diretores, administradores, institutos de ensino, escolas e associações de professores; apoiar o desenvolvimento de professores iniciantes; compartilhar as melhores práticas sobre incentivos, prêmios e avaliações de professores; promover programas regionais de credenciamento e mobilidade de professores e aumentar os esforços de capacitação regional para gestão escolar, planejamento de melhorias, desenvolvimento de lideranças e governança escolar (p.26-27). Na página 31, ainda temos a definição de objetivos, programas e atividades para Mobilidade Acadêmica Transnacional.

IV. Já no relatório do período posterior “The ASEAN work plan on education 2016 – 2020”, encontramos dados específicos sobre Educação Digital, isto é, a

área prioritária 1.3 traz o seguinte título: “Avanço do Programa de Estudos da ASEAN e cursos em nível de ensino superior por meio de mobilidade on-line e transfronteiriça”, integrando a Mobilidade e Educação a Distância. Mais adiante, na área prioritária 3.1, encontramos o título “Expandir e melhorar a capacidade humana e institucional no desenvolvimento de software educacional e design instrucional online para melhorar o acesso à educação de qualidade”, que aponta para um fortalecimento do uso de TICs enquanto recursos educacionais. Na área prioritária seguinte, 3.2, temos o seguinte título “Fortalecer a capacidade de acesso e uso da aprendizagem digital por meio das TIC nos Estados-membros da ASEAN, bem como fornecer outros programas de capacitação para apoiar este”, que destaca o caráter formativo deste plano de ação educativo. Encontramos, ainda, políticas voltadas para Educação de Adultos na área prioritária 4.1, que visa “Maximizar o acesso à TVET para o emprego e o desenvolvimento sustentável”, que objetiva apoiar o Ensino e a Formação Técnico Vocacional como parte do aprendizado ao longo da vida.

V. Outro relatório que traz informações a respeito da nossa temática é o “Master plan on ASEAN connectivity 2025”, no qual a ASEAN define estratégias para criar condições de melhor integração e conexão dos Estados-membros. O relatório inclui o tema da Educação em diferentes pontos: tecnologia disruptiva (p.32), inovação digital (p.41) com apoio a novas soluções de educação digital, estabelecimento de bases de dados abertas (p.42) e mobilidade no ensino superior, articulada com a questão migratória (p.89).

VI. Encontramos no ano de 2019, a Bangkok declaration on advancing partnership in Education for 2030 agenda for sustainable development in ASEAN, que traz referências ao uso da tecnologia como parte de estruturação de uma educação sustentável. Assim, no ponto 2.5 temos o seguinte: “incentivar a aplicação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no ensino e aprendizagem, na formação de professores, bem como na gestão e liderança da educação”, articulando o uso de tecnologia na Educação no contexto das mudanças climáticas.

VII. Encerramos o levantamento para este bloco com o “Roadmap on the asean higher education space 2025”, publicado em 2022 para definir os próximos passos no campo educativo para os Estados-membros, definindo a iniciativa em andamento para a “Declaração sobre a Transformação Digital dos Sistemas Educacionais na ASEAN”, que mostra uma disposição para encarar as mudanças na Educação a partir de uma perspectiva tecnológica, porém focando na Educação Superior.

■ PAÍSES

No que se refere aos países da Ásia, África e Oceania, foram encontrados 9 itens na Turquia, 8 na Austrália, 7 na Índia, 7 na Estônia, 8 na China, 4 em Taiwan e 2 no Líbano.

| Austrália

A Austrália, a partir de seus variados programas governamentais, representa um território importante com produção sobre Educação para Adultos, Educação a Distância e Educação para imigrantes, totalizando 8 itens.

I. Começamos com o “Adult Migrant English Program (AMEP)”, promovido pelo Ministério do Interior do Governo australiano, voltado para a obtenção de fluência básica na língua inglesa, com a possibilidade de continuação dos estudos para a obtenção de conhecimentos de “inglês vocacional”. Oferece também acesso à plataforma online, atendendo a possibilidade de ensino à distância, além dos 300 postos físicos de ensino para grupos migratórios.

II. Complementar ao curso do item I) é o “AMEPOnline”, que permite o estudo do inglês sem necessidade de cadastro e com uso baixo de dados móveis, podendo ser acessado em qualquer lugar do mundo e por pessoas que ainda não fazem parte do AMEP, servindo como um Recurso Educacional Aberto — REA para todos os interessados, entendendo que os migrantes muitas vezes não têm condições de matrícula em cursos regulares.

III. O terceiro curso online que encontramos é o “Professional learning for adult educators”, que integra o programa de Aprendizagem Adulta na Austrália com cursos curtos direcionados para educadores adultos, fazendo parte da educação comunitária na qual encontramos elementos das três áreas-alvo deste relatório. A grande contribuição deste programa é o foco nos educadores e por meio da Educação a Distância. Sendo assim, pode ser integrada aos demais programas que se dedicam a migrantes.

IV. Em seguida temos o “Settlement Engagement and Transition Support (SETS)”, promovido também pelo Governo australiano. O programa oferece suporte aos imigrantes em diferentes áreas: educação, empregabilidade, transporte, moradia, saúde, etc., uma vez que o objetivo é auxiliar na acomodação e envolvimento do imigrante com a comunidade que o recebe. Os imigrantes, nesse programa, podem ser posteriormente referidos a programas educacionais como o “Adult Migrant English Program (AMEP)” e o “The Skills for Education and Employment (SEE)”, que oferece habilidades na área da educação, pensando a empregabilidade. Outro aspecto importante é que o programa atua tanto ao nível de fortalecimento da comunidade como para o indivíduo, chamado de cliente.

V. Ligado a esse apoio governamental, encontramos também o “The national settlement framework”, diretrizes em formato de documento que contém informações sobre os programas de apoio a imigrantes na Austrália. Uma das áreas prioritárias é Educação e Treinamento/Formação, sendo o público-alvo os migrantes permanentes e migrantes temporários de longo prazo, nos três níveis educacionais (ensino infantil, jovem e adulto).

VI. Pensando atualmente e nos intensos fluxos migratórios ao redor do mundo, o governo também preparou o “Humanitarian Settlement Program (HSP)”, voltado para os migrantes chamados de “humanitários”, nos seus primeiros 5 anos na Austrália. O Programa tem desdobramentos regionais, auxiliando os empregadores que querem empregar migrantes, trabalhando com a ideia de conscientização, além de oferecer atendimento psicológico.

VII. O último dos programas governamentais destinados à acomodação e integração dos imigrantes é o “National Settlement Outcomes Standards” que, desde 2015, cuida do padrão de qualidade de atendimento nessa temática. Nele, encontramos como uma das áreas prioritárias a Educação e Formação/Treinamento com nove pontos que reúnem boas práticas:

- A. Os provedores de educação e treinamento têm estratégias para envolver os indivíduos recém-formados e as comunidades de recém-chegados. Oferecem opções flexíveis de aprendizado, como estudo parcial, presencial e/ou online;
- B. Os programas de educação e treinamento que fornecem inglês integrado e intensivo como suporte para facilitar o aprendizado e melhorar a vida cotidiana na Austrália;
- C. O ensino da língua inglesa auxilia as pessoas a estarem prontas para o mercado de trabalho;
- D. Os programas de educação e treinamento reconhecem as competências pré-chegada e facilitam a formação adicional sempre que necessário;
- E. Os programas de educação e treinamento oferecem uma ampla gama de oportunidades de trabalho, experiência e treinamento em serviço;
- F. As mulheres são apoiadas para acessar programas de educação e treinamento, através da assistência infantil disponível e acessível e promovendo o valor da educação das mulheres para as diferentes culturas;
- G. Os jovens, suas famílias ou responsáveis recebem apoio direcionado para compreender e navegar pelas opções de educação e treinamento disponíveis, podendo construir relacionamento com provedores de educação e treinamento;
- H. Escolas e professores estão cientes e receptivos aos desafios educacionais enfrentados por jovens recém-chegados, que são distintos daqueles enfrentados pelos nascidos australianos e pares não migrantes;
- I. As pessoas recém-chegadas recebem apoio para superar barreiras práticas à participação, como aumentar a alfabetização digital e a segurança e permitir o acesso a equipamentos de TI adequados.

VIII. E, por fim, mencionamos a rede de universidades abertas, intitulada “Open Universities Australia”, que existe desde 1993, englobando 28 instituições de ensino superior australianas. Pensada na concepção de Educação a Distância, oferece cursos gratuitos, na maioria, sem pré-requisitos no nível de graduação e pós-graduação.

| China

No caso desse país, encontramos uma variedade de produções com legislações, relatórios, agências governamentais e cursos, com um total de 6 itens.

I. Começamos com a “National Immigration Administration – NIA”, agência governamental criada em 2018, que faz parte do Ministério de Segurança Pública e cuida de assuntos referentes à presença de migrantes no território nacional. No sítio eletrônico, é possível encontrar leis e regulamentos, interpretações de políticas, notícias e estatísticas, além de orientações para estrangeiros e por escritório nacional.

II. No que se refere à legislação, começaremos com a “Exit and Entry Administration Law of the People's Republic of China”, lei promulgada em 2012, em que são descritas as condições de entrada e saída no país, interessando principalmente o artigo 42: “O departamento de educação competente do Conselho de Estado deve, em conjunto com os departamentos relevantes do Conselho de Estado, estabelecer um sistema administrativo para estudantes estrangeiros que trabalhem para apoiar seus estudos na China e estabelecer regulamentos sobre o escopo dos empregos e o limite do tempo de trabalho para tais estudantes estrangeiros”, atribuindo responsabilidade ao estado de equilibrar as atividades laborais com as de estudos.

III. No ano seguinte, em 2013, foram produzidas as “Regulations of the People's Republic of China on Administration of the Entry and Exit of Foreigners”, instruções normativas sobre a entrada e saída de estrangeiros no território chinês, discorrendo sobre os direitos e responsabilidades (inclusive no contexto educativo) dos residentes temporários ou de longa duração, que podemos enquadrar como um modo de lidar com migrantes.

IV. Para o ano 2019, foi encontrado o “Comprehensive Statistics on Entry-Exit Frontier Inspection (Q2, 2019)”, relatório que oferece um quadro estatístico abrangente sobre as entradas e saídas de estrangeiros na China, que pode ser utilizado para entender a situação migratória no país.

V. A NIA produz diversos materiais para auxiliar a estadia e integração dos imigrantes no país, com os Guias de Recepção para os anos de 2020 e 2022, contendo informações sobre educação formal e não-formal (p.36). O Guia

“Morando na China” oferece didaticamente diversas informações para os estrangeiros/imigrantes e disponibiliza o “Curso Online de Chinês” com vídeos e áudios que ensinam diferentes aspectos linguísticos e culturais do país.

VI. Encerrando o levantamento deste país, incluímos o “XuetangX”, uma Massive Open Online Course (MOOC) produzida em 2013 pela Tsinghua University, projetada para pesquisa, interação e confirmação das boas práticas do “MOE Research Center for Online Education”. Além disso, como um dos primeiros programas de inovação chinesa e base de demonstração de empreendedorismo, XuetangX é mantido pela vice-secretária-geral da Associação Chinesa de Ensino Superior, além de ser uma plataforma de educação online para Innovation Cluster for Entrepreneurship Education (ICEE) da UNESCO.

| Taiwan

Apesar da inexistência de consenso sobre o status deste território ou país, decidimos apresentar, separadamente, quatro produções de Taiwan, pois se trata de REA ou MOOCs criadas pelas Instituições de Ensino Superior da área de Educação em interface com Indústria e Empreendedorismo.

I. Primeiramente, apresentamos o “Smelearning”, sítio eletrônico criado pela “Administração de pequenas e médias empresas” do Ministério de Fazenda de Taiwan, no contexto do programa de “Educação online para pequenas e médias empresas”. Classificado como um programa de aprendizado ao longo da vida, apresenta seis dimensões de aprendizagem que dizem respeito ao empreendedorismo, sendo destacada também a importância de tecnologia.

II. Em segundo lugar, temos o “IUCTII”, resultado do programa de promoção de jovens industriais, realizado pelo Instituto de Pesquisas em Tecnologia Industrial e Escritório, para o Desenvolvimento Industrial e apoio de instituições de ensino superior e empresas. Define três tipos de programas: “in-working”, para indivíduos já empregados; “self-learning”, para aqueles autodidatas; e, uma plataforma mais abrangente para desenvolvimento de cooperação entre empresas e universidades, proposta que nos pareceu interessante como uma possibilidade de recepção de pessoas em deslocamento (forçado ou voluntário) para poderem ter oportunidade de continuação de formação, através da formação continuada.

III. Já no texto “Developing an OER Website and Analyzing Its Use during the COVID-19 Pandemic”, encontramos informações sobre a produção de um REA voltado para o ensino de inglês no país, com o sítio eletrônico chamado “Cool English”, apoiado e financiado pelo Ministério da Educação, voltado para a produção de recursos na zona rural, mas que foi parcialmente redirecionada para atender as demandas advindas da crise causada pela pandemia de COVID

19 (sendo um elo importante para se pensar Migrações, Educação e Saúde).

IV. Outra iniciativa existente na internet é a da Universidade Nacional de Taipei que conta, na página do Escritório de Relações Internacionais, com a aba “Recursos”, na qual encontramos a menção a “Digital Learning Resources (Recursos de Aprendizagem Digital)” e “Distance Learning (Aprendizagem a Distância)”, mostrando como a Instituição de Ensino Superior — IES tem se preocupado com essa temática. Na parte de Recursos de Aprendizagem Digital encontram-se:

A. “NTU Speech”, arquivo e plataforma de transmissão ao vivo para palestras realizadas na NTU. Atualmente, possui mais de 2.500 discursos, incluindo discursos de ganhadores do Prêmio Nobel.

B. “NTU OpenCourseWare (NTU OCW)”, plataforma criada pela instituição para cursos e palestras online, com mais de 200 cursos disponíveis. Como uma universidade que considera importante o acesso aberto à educação, a NTU é membro do “Open Education Consortium”.

C. “NTU MOOC x Coursera”, uma parceria estabelecida com a plataforma de aprendizado online Coursera, oferecendo mais de 50 cursos atualmente, com mais de 24.000 alunos-cursistas e 4.000 certificados de conclusão. Já a Aprendizagem a Distância, conta com um sítio eletrônico “OpenCourseWare”, no qual estão armazenadas as experiências prévias de ensino-aprendizagem.

| Índia

O levantamento de sete itens para este país consiste em documentos e programas governamentais produzidos pelo Ministério de Educação e voltados explicitamente para Educação Aberta e a Distância, inclusive para o público adulto, porém sem maior indicação sobre seu uso em contexto migratório, o que nos parece viável por se tratar de propostas que pretendem atender grupos mais vulneráveis e/ou sem acesso à educação formal presencial.

I. Começamos com o “SWAYAM”, programa governamental produzido e executado pelo Ministério de Educação, cuja finalidade é oferecer cursos de formação a distância desde a Educação Básica até o Ensino Superior, gratuitamente. Mais especificamente, o programa foi concebido para atingir os três princípios fundamentais da Política Educacional indiana: acessibilidade, equidade e qualidade. O objetivo desse esforço é levar os recursos de ensino-aprendizagem de melhor qualidade à população, inclusive aos mais desfavorecidos. Procura-se, assim, reduzir a desigualdade digital entre estudantes que, segundo o texto do programa: “não foram intocados pela revolução digital e não conseguiram ingressar na corrente principal da economia do conhecimento”. Conta ainda com nove coordenadores nacionais que cuidam de aspectos pontuais de diferentes modalidades de Educação, reunidos em

quatro áreas: Educação Escolar, Educação Fora de Escola, Educação na Graduação e Educação na Pós-graduação.

II. Como desdobramento deste primeiro programa e suas quatro áreas, cria-se na Educação Escolar o “National Institute of Open Schooling (NIOS)”, que disponibiliza não só cursos abertos de Educação Básica, mas também cursos de formação de professores para atender este público.

III. Um segundo produto do “SWAYAM”, elaborado na área de Educação Fora de Escola, é a “Indira Gandhi National Open University (IGNOU)”, uma universidade aberta que oferece diversos cursos gratuitamente, sendo mais próxima às demandas das pessoas em deslocamento, ao prever o estudo fora de sala de aula como estratégia de inclusão de pessoas no sistema escolar.

IV. No que se refere aos documentos, podemos citar o “Guideline for Developing Online Courses for SWAYAM”, uma orientação de 2017, com parâmetros para a criação de cursos online no contexto do programa governamental apresentado acima.

V. Um documento de natureza mais pontual é o “University Grants Commission Gazette: Credit Framework for Online Learning Courses through SWAYAM”, pelo qual é possível definir as orientações de atribuição de créditos para cursos online, além de produção de MOOCs e modo híbrido de ensino, seguindo a abordagem de quatro quadrantes do SWAYAM: e-tutorial, e-conteúdo, discussão e avaliação.

VI. Em terceiro lugar, localizamos o “All India Council for Technical Education Gazette: Credit Framework for Online Learning Courses through SWAYAM”, as quais são orientações desenvolvidas para guiar a criação de cursos online para o ensino técnico.

VII. Um programa produzido em um contexto supranacional, do qual a Índia participa, é o “Commonwealth Educational Media Centre for Asia (CEMCA)”, uma entidade que reúne países asiáticos dispostos a pensar aprendizagem coletivamente, iniciada ainda em 1994, pelo “Commonwealth of Learning (COL)”, e sediada, por sua vez, no Canadá. Visa desenvolver a Educação a Distância e o uso de tecnologia em cursos educacionais.

| Líbano

Como já comentado, este país é conhecido por ter uma comunidade emigrante notável, inclusive de brasileiros, e atualmente representa um dos países do Oriente Médio que mais recebe refugiados e imigrantes da mesma região. Em virtude dessa realidade específica, decidimos procurar por boas práticas e

políticas e encontramos duas plataformas que oferecem apoio a estudantes refugiados, focando, principalmente, no público jovem.

I. A primeira plataforma localizada é a “Kiron”, iniciada em 2015, por uma Organização Não Governamental, para atender o crescente número de refugiados sírios, atuante no Líbano, Alemanha e Jordânia. Por atuar em diferentes territórios, inclusive no país do continente europeu que mais recebeu refugiados, acabou por produzir essa MOOC ou Recurso Educacional Aberto Massificado para esse grupo específico, sendo que no Líbano funciona de modo híbrido com aulas presenciais e a distância, servindo os públicos jovem e adulto.

II. A segunda produção, intitulada “Tabshoura”, também é uma plataforma criada pela organização Lebanese Alternative Learning (LAL) que se ocupa com modos alternativos de aprendizagem. O acesso a ela é livre e foi baseada no currículo libanês, reunindo conteúdos educacionais em MOOC para estudantes do Líbano em inglês, francês e árabe. Notamos que conta com mecanismos que podem ser acessados off-line, o que pode ser uma estratégia interessante para migrantes e refugiados que muitas vezes não têm acesso à internet perenemente.

| Turquia

No caso deste país que se localiza entre a Europa e a Ásia, recebendo abundância de pessoas em deslocamento, encontramos itens variados em instituições, como documentos, recursos e produções acadêmicos que ajudam a entender o que se produz neste território. São no total nove itens.

I. Iniciamos com o “Turkish Council”, uma instituição fundada por educadores, em 1985, para oferecer serviços educacionais a estudantes estrangeiros. Auxiliam na solicitação de visto e autorização de residência e oferecem serviços de suporte de carreira, serviços de busca de acomodação e de seguro saúde. Trata-se de uma Organização Não-Governamental inspirada na atuação do British Council para atender a alta demanda de imigração que o país tem desde os anos 1980.

II. Seguimos com o “Sustainable approaches to humanitarian assistance in the field of language education for adult refugees in Turkey”, um relatório produzido, em 2019, pelo Istanbul Policy Center — Mercator Policy Brief, visando a recomendação de modos para melhorar a sustentabilidade da assistência humanitária fornecida por organizações da sociedade civil e instituições estatais para apoiar o ensino de idiomas para refugiados. Isso é feito oferecendo informações sobre o estado das opções existentes de ensino de idiomas para refugiados na Turquia, destacando os riscos e limitações potenciais e, em seguida, fazendo recomendações para manter fundos humanitários para o ensino de idiomas.

III. Em terceiro lugar, temos o “Designing Culturally Sensitive Massive Open Online Courses: Learning Culture and MOOCs in Turkey”, um material didático, criado em 2018, por Cengiz Hakan Aydin e Buket Kip Kayabaş da Anadolu University, em Eskişehir. O objetivo deste manuscrito se divide em três vertentes: primeiro, é um resumo do desenvolvimento da filosofia de abertura no ensino superior globalmente; em seguida, com base na literatura disponível, traça um quadro sobre os efeitos da cultura no ensino aberto e a distância; e, mais adiante, o manuscrito fornece uma visão sobre as características culturais gerais da sociedade turca e da cultura de aprendizagem moldada pelas implementações do passado e do presente; por fim, lista uma série de recomendações para quem está projetando MOOCs para o público turco.

IV. Além da produção de boas práticas e políticas na Turquia, localizamos diversos textos acadêmicos que relatam a situação no país e, por isso, citamos aqui o “Comparing of Migrants Education Policies of Turkey and Germany”, artigo acadêmico de 2020, escrito por Faik Tanrıkulu, da Istanbul Medipol University, para a International Conferences on Social Science. O artigo examina as diferenças nas políticas de educação de migrantes na Turquia e Alemanha, o que pode servir como base para futuros estudos comparativos que estudarão o que se produz em cada país/bloco.

V. Outro texto acadêmico de interesse é o “The international migration and foreign policy nexus: the case of Syrian refugee crisis and Turkey”, produzido, em 2018, por N. Ela Gökalp Aras e Zeynep Şahin Mencütek, do Departamento de Relações Internacionais da Gediz University. Aqui se demonstra a importância e o impacto das orientações de política externa nas políticas de imigração e asilo, discutindo como a política “externa” e a política de “asilo” estão interligadas e geram diferenças no enfrentamento do influxo em massa, com foco na crise dos refugiados sírios e nas respostas políticas da Turquia.

VI. A publicação “Multicultural Education Curriculum Development in Turkey”, de 2012, elaborada por Hasan Aydin Yildiz da Technical University, apresenta, por sua vez, aos educadores multiculturais, uma visão da pesquisa sobre o currículo de desenvolvimento da educação multicultural. Além disso, esse artigo oferece ideias selecionadas de programas multiculturais bem-sucedidos dos Estados Unidos e de outros lugares, assim como discute se essas ideias podem ser úteis no sistema turco.

VII. No capítulo “War-Induced Immigration and Education: Syrian Refugees' Education in Turkey”, publicado em 2019, por Binali Tunç e Çiğdem Zeynep Can, é possível encontrar subsídios sobre o status educacional dos refugiados sírios na Turquia, com indicações de possíveis ações que podem atender melhor este público, principalmente se pensamos em grupos em deslocamento provocado por conflitos bélicos.

VIII. Outro texto, de 2016, que aborda a presença de refugiados sírios é “The educational opportunities and challenges of Syrian refugee students in Turkey: temporary education centers and beyond” de autoria Aras Bülent e Yasun Salih do Istanbul Policy Center. Nele se avaliam as oportunidades e desafios educacionais dos refugiados sírios na Turquia e analisa o papel dos Centros de Educação Temporária (TEC) na integração de estudantes sírios no sistema educacional turco, uma experiência que poderia ser contemplada para outras realidades e contextos.

IX. E por fim, temos “Adult education efforts for refugees: a case of a border city in Turkey”, um artigo do ano de 2018, escrito por Seyda Subasi do the Institute of Educational Sciences da University of Vienna na Áustria. Neste artigo, o foco está nos esforços de educação de adultos para adultos refugiados de uma cidade na fronteira turca, importante justamente por focar na população que não está mais na idade para atender Educação Básica.

| Estônia

Esse país, oficialmente, não pertence à região contemplada neste relatório, mas escolhemos a inseri-lo agora por estar, de certa maneira, nuns espaços de transição uma vez que faz parte da União Europeia e no passado fez parte da União Soviética, contendo um número razoável de cidadãos da CEI, o que pode permitir ao leitor considerar os motivos da falta de outras iniciativas nas temáticas propostas por este relatório nos demais países que compuseram outrora a CEI. Essa condição resultou num levantamento de 7 itens, incluindo programas, documentos e produção acadêmica.

I. A primeira produção encontrada foi a “Integration policy instruments in Estonia”, programa de recepção criado pelo Ministério do Interior Estoniano, visando desenvolver um sistema de serviços de apoio integral, flexível e adequado aos imigrantes recém-chegados, buscando facilitar a adaptação desses. Envolve cinco tipos de políticas, dentre as quais está a Política Educacional e cinco módulos que cobrem temas como: sociedade, estado, cultura, direitos, União Europeia, família, trabalho, empreendedorismo, estudo, pesquisa e crianças/jovens.

II. Além desse programa de recepção, existe o programa de adaptação chamado “Settle in Estonia”, elaborado pelo Ministério de Cultura Estoniano. Ele é composto por vários programas de treinamento, fornece uma visão geral de como o estado e a sociedade da Estônia funcionam e como a vida cotidiana é organizada.

III. Ainda nesse contexto, foi produzido, em 2014, o “Integration policy instruments in Estonia”, que faz parte do projeto “INTERACT - Researching Third Country Nationals’ Integration as a Three-way Process - Immigrants, Countries of Emigration and Countries of Immigration as Actors of Integration” e visa fazer

tanto uma integração entre os imigrantes, como entre os países de emigração e imigração. Referente à educação, são expostas diferentes propostas e atividades para apoiar as metas de integração, como: “aulas de idiomas, aconselhamento, imersão no idioma, programas de estudo integrados e educação cívica” (p.12). Além disso, menciona instituições responsáveis pela implementação desses instrumentos, tais como a “The Integration and Migration Foundation Our People (MISA)” que almeja: “instigar e apoiar atividades projetadas para alcançar a integração da sociedade estoniana entre estonianos e não estonianos; instigar e apoiar atividades associadas à migração e imigração; e, apoiar a adaptação de não estonianos ao espaço cultural da Estônia e sua inclusão em comunidades sociais ativas”.

IV. Olhando para o passado do país, é importante olhar para sua inserção na União Soviética, cujos efeitos ainda se sentem. Exemplos de como o governo trabalha com a presença de russos, uma população que não é mais considerada mais nacional/local, podem ser encontrados em “Attempts at Intercultural and Multicultural Education in Estonia”, publicado em 1997, por Edgar Krull da International Association for Citizenship, Social and Economics Education. Este artigo trata dos problemas do multiculturalismo criado pela imigração russa para a Estônia durante o período da anexação soviética, traçando algumas das bases de uma educação intercultural e multicultural para a temática migrante que pode ser relacionada com a experiência da CEI.

V. E, pensando atualmente, encontramos o artigo “Refugee Quota: Is Estonia Ready to Receive Refugees? A Review of the Literature on Migration and Ethnic Minorities in Estonia”, que tem formato de um levantamento e foi elaborado por Aminul Islam, da European Integration Studies Journal. Nele, se analisa a literatura sobre migração e minorias étnicas na Estônia.

VI. Outra possibilidade de pensar a Estônia é em comparação a outros países do mundo, tal como foi feito em “Comparative Cartography of Adult Education for Migrants in Cyprus, Estonia, Malta and Scotland”, texto produzido, em 2021, por Maria Brown, Maria N. Gravani, Bonnie Slade e Larissa Jõgi, no livro “Learner-Centred Education for Adult Migrants in Europe”. A discussão deste capítulo analisa criticamente as práticas legislativas e políticas em Chipre, Escócia, Malta e Estônia relacionadas à oferta de educação para adultos migrantes.

VII. Um relato das práticas desenvolvidas, do mesmo livro, importante para este levantamento, é o “Learner-Centred Education and Adult Education for Migrants in Estonia”, de Larissa Jõgi e Katrin Karu. É um estudo de caso e centra-se na análise da implementação do módulo “Curso de formação de línguas”, que faz parte do Programa de Adaptação Acolhedora, mencionado no item II.

■ REFERÊNCIAS

Abazov, R. (2009). "Current Trends in Migration in the Commonwealth of Independent States". Nova York: UNDP. <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/19220/>

Adult Learning Australia (2023). Professional learning for adult educators. <https://communityeducation.net.au/>

Adult Migrant English Program - AMEP (2023). <https://immi.homeaffairs.gov.au/settling-in-australia/amep/about-the-program>

Adult Migrant English Program – AMEP ONLINE (2023). <https://ameponline.homeaffairs.gov.au/>

African Union (1974). Oau Convention: Governing the Specific Aspects of Refugee Problems in Africa. Addis Ababa: African Union Headquarters. https://au.int/sites/default/files/treaties/36400-treaty-36400-treaty-oau_convention_1963.pdf

African Union (2012). African Union Convention for the Protection and Assistance of Internally Displaced Persons in Africa (Kampala Convention). Addis Ababa: African Union Headquarters. https://au.int/sites/default/files/treaties/36846-treaty-kampala_convention.pdf

African Union (2016). Continental Education Strategy for Africa CESA 2016 – 2025. Addis Ababa: African Union Headquarters. <https://ecosoc.au.int/sites/default/files/files/2021-09/continental-strategy-education-africa-english.pdf>

African Union (2016). Revised Statute of the Pan-African University (PAU). Addis Ababa: African Union Headquarters. https://au.int/sites/default/files/treaties/33127-treaty-0059_-_revised_statute_pan_african_university_e.pdf

African Union (2018). Continental Strategy for Technical and Vocational Educational and Training (TVET) to Foster Youth Employment. Addis Ababa: African Union Headquarters. https://au.int/sites/default/files/pressreleases/35308-pr-tvet-english_-_final_2.pdf

African Union (2018). The Migration Policy Framework for Africa (MPFA). Addis Ababa: African Union Headquarters. <https://au.int/en/documents/20181206/migration-policy-framework-africa-mpfa>

African Union (2018). Protocol to the Treaty Establishing the African Economic Community Relating to Free Movement of Persons, Right of Residence and Right

of Establishment. Addis Ababa: African Union Headquarters.
https://au.int/sites/default/files/treaties/36403-treaty-protocol_on_free_movement_of_persons_in_africa_e.pdf

African Union (2020). Africa Education Innovations Handbook 2020. Addis Ababa: African Union Commission. https://au.int/sites/default/files/documents/41358-doc-Africa_Education_Innovations_Handbook_2020_EN.pdf

African Union (2020). The Digital Transformation Strategy for Africa (2020-2030). Addis Ababa: African Union Headquarters. https://openresearch-repository.anu.edu.au/bitstream/1885/278587/1/GhaEcon_24.pdf

African Union Commission (2016). Human Development Education Science, Technology and Innovation Youth - Report of Annual Continental Activities 2016 – RACA. Addis Ababa: African Union Commission. <https://archives.au.int/bitstream/handle/123456789/9785/2016%20RACA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

African Union Development Agency (2023). Pan African Virtual and E-University (PAVEU). <https://www.nepad.org/agenda-2063/flagship-project/pan-african-virtual-and-e-university-paveu#:~:text=This%20project%20aims%20to%20address,digital%20revolution%20and%20global%20knowledge.>

The Arab Bureau of Education for the Gulf States (2023). <https://en.abegs.org/home>

Arabian Gulf University (2023). <https://www.agu.edu.bh/en>

Aras, E. G. & Mencütek, Z. Ş. (2015). "The international migration and foreign policy nexus: the case of Syrian refugee crisis and Turkey," Migration Letters, Transnational Press London, UK, vol. 12(3), pages 193-208, September. <https://migrationletters.com/index.php/ml/article/view/274>

Aras, Bülent & Yasun, Salih (2016) The educational opportunities and challenges of Syrian refugee students in Turkey: temporary education centers and beyond. Monograph. Istanbul Policy Center. <http://ipc.sabanciuniv.edu/en/wp-content/uploads/2016/07/Bulent-Aras-and-Salih-Yasun-11.pdf>

ASEAN (2010). Economic Community Scorecard: Charting Progress Towards Regional Economic Integration. Jakarta: ASEAN Secretariat. <https://www.asean.org/wp-content/uploads/images/archive/publications/AEC%20Scorecard.pdf>

ASEAN-Australia-New Zealand FTA (2010). <https://www.dfat.gov.au/trade/agreements/in-force/aanzfta/asean-australia-new-zealand-free-trade-agreement>

ASEAN (2012). Year Work Plan on Education (2011-2015). Jakarta: ASEAN Secretariat. <https://cil.nus.edu.sg/wp-content/uploads/2020/09/2011-2015-ASEAN-5-Year-Education-WP.pdf>

ASEAN (2016). The Asean Work Plan On Education 2016 – 2020. <https://cil.nus.edu.sg/wp-content/uploads/2020/09/2016-2020-Education-WP.pdf>

ASEAN (2017). Master Plan on ASEAN Connectivity 2025. Jakarta, ASEAN Secretariat. <https://asean.org/wp-content/uploads/2018/01/47.-December-2017-MPAC2025-2nd-Reprint-.pdf>

ASEAN (2019). Bangkok Declaration on Advancing Partnership in Education for 2030 Agenda for Sustainable Development in ASEAN. <https://cil.nus.edu.sg/wp-content/uploads/2020/09/2019-Bangkok-Declrtn-Advancing-Partnership-Education-2030-Agenda.pdf>

ASEAN (2022). Roadmap on the Asean Higher Education Space 2025 And Its Implamation Plan. https://asean.org/wp-content/uploads/2022/07/ASEAN-Higher-Education-Space-2025_rev-1.pdf

Australian Government. Department of Home Affairs (s.d.). The National Settlement Framework. <https://immi.homeaffairs.gov.au/settlement-services-subsite/files/the-national-settlement-framework.pdf>

Australian Government. Department of Home Affairs (2020). Humanitarian Settlement Program (HSP). <https://immi.homeaffairs.gov.au/settling-in-australia/humanitarian-settlement-program/about-the-program/humanitarian-settlement-regional-australia>

Australian Government. Department of Home Affairs (2023). Immigration and citizenship. <https://immi.homeaffairs.gov.au/>

Australian Government. Department of Employment and Workplace Relations. (2023). The Skills for Education and Employment program. [https://www.dewr.gov.au/skills-education-and-employment#:~:text=The%20Skills%20for%20Education%20and%20Employment%20\(SEE%20Program%20provides%20training,right%20through%20to%20remote%20communities.](https://www.dewr.gov.au/skills-education-and-employment#:~:text=The%20Skills%20for%20Education%20and%20Employment%20(SEE%20Program%20provides%20training,right%20through%20to%20remote%20communities.)

Aydin, C. H. & Kayabaş, B. K. (2018). Designing Culturally Sensitive Massive Open Online Courses: Learning Culture and MOOCs in Turkey. In E. Toprak & E. Kumtepe (Eds.), Supporting Multiculturalism in Open and Distance Learning Spaces (pp. 208-221). IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-5225-3076-3.ch011>

Aydin, H. (2012). Multicultural Education Curriculum Development in Turkey. *Mediterranean Journal of Social Sciences*, 3(3), 277. <https://www.richtmann.org/journal/index.php/mjss/article/view/11087>

Beliakova, K.(2020).Migration Law of the Commonwealth of Independent States. *Wroclaw Review of Law, Administration & Economics*,10(1) 72-92. <https://doi.org/10.2478/wrlae-2020-0006>

Brown, M., Gravani, M. N., Slade, B., & Jögi, L. (2021). "Chapter 3 Comparative Cartography of Adult Education for Migrants in Cyprus, Estonia, Malta and Scotland". In *Learner-Centred Education for Adult Migrants in Europe*. Leiden, The Netherlands: Brill. https://doi.org/10.1163/9789004461529_003

Chen H. (2020). Developing an OER Website and Analyzing Its Use during the COVID-19 Pandemic *English Teaching & Learning*. 2020 Jan;44(4):451-461.

Commonwealth Educational Media Centre for Asia – CEMCA(2023). <https://www.cemca.org/>

Council of Europe (1997). Refugees, asylum-seekers and displaced persons in the Commonwealth of Independent States (CIS). Estrasburg: Committee on Migration, Refugees and Demography. <https://assembly.coe.int/nw/xml/XRef/X2H-Xref-ViewHTML.asp?FileID=7747&lang=EN>

Edraak (2023). <https://www.edraak.org/en/>

Estonian Ministry of Interior. (s.d.). Welcoming programme. <https://www.riigiteataja.ee/en/eli/ee/525062015003/consolide>

European University Institute (2019) *Interact*. Firenze: Migration Policy Centre. <http://interact-project.eu/>

FIDH - International Federation for Human Rights (2009). Kazakhstan/ Kyrgyzstan: Exploitation of migrant workers, protection denied to asylumseekers and refugees. Paris: FIDH. https://www2.ohchr.org/english/bodies/cerd/docs/ngos/FIDH_Kazakhstan_76.pdf

Industrial Technology Research Institute (2023). Professional Learning Programs. <https://www.itri.org.tw/english/>

Islam, A. (2016). Refugee Quota: Is Estonia Ready to Receive Refugees? A Review of the Literature on Migration and Ethnic Minorities in Estonia. *European Integration Studies*, No. 10, pp. 73–80. <http://dx.doi.org/10.5755/j01.eis.0.10.16104>

Jõgi, L., & Karu, K. (2021). "Chapter 4 Learner-Centred Education and Adult Education for Migrants in Estonia". In Learner-Centred Education for Adult Migrants in Europe. Leiden, The Netherlands: Brill.

https://doi.org/10.1163/9789004461529_004

Kajumovna Karimova, L., Ravil'evna Sagitova, V., Andreevna Kirpichnikova, A., y Van Hoang, H. (2021). Educational migration from the countries of the Commonwealth of Independent States to the Russian Federation. *Propósitos y Representaciones*, 9(SPE2), e1007.

<https://doi.org/10.20511/pyr2021.v9nSPE2.1007>

Kiron (2023). Kiron Lebanon. <https://www.kiron.ngo/about>

Krull, E. (1997). Attempts at Intercultural and Multicultural Education in Estonia. *Citizenship, Social and Economics Education*, 2(1), 33-46.

<https://doi.org/10.2304/csee.1997.2.1.33>

Mohammed bin Rashid al Maktum Global Initiatives (2023). Madrasa.

<https://madrasa.org/>

Ministry of Education (2019). Cool English. <https://www.coolenglish.edu.tw/>

National Immigration Administration – NIA (2012) Exit and Entry Administration Law of the People's Republic of China. <https://en.nia.gov.cn/n147418/n147458/c155978/content.html>

National Immigration Administration – NIA (2013). Regulations of the People's Republic of China on Administration of the Entry and Exit of Foreigners.

<http://en.moj.gov.cn/pdf>

[RegulationsofthePeople%27sRepublicofChinaonAdministrationoftheEntryandExitofForeigners.pdf](http://en.moj.gov.cn/pdf/RegulationsofthePeople%27sRepublicofChinaonAdministrationoftheEntryandExitofForeigners.pdf)

National Immigration Administration – NIA (2019). Comprehensive Statistics on Entry-Exit Frontier Inspection (Q1, 2019). <https://en.nia.gov.cn/n147418/n147473/index.html>

National Immigration Administration – NIA (2020). A Welcome Guide to China. <https://en.nia.gov.cn/English/magazine/WelcometoChina/mobile/index.html#p=1>

National Immigration Administration – NIA (2022). Living in China.

<https://en.nia.gov.cn/English/magazine/living/mobile/index.html#p=5>

National Immigration Administration – NIA (2022). A Welcome Guide to China.

<https://www.nia.gov.cn/2022en/mobile/index.html>

National Immigration Administration – NIA (2023). <https://en.nia.gov.cn/index.html>

National Immigration Administration – NIA (2023). Online Chinese Teaching. <https://en.nia.gov.cn/n147428/n147503/index.html>

National Taiwan University (2023) Office of International Affairs. <https://oia.ntu.edu.tw/en/internationalstudents/allyouneedtoknow/campuslife/resources>

National Taiwan University (2019). NTU Speech. <https://www.dlc.ntu.edu.tw/en/ntu-speech-2/>

National Taiwan University (2023). Coursera. National Taiwan University. <https://www.coursera.org/taiwan>

National Taiwan University (2023). OpenCourseWare. <http://ocw.aca.ntu.edu.tw/ntu-ocw/>

Nimer, M. & Oruç, T. (2019). Sustainable Approaches to Humanitarian Assistance in the Field of Language Education for Adult Refugees in Turkey. Istanbul: Istanbul Policy Center. <https://ipc.sabanciuniv.edu/Content/Images/CKeditorImages/20200313-11034972.pdf>

OER Africa (2023). OER Initiatives in Africa. <https://www.oerafrica.org/oer-initiatives-africa>

Open Universities Australia (2023). <https://www.open.edu.au/>

Ormonbekova, L. (s.d.). Freedom of Movement and Labour Migration in the Commonwealth of Independent States Comparative Brief on CIS and EU Legislation. https://www.files.ethz.ch/isn/146223/Ormonbekova_2.eng.pdf

Republic of Estonia. Ministry of Culture. (2023) Adaptation Programme. <https://www.kul.ee/en/cultural-diversity-and-integration/adaptation/adaptation-programme>

Rwaq (2023). <https://www.rwaq.org/>

Settlement Council of Australia (2020). National Settlement Outcomes Standards. <https://scoa.org.au/wp-content/uploads/2021/02/NSOS-2020.pdf>

Smelearning (2023). <https://www.smelearning.org.tw/>

Subasi, S. (2018). Adult education efforts for refugees: a case of a border city in Turkey. *Dyskursy Młodych Andragogów*, (19), 79–93. <https://bibliotekanauki.pl/articles/431566>

SWAYAM (2016). All India Council for Technical Education Gazette: Credit Framework for Online Learning Courses through SWAYAM.

https://storage.googleapis.com/swayam2_central/swayam1/wqimgtest_9da02ba8-bdd8-409c-afdb-645e6dbc544f.pdf

SWAYAM (2017). Guidelines for developing Online Courses for SWAYAM.

https://storage.googleapis.com/swayam2_central/swayam1/wqimgtest_f8b95943-b963-49b9-85ed-416f2e15d1b4.pdf

SWAYAM (2023). <https://swayam.gov.in/about>

SWAYAM (2023). National Institute of Open Schooling (NIOS).

https://swayam.gov.in/nc_details/NIOS.

SWAYAM (2023). Indira Gandhi National Open University (IGNOU).

https://swayam.gov.in/nc_details/IGNOU

Tabshoura (2023). <https://tabshoura.com/>

Tanrıku, F. (2020). Comparing of Migrants Education Policies of Turkey and Germany. ICONSR 2020 - International Conference on Social Science Research. Budva, Montenegro: Association of Kutbilge Academicians, Isparta, Turkey.

https://www.researchgate.net/publication/347911347_Comparing_of_Migrants_Education_Policies_of_Turkey_and_Germany

Tunç, B. & Can, Ç. Z. (2019). War-Induced Immigration and Education: Syrian Refugees' Education in Turkey. In I. Management Association (Ed.), Immigration and the Current Social, Political, and Economic Climate: Breakthroughs in Research and Practice (pp. 327-352). IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-5225-6918-3.ch018>

Turkish Council (2023). Turkey's International Culture and Education Institution. <https://www.turkishcouncil.org/>

United Nations Economic Commission for Europe – UNECE (2019). Объемы и направления миграционных [Volumes e direções de migração fluxos na região da CEI: possíveis métodos de medição]. Genebra: UNECE. https://unece.org/sites/default/files/2022-04/1%20Admin%20CISSTAT_v2.pdf

XuetangX (2023). <https://www.xuetangx.com/>

Демоскоп Weekly (2001). Миграция между странами СНГ: итоги десятилетия [Migração entre os países da CEI: resultados da década]. Moscou: Demoscope https://www.demoscope.ru/weekly/knigi/ns_r01/razdel5g5_10.html

Статистика международной миграции. Практическое руководство для стран Восточной Европы и Центральной Азии. [Estatísticas de migração internacional. Guia prático para países da Europa Oriental e Ásia Central]. ЕЭК ООН, ЮНФПА, 2011. <https://e-cis.info/cooperation/3049/78437/>



CÁTEDRA UNESCO
EDUCAÇÃO ABERTA
E TECNOLOGIAS
PARA O BEM COMUM

